

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO STRICTO SENSU**

**KAROLYNE AMANCIO DE PAULA**

**REVISTA *FAMÍLIA CRISTÃ* E O DISCURSO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA  
SEÇÃO “CARTA DO MÊS” (1960 A 1993)**

**CURITIBA**

**2018**

**KAROLYNE AMANCIO DE PAULA**

**REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ E O DISCURSO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA  
SEÇÃO “CARTA DO MÊS” (1960 A 1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação *Stricto Sensu*, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Evelyn de Almeida Orlando.

**CURITIBA**

**2018**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

P324r  
2018 Paula, Karolyne Amancio de  
Revista Família Cristã e o discurso pedagógico : uma análise da seção  
“Carta do Mês” (1960-1993) / Karolyne Amancio de Paula ; orientadora: Evelyn  
Orlando. – 2018.  
174 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2018  
Bibliografia: f. 156-168

1. Igreja Católica – Educação – História. 2. Revista Família Cristã. 3. Irmãs  
Paulinas. I. Orlando, Evelyn de Almeida. II. Pontifícia Universidade Católica do  
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 377.82

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 863  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

**Karolyne Amancio de Paula**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se às 18h, na Sala 7 (Pós), da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyn de Almeida Orlando, Prof. Dr. Claudio de Sá Machado Junior, Prof. Dr. Alberto Barausse e Prof. Dr. Peri Mesquida para examinar a Dissertação da mestranda **Karolyne Amancio de Paula**, ano de ingresso 2017, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa “História e Políticas da Educação”. A aluna apresentou a dissertação intitulada “**REVISTA FAMÍLIA E O DISCURSO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE DA SEÇÃO CARTA DO MÊS (1960 A 1993)**” que, após a defesa foi aprovado pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 20:45h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca recomenda a publicação em forma de artigos científicos incorporando sugestões apresentadas na ocasião da defesa.

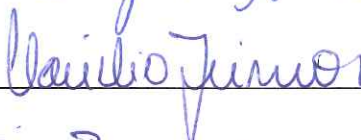
Presidente:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Evelyn de Almeida Orlando



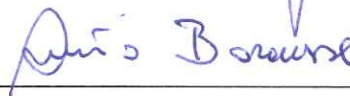
Convidado Externo:

Prof. Dr. Claudio de Sá Machado Junior



Convidado Interno:

Prof. Dr. Alberto Barausse



Convidado Interno:

Prof. Dr. Peri Mesquida



  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Lupion Torres**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação  
*Stricto Sensu*

A Deus, pela oportunidade de realizar este sonho.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Dra. Evelyn de Almeida Orlando, agradeço por me receber como aluna do mestrado, por compartilhar seus conhecimentos, por todo apoio e principalmente pelas orientações dos caminhos que eu deveria percorrer na pesquisa e, ao mesmo tempo, pela liberdade depositada para que eu escolhesse meu trajeto neste processo de construção da dissertação.

Aos professores Dr. Alberto Barausse, Dr. Cláudio de Sá Machado Junior e prof. Dr. Peri Mesquida, pela leitura reflexiva e orientações que promoveram um norteamento ao presente trabalho.

Aos professores Dra. Evelyn de Almeida Orlando, Dr. Peri Mesquida, Dra. Rosa Lydia Teixeira Corrêa, Dra. Maria Elizabeth Blanck Miguel, Dra. Karina Kosicki Bellotti, Dr. Pierre Philippe Bugnard, pelas aulas maravilhosas em que pude aprender muito sobre História e História da Educação.

Ao Professor Dr. Bruno Dallari por abrir meus olhos em suas aulas para um “novo” objeto de pesquisa à luz da teoria de Bakhtin.

À Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, especificamente à Secretaria Municipal de Educação, que oportunizou um afastamento para realizar este estudo.

Um agradecimento a todos da Escola Municipal Antonio Franco da Rocha, em especial às diretoras Cristiane Carmezim e Caroline Chiquin Simões pelo apoio.

À Irmã Maria Alba V. Garcia e à Irmã Viviani Moura, pelos primeiros contatos e receptividade.

Às Irmãs Maria da Glória Bordeghini e todas as Irmãs da Congregação Pia Sociedade Filhas de São Paulo em Curitiba: obrigada pela tarde agradável que passei na congregação.

A todos os profissionais da Editora Paulina em São Paulo, pela disponibilidade das fontes (revistas) e receptividade nas visitas.

Às amigas e amigo do grupo GEHED: Karina, Joana, Loyde, Mara, Carmen, Lucas, Camila, Henllyger, Laís, Bárbara, Neli, agradeço pela acolhida em 2017, pela amizade desde o primeiro encontro e, juntamente com as novas integrantes, Eliane, Suzane, Elisa, Dany, Mariane, Karla, obrigada pelas leituras atentas do trabalho e principalmente pela troca enriquecedora de conhecimentos.

Às minhas amigas Cássia Helena Guillen Cavarsan e Jackeline de Oliveira, pelo apoio e incentivo neste estudo.

Aos companheiros de turma, Laís Bandeira, Henllyger Estevam, Eliane Küster, Luiz Alcântara, Jakeline Krast, obrigada pela companhia e esclarecimentos nas aulas.

Aos meus pais e irmã, obrigada pelas orações e suporte nesta conquista.

À minha sobrinha Alice, que alegra meus dias.

Ao Tiago Leinig, pelo companheirismo e amparo ao longo deste trajeto.

Aos meus parentes de Curitiba e Maringá, obrigada por todo incentivo, especialmente ao Tio Vininho (*in memoriam*), que gentilmente me levou ao encontro das fontes na PUCPR – Câmpus Maringá.

Às corretoras Letícia Pílger e Jéssica Pianezzola, obrigada pelos olhares atentos neste trabalho.

À CAPES, pelo incentivo financeiro nestes últimos dez meses de 2018.

*A arte de escrever cartas deve ser  
tão simples quanto a arte de conversar.  
A carta deve ser a expressão simples  
e fácil do sentimento e do pensamento.*

(Louis Philipon-de-la-Madeleine)



## RESUMO

O presente trabalho analisa o discurso pedagógico empreendido na seção de cartas chamado “A carta do mês”, da Revista *Família Cristã*, publicada pela Editora Paulinas. O marco temporal escolhido está relacionado à primeira publicação dessa seção, em fevereiro de 1960, e se estende até março de 1993. A partir da pesquisa da seção, tem-se como objetivo analisar os saberes pedagógicos fomentados pelo diálogo com o leitor através do estudo das cartas publicadas pela editora, com um *corpus* de 489 cartas; e responder as seguintes questões: “Como acontece a construção do diálogo da revista com o leitor? Quais as tensões que emergem destas vozes? E, principalmente, qual o discurso pedagógico veiculado pela revista nesse diálogo com o leitor?” A partir da perspectiva da História Cultural, esta dissertação, desenvolvida no campo da História da Educação, dialoga também com a História dos impressos e da imprensa no Brasil, especialmente a imprensa católica e a imprensa pedagógica, tendo como objeto e fonte principal a escrita epistolar como indícios de apropriação do leitor. Como aporte teórico utilizamos os trabalhos de Dantas (2008), Leonardi (2009), Bouzinac (2016), Bastos, Cunha e Mignot (2002), Chartier (1991, 1995, 1998, 2002). Metodologicamente, a análise de discurso das cartas está ancorada nos conceitos de Bakhtin (1998), e outros autores que se fundamentam em Bakhtin. A análise das cartas, realizada em conjunto com o periódico que lhes serviu de suporte, levou-nos a constatar que elas foram publicadas com o intuito de contribuir pedagogicamente para a boa formação familiar, a qual unia o tripé – educação, religião e mídia –, através de um modelo de educação endereçado às famílias brasileiras pela revista *Família Cristã*. A partir da produção de laços afetivos com os leitores, as cartas funcionaram como importantes instrumentos pedagógicos, permitindo à revista tornar-se um importante ponto de apoio para muitas famílias e pessoas que se encontravam necessitando de auxílio e orientação.

**Palavras-chave:** História da educação católica. Revista *Família Cristã*. Seção de Cartas. Discurso Pedagógico. Congregação Irmãs Paulinas.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the pedagogical discourse undertaken in the letter section called “The letter of the month”, from the Magazine *Família Cristã*, published by Paulinas Publishing house. The chosen temporal mark is related to the first publication of this section, in February 1960, and goes until March 1993. By means of searching this section, the purpose is to analyze the pedagogical knowledge promoted by the dialogue with the reader through the letters published by the publishing house, with a corpus of 489 letters; and to answer the following research questions: “How does the dialogue between the magazine and the reader happen?” What are the tensions that emerge from these voices? And, mainly, which is the pedagogical discourse spread by the magazine in the dialogue with the reader?” From the perspective of Cultural History, this thesis, written in the field of History of Education, talks with the History of the printed publication and the press in Brazil, specially the catholic and the pedagogical ones, and its object and main resource is the epistolar writing as an evidence of the reader’s appropriation. We used the works of Dantas (2008), Leonardi (2009), Bouzinac (2016); Bastos, Cunha and Mignot (2002); Chartier (1991, 1995, 1998, 2002). Metodologically, Discourse analysis was applied in the reading of the letters, based on Bakhtin’s concepts (1998), and other authors who are grounded in Bakhtin. The analysis of the letters, associated with the magazine that was their support, led us to the assertion that they were published with the purpose of contributing pedagogically with the good familiar formation, which is constituted by the tripod – religion, pedagogy and media – as a model of education addressed to Brazilian families by the magazine *Família Cristã*. Furthermore, by means of the creation of affective bonds with the readers, the letters worked as important pedagogical tools. Therefore, the magazine was the support to many families and people who needed help and orientation.

**Keyword:** History of Catholic Education. Magazine *Família Cristã*. Letter section. Pedagogical discourse. Congregation of the Paulinas Sisters.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeira capa do boletim Família Cristã – Dezembro, 1934 (Ano 1).....	57
Figura 2 – Capa da revista de novembro de 1988.....	64
Gráfico 1 – Gráfico de análise da quantidade de cartas publicadas por eixo.....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE:	Associação Brasileira de Educação
ACB:	Ação Católica Brasileira
AA:	Alcoólicos Anônimos
BDTD:	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMEP:	Comunicação Musical Editora Produtora
CEB:	Comunidade Eclesiais de Bases
CNBB:	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CO:	Círculos Operários
ICERD:	International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination
LEC:	Liga Eletiva Católica
ONU:	Organização das Nações Unidas
SAB:	Serviço de Animação Bíblica
SEPAC:	Serviço à Pastoral da Comunicação
SCIELO:	Scientific Electronic Library Online

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS PAULINAS: MEDIAÇÃO CULTURAL EM UM PROJETO EDUCACIONAL PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>35</b>
1.1 DO NASCIMENTO NA ITÁLIA ATÉ A PROPAGAÇÃO NO BRASIL.....	46
<b>2 A REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ E O POTENCIAL EDUCATIVO DA IMPRENSA PERIÓDICA.....</b>	<b>57</b>
2.1 A ESCRITA EPISTOLAR NA SEÇÃO DE CARTAS E O LEITOR.....	75
<b>3 O LEITOR EM EVIDÊNCIA: DIÁLOGOS QUE EMERGEM DA SEÇÃO CARTA DO MÊS.....</b>	<b>91</b>
3.1 EDUCAÇÃO SOCIAL.....	95
3.2 EDUCAÇÃO RELIGIOSA.....	110
3.3 EDUCAÇÃO FAMILIAR.....	122
3.4 ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	132
3.5 EDUCAÇÃO FORMAL.....	149
3.6 ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA.....	153
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO A – ENTREVISTA TRANSCRITA DE ÁUDIO.....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO B – DEPOIMENTO TRANSCRITO DE ÁUDIO.....</b>	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO

Caros leitores,

Esta dissertação reflete sobre o discurso pedagógico veiculado através das publicações na seção *Carta do Mês* da revista *Família Cristã*, publicada pela Editora Paulinas desde dezembro de 1934, a qual segue ininterruptamente até os dias de hoje. A revista é um periódico confessional católico<sup>1</sup> com circulação nacional, na qual são abordados assuntos de diversas áreas de conhecimentos. O marco temporal escolhido está relacionado à primeira publicação da seção, em fevereiro de 1960, e se estende até março 1993, sua última publicação. Este trabalho procura responder as seguintes questões: Como acontece a construção do diálogo da revista com o leitor? Quais as tensões que emergem destas vozes? E, principalmente, qual o discurso pedagógico veiculado pela revista nesse diálogo com o leitor?

Ao observar essa seção, tem-se como objetivo principal analisar os saberes pedagógicos fomentados pelo diálogo com o leitor, considerando que determinados temas podem ser lidos como expressão de demandas sociais da época, depreendendo de um imaginário social e certas expectativas. Os olhares para esse diálogo terão o filtro da seleção da editora, pois trabalharemos apenas o *corpus* selecionado para publicação, ou seja, com os temas que a revista optou por dar visibilidade.

A metodologia utilizada da pesquisa é histórico-documental, com foco na escrita epistolar e na análise dialógica do discurso. A revista *Família Cristã* se dispõe como um documento que revela evidências de orientações para as famílias brasileiras e a leitura desse tipo de fonte se baseou, fundamentalmente, para analisar o discurso propagado, em autores que atuam no campo da escrita epistolar como Dantas (2008), Bouzinac (2016), Diaz (2016), Bastos, Cunha e Mignot (2002) e, em Bakhtin (1998).

A *Família Cristã*, suporte da principal fonte documental desta pesquisa, que são as cartas publicadas, em alguns momentos ganhou relevo na pesquisa para que pudéssemos compreender as cartas dentro do projeto editorial no qual estavam

---

<sup>1</sup> A dissertação versará sobre a Igreja Católica Apostólica Romana.

inseridas. De acordo com Bacellar, “[o] interesse pela pesquisa empírica deve, assim, **instrumentalizar as atenções para a importância dos documentos**, em um esforço contínuo que sempre deveria nortear a ação e o discurso do historiador.” (BACELLAR, 2015, p. 50, grifo no original).

O primeiro contato com a revista *Família Cristã* no suporte impresso ocorreu em uma visita à Livraria Paulinas de Curitiba, em maio de 2017, quando foi oferecida a edição de maio para nossa apreciação. Ao entrevistar a Irmã Maria da Glória Bordeghini, pudemos conhecer mais sobre o que se tornaria a principal fonte desta pesquisa. A entrevista obtinha algumas questões que tinham em vista compreender como a irmã colaborou com a implantação da revista *Família Cristã*? O que havia mudado na revista? Qual a ligação da revista *Família Cristã* com a revista da Editora Paulus? Qual foi o início da revista *Família Cristã* na Itália? Quando chegou ao Brasil? Ao longo do trajeto houve alguma interrupção da revista?

Segundo Farias,

os entrevistadores não são simples indagadores ou bons ouvintes, eles participam ativamente da construção da entrevista, na medida em que preparam o roteiro, selecionam as perguntas, mantêm o diálogo, propõem e problematizam as questões. (FARIAS, 1996, p. 167).

Estas perguntas foram idealizadas, em um primeiro momento, a partir do primeiro contato com a história das Irmãs Paulinas, que está descrita no site<sup>2</sup> da congregação. Um conhecimento parco que foi crescendo ao aprendermos sobre as Paulinas.

No mês de junho de 2017, uma nova visita à Congregação das Irmãs Paulinas em Curitiba revelou-se uma agradável surpresa, ao conhecermos irmãs que participaram da implantação da revista *Família Cristã*, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, por meio de trabalhos manuais na editora ou de viagens missionárias pelas cidades do Brasil.

O segundo momento importante foi a busca de fontes nos arquivos. Uma visita à biblioteca física da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus de Maringá, no mês de julho de 2017, pode revelar especificamente como se caracterizava o objeto de pesquisa nos tempos passados. A análise das revistas do período de 1977 a 1990 apontou as seções que existiam na revista a ponto de encontrarmos a seção “Carta do mês”.

---

<sup>2</sup> Ver: <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/>

Segundo Bacellar, “o iniciar de uma pesquisa exige a **localização de fontes**. De modo geral, é preciso verificar, ao se propor um tema qualquer, quais conjuntos documentais poderiam ser investigados em busca de dados”. (BACELLAR, 2015, p. 51, grifo no original). Ao se escolher a seção de cartas, fomos em busca do arquivo privado da Editora Paulinas, localizado na cidade de São Paulo, porque “cabe ao historiador investigar e localizar onde estão preservados, sob a guarda de quem, e buscar contatos para tentar ter acesso a esses acervos tão preciosos”. (BACELLAR, 2015, p.43).

Ao programar a visita por meio de um contato via e-mail com a Irmã Viviani Moura e a editora-chefe Irmã Maria Alba Vega Garcia, conseguimos seu depoimento<sup>3</sup> sobre a revista. Segundo Lang (1996, p. 35), “no depoimento, busca o pesquisador referências mais diretas aos acontecimentos em estudo”, de modo que no relato das Irmãs sobre a revista pudemos conhecer desde o primeiro boletim até as revistas atuais, é importante ressaltar que o arquivo privado da editora foi parcialmente disponibilizado para pesquisa, ou seja, as cartas enviadas pelos leitores não foram liberadas para a pesquisa. No armário do arquivo constavam todas as edições das revistas encadernadas por ano e sequencialmente organizadas, afirmando que “essas fontes devem ter passado, portanto, por algum tratamento arquivístico prévio, visando à sua organização e identificação”. (BACELLAR, 2015, p. 51). As fontes foram em grande parte fotografadas por mim a fim de compor um acervo digital para pesquisar com mais tempo e com o rigor que as fontes requeriam, porque a seleção na editora foi somente para localização e catalogação das fontes. Uma segunda visita à editora em São Paulo aumentou esse acervo digital, compondo o período vigente da seção de cartas da década de 1960 até a década de 1990.

Ao compor este acervo digital e verificar a quantidade de cartas publicadas na seção escolhida, tornou-se necessário criarmos critérios de organização. Os eixos temáticos empreendidos se mostraram basilares para organizar os assuntos discutidos nas cartas que vieram a público, visto que “[é] fundamental, ao se trabalhar com qualquer fonte, **discutir os critérios possivelmente adotados por**

---

<sup>3</sup> O depoimento e a entrevista utilizados nesta dissertação foram autorizados pelo Comitê de Ética, de número 1.682.977, fazendo parte do projeto “*Educação, Gênero e Cristianismo: circulação, representação, formação e práticas femininas em cenário religioso e educativo*” de acordo com os preceitos da Res. CNS 466/12.



**quem a produziu**, de modo a melhor decifrar a informação que ela nos fornece”. (BACELLAR, 2015, p. 66, grifo no original).

Antes de organizar as tabelas por eixos educacionais, foram selecionados os seguintes critérios que ajudariam a delinear os eixos, conforme estes fossem aparecendo: ano/ mês da revista; seção de cartas – páginas; título e conteúdo da pergunta identificada; resposta identificada; direcionamento para qual público; enquadramento dentro do projeto pedagógico. A partir da organização das cartas orientadas por esses critérios, elencamos os seguintes eixos: educação social, educação familiar, orientação sexual, orientação psicológica, educação religiosa, educação formal.

Após as leituras das cartas por eixos, foram selecionadas cartas que indicavam tensões entre a escrita do leitor e a resposta do diretor. As cartas selecionadas foram exploradas pelo método aplicado da análise dialógica do discurso, ancorada nos fundamentos de Bakhtin (1998), observando e averiguando os enunciados que são definidos pelos discursos dos leitores e da editora:

As noções enunciado/enunciação têm papel central na concepção de linguagem que rege o pensamento bakhtiniano justamente porque a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise, a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvido. (BRAIT; MELO, 2017, p. 65).

O método escolhido adveio da necessidade de embasar as cartas publicadas e as respostas juntamente com o contexto social da época. A partir disto, pôde-se “cruzar as fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências”. (BACELLAR, 2015, p. 72).

As cartas então foram previamente separadas por grupos de assuntos. Ao percebermos várias cartas com temas muito próximos, surgiu a necessidade de criarmos eixos de análise que se delinearão pela concepção do primeiro editorial de dezembro de 1934, destinado a contribuir para a formação familiar.

A Nova História Cultural proporciona um novo olhar para a disseminação da educação fora do ambiente escolar, e nossa escolha por inserir o objeto dessa pesquisa dentro do rol de produções da “imprensa periódica educacional” é pertinente pelo fato de que a revista *Família Cristã* desenvolve uma ação pedagógica junto às famílias.

Dessa forma, as pesquisas sobre a imprensa periódica educacional promovem um arcabouço para embasar os ensaios de análise das fontes e as contribuições de autores como Denice Bárbara Catani (1996), Cynthia Pereira de Sousa e Denice Barbara Catani (1994) e Maria Lucia Garcia Pallares-Burke (1998) foram fundamentais para revelar os impressos e a imprensa periódica como uma forma estratégica de educar a sociedade.

Conforme aponta Dantas: “Atualmente vários estudiosos, têm se voltado para a análise das contribuições de determinados jornais e revistas para a sociedade” (DANTAS, 2008, p. 1), e esses estão fundamentados, sobretudo, nos aportes da Nova História Cultural, cujos referenciais têm servido às pesquisas do campo da História da Educação e dos Impressos de maneira profícua. De acordo com Fonseca e Veiga,

[...] a contribuição que a História Cultural, como campo dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço na História da Educação, está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola, da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional. (FONSECA; VEIGA, 2008, p. 72).

Deste modo, pudemos inserir a revista *Família Cristã* no campo da imprensa periódica educacional, não aquela destinada à escola e aos professores, mas uma imprensa destinada às famílias, de caráter confessional e declaradamente pedagógica.

Seguindo essa linha, a análise tem por finalidade percorrer caminhos fora dos muros da escola, lançando um novo olhar para uma revista católica, que é direcionada para as famílias brasileiras e, neste contexto, conhecer as orientações passadas para os leitores que entram em contato com a revista por meio de suas cartas. A leitura, segundo Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (1995, p. 14), “é sem dúvida o objeto de discursos, de múltiplos pronunciamentos que decretam normas ou constataam fatos”. Assim, a revista, legitimada pela Igreja, proporciona aos leitores um modelo de conduta cristã, e cabe ao leitor aceitar esta conduta e exercê-la através de suas ações. Dessa forma, “[o] impresso adquire então um *status* social, uma presença no espaço político e cultural que ultrapassa amplamente os limites das capacidades individuais” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 22).

Os impressos, ao circularem na sociedade, produzem conhecimentos, motivam debates, além de serem instrumentos que inculcam valores e difundem

ideias. O gênero revista, objeto deste estudo, proporciona um olhar para as transformações históricas, além de revelar usos e costumes de determinado período, como afirma Martins:

As imensas possibilidades de análise decorrentes da Nova História potencializaram o gênero “revista” como fonte, ou melhor, esta modalidade de publicação periódica evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos, síntese privilegiada de instantâneos reveladores de processos históricos, representação material de práticas de consumo, usos e costumes. (MARTINS 2003, p. 60).

Na perspectiva de Morel (2015, p. 25), “o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria”. Antes da chegada da Corte portuguesa no país, circulavam jornais, livros, todos produzidos na Europa. As seções envolviam histórias, notícias, contudo, não faziam menção a quaisquer questões políticas (MOREL, 2015). Os primeiros redatores que começaram a publicar no Brasil, em sua maioria, aprenderam o ofício em países da Europa.

De acordo com Morel, “[...] essa imprensa periódica, embora disseminasse informações, opiniões e ideias, não praticava até 1808 o debate e a divergência política, publicamente, no contexto do absolutismo(ainda que *ilustrado*) português” (2015, p. 30, grifo no original). Para Morel (2015), a comunicação de palavras faladas ou impressas permeava todas as camadas da sociedade, não somente para os letrados, até porque a grande maioria da população era de analfabetos e a transmissão oral promovia a circularidade cultural<sup>4</sup>. Os jornais, os impressos, os manuscritos, as trocas epistolares, as cópias, todos os tipos de escritos transitavam pela sociedade, “[p]ortanto, não seria exagero afirmar que, por mais remota que fosse a região, a palavra impressa se fazia presente como instrumento político ao ser lida coletivamente.” (FRUTUOSO, 2016, p.46).

A monarquia, com receios de perder seu poder absoluto, utilizou a Imprensa Régia para promover publicação de vários periódicos que saíam sob sua chancela. Havia junto a repercussão de jornais partidários, que publicavam artigos e notícias no anonimato, causando inquietação na corte e agitação na sociedade. Anos de

---

<sup>4</sup> O conceito de circularidade cultural entre as classes dominantes e subalternas é apresentado por Carlo Ginzburg (2006, p. 10): “Um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo.”

alvoroço e incertezas fizeram com que D. Pedro I decretasse, em 24 de setembro de 1821, a proibição da publicação de artigos anônimos. Após este fato, as publicações da imprensa cooperaram para a abdicação de Dom Pedro I e

O papel exercido pela imprensa nas disputas políticas em curso na Corte contribuiu para a abdicação do imperador d. Pedro I. Jornais do Rio de Janeiro e de Salvador influenciaram na conformação política das vilas do interior baiano, propagando os acontecimentos políticos que culminaram no sete de abril de 1831. (FRUTUOSO, 2016, p. 49).

De fato, o cerne da questão não está na imprensa, mas no que ela divulga:

[...] foi justamente no período de Regências (1831-1840) que ocorreu no Brasil uma verdadeira explosão da palavra pública, como crescimento visível de associações, de motins, de rebeliões... e de periódicos, embora, claro, nem todos fossem rebeldes (MOREL, 2015, p. 42).

Muitos eram os impressos que transitavam com opiniões, réplicas, discussões políticas e sociais. Concomitantemente, aflora o início da opinião pública com conceitos políticos que eclodem em grupos da sociedade, porque, “[d]iante do poder absolutista, havia um público letrado que fazendo o uso do público, da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política” (MOREL, 2015, p. 33). Esse público letrado, com poderes políticos, estava tecendo suas redes no campo do poder e angariando adeptos para fomentar questões contra o absolutismo monárquico e, claramente, utilizando a imprensa para esses fins.

Junto com a imprensa periódica, a imprensa confessional católica também veiculava seus princípios, valores e embates contra seus inimigos. Segundo Fragoso (1985), a imprensa confessional católica durante o Império apresentou três etapas. A primeira fase se estende no início da imprensa em 1808 até o começo do Segundo Império, em 1840, e apresenta uma imprensa com muitos embates entre pensamentos católicos e a disseminação de concepções liberais e até mesmo do protestantismo, que estava ganhando espaço social. A segunda fase inicia-se na década de 1840 e vai até meados da década de 1870, com a finalidade de doutrinação da sociedade, utilizando os instrumentos de comunicação, e manifesta um discurso apologético para combater todo tipo de inimigo. Na terceira etapa, em 1870, fica evidente seu confronto contra a maçonaria, que percorre as páginas dos

jornais com mais afinco quando ocorre a questão religiosa e a luta pela apologia ao catolicismo e todos seus dogmas.

A Igreja Católica vinha de uma aliança com o Estado Imperial, autorizada desde 1827, com uma “bula concedendo o direito de padroado ao Estado imperial, unindo Igreja e Estado no Brasil, e fazendo dos bispos funcionários estatais encarregados do culto religioso, dependentes do Estado tanto para o próprio sustento quanto para a manutenção” (MESQUIDA, 2001, p. 119). Entretanto, o enfraquecimento da Igreja era visível no país. A partir da expulsão das ordens e a reforma de Marquês de Pombal, perdeu-se poder e bens materiais, como terrenos e imóveis, para a coroa. Nesta situação, a instabilidade estava alojada no clero, tanto o regular como o secular.

O clero regular, que vivia em mosteiros, eram os responsáveis por difundir conhecimentos, estudos filosóficos, teológicos e educacionais. O clero secular estava entronizado na sociedade, estava próximo das populações e politicamente engajado. Porém, a realidade da época mostrava tanto o clero regular quanto o secular com defasagens e problemas. Para Mesquida (2001), o clero regular tinha perdido espaço e o clero secular demonstrava um testemunho de abusos aos preceitos da Igreja, com a busca por poderes políticos e atividades que rendessem dinheiro, como o concubinato, a venda dos artigos religiosos, além de muitos estarem em contato com os ideais iluministas e liberais que ganhavam cada vez mais lugar na Igreja e sociedade.

O catolicismo era carismático e se encarregava de proporcionar rezas, procissões, novenas a toda população. A resposta para as situações profanas do cleros e justificava pela falta de manutenção do Estado Imperial, que arrecadava os dízimos da Igreja, porém sustentava com pouco recurso os seminários, Igrejas, além dos poucos pagamentos de salário aos religiosos. Neste período, a Igreja, em um movimento de reação, proclamou encíclicas condenando os avanços da modernidade<sup>5</sup>: “A encíclica *Mira Vos* (1832) ‘condena o ‘indiferentismo religioso, a liberdade de consciência, a liberdade de imprensa’, lamentando a situação em que ‘o mundo se encontra’ e alertando o povo católico”. (MESQUIDA, 2017, p. 101, grifo

---

<sup>5</sup>Modernidade ao advento de um novo sistema social: “Na metade do século XIX transforma-se, com o aparecimento do conceito de ‘modernidade’, que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial [...] ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e moderno, por ‘recente’ ou ‘novo’. (LE GOFF, 1990, p. 167).

no original). Esta reação do clero católico resultou em outras proclamações significativas aos seus fiéis:

Fazendo eco à Encíclica *Mira Vos*, o Papa Pio IX, promulgou em dezembro de 1864, a Encíclica *Quanta Cura* acompanhada do *Syllabus*, condenando todos os 'ismos', como o liberalismo, o positivismo, o modernismo, o comunismo, o protestantismo... verdadeiras 'chagas' que corrompem a sociedade. (MESQUIDA, 2017, p. 102, grifo no original).

Contudo, a conjuntura social demonstrava mudanças, o povo fomentava rumores para uma independência do país, e as palavras públicas nos impressos significavam um grande anseio e incentivavam a todos. A Igreja, percebendo essas transformações significativas, posicionou-se fortemente contra todas os avanços sociais, esbarrando no poder soberano do Estado.

[...] nesse contexto que surgiu a 'Questão Religiosa'<sup>6</sup>, em 1872, colocando frente a frente o Estado e a Igreja, debilitando ainda mais as já tênues relações entre as duas instituições, culminando, finalmente, com o ato de separação, no alvorecer da República. (MESQUIDA, 2001, p.122).

Simultaneamente, na imprensa, “[...] o processo de independência foi longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, com avanços e recuos, dependente de muitos fatores. Tudo isso influiu na imprensa do tempo” (SODRÉ, 1966, p. 51). Posteriormente à Proclamação da República, no início do novo século, o desenvolvimento de técnicas promoveu a reorganização de sua estrutura, bem como o crescimento dessas empresas jornalísticas, contudo, potencializou também a diminuição dos números de periódicos da imprensa artesanal, “[...] do alvorecer do século XX, à base do desenvolvimento desse capital comercial é que cresceu a vida urbana brasileira; à base desse capital comercial é que as empresas jornalísticas viveram a sua fase inicial” (SODRÉ, 1999, p. 278). Assim a imprensa artesanal perdeu espaço para uma imprensa em larga escala, ou seja, a industrializada.

Em uma sociedade que estava avançando industrialmente, com a economia girando em torno do capital cafeeiro, o governo republicano tinha, para esta

---

<sup>6</sup> Questão Religiosa: Em 1870, dois bispos que foram condenados à prisão pelo imperador, pois descumpriram suas ordens para cumprir as ordens do Papa, em relação ao decreto *Syllabus*, a qual condenava a propagação de maçonaria nas Igrejas. Um conflito religioso que se arrastou até a separação oficial entre Igreja e Estado, entretanto, o autor David Gueiros Vieira (1980, p. 27) define como “o conflito foi de um lado, uma colisão do galicanismo, jansenismo, liberalismo, maçonaria, deísmo, racionalismo e protestantismo, todos vagamente ‘aliados’ contra o conservantismo e ultramontanismo da Igreja Católica do século XIX.

imprensa industrializada, ambições de ter uma população letrada. Os intelectuais eram os articuladores e promotores da grande imprensa, escreviam artigos, seções, nutriam a sociedade com seus pensamentos. As transformações refletiam no cenário social, econômico, político e, conseqüentemente, no campo religioso, e as novas ideologias eram propagadas nos continentes.

Na Europa um movimento moderno ganhava espaço, questões contemporâneas da sociedade se alastravam, corrompendo os preceitos religiosos e provocando uma divisão entre modernistas e conservadores no seio da Igreja Católica. Em meio à turbulenta época que a Igreja vivenciava, a sociedade europeia disseminou um sentimento anticlerical junto com a laicização e os resquícios da Revolução Francesa, fazendo com que a Igreja se recolhesse em si mesma e, ao mesmo tempo, combatesse os avanços da modernidade. Nesta situação, o Papa Pio IX proclamou o Concílio Vaticano I, em 1869, com preceitos contra o cientificismo, modernismo e principalmente delegando ao Papa o poder da palavra, a Infalibilidade Papal, pois, com o regime de padroado, as Igrejas nos continentes ganharam atributos locais e nacionais. A Infalibilidade Papal é a garantia da palavra do Papa não ser questionada, porque certa e imutável, além de ser a palavra de autoridade que domina todos os católicos, independentemente da nação.

No Brasil, ao final do século XIX, com a queda da monarquia, o catolicismo perdeu mais espaço na sociedade para o secularismo, visto que as novas ideias e mentalidades estavam transformando o povo e a entrada de outras religiões no país catalisou estas mudanças. Os sacerdotes agiram com reforço no posicionamento no campo dos impressos, instituindo algumas ações por meio dos trabalhos de base pelos continentes, fazendo parte do projeto de autolegitimação dentro da sociedade.

É possível definir que a ação da Igreja, no século XIX, se dará em duas frentes. A primeira centralizada na própria instituição, a partir do reforço da sua estrutura hierárquica e a segunda, na realização de trabalhos de base, atingindo os fiéis. Cabe lembrar que a instituição está inserida em um campo de confrontos, marcados principalmente pela mudança da sociedade ocidental sob o jugo do capitalismo. (KLAUCK, 2011, p. 134).

Compreendendo este cenário, fica evidente um crescimento da preocupação da Igreja Católica em se fazer presente na organização da sociedade por diferentes vias, para compensar o espaço oficial perdido junto ao Estado no Brasil<sup>7</sup>.

O uso da imprensa confessional passou a ser uma estratégia de “lutar o bom combate”, não apenas censurando, mas intervindo nesse espaço e usando-o para a difusão da fé católica.

Por outro lado, o aparelhamento institucional laico nascido com a República, em seu propósito de negação da Igreja, encontrou no periodismo larga representação, quando sucederam-se revistas científicas e institucionais, instrumentos que deram força, significado e visibilidade às realizações daquele campo de interesses até então inusitado, legitimando as agremiações institucionais e científicas nascidas com o novo regime. Em contraposição, disseminaram-se as revistas religiosas, beneficiadas pela recente liberdade de cultos, opondo-se ferrenhamente à pregação secular então encetada, cumprindo papel decisivo no controle da palavra e das mentes. Valendo-se de significativos recursos materiais, com gráficas próprias, bem aparelhadas e contando com subsídios vários, as revistas de cunho religioso alastraram-se, não raro qualificadas pela colaboração de talentosos articulistas e ilustradores do período. Maior circulação ainda obtinham as revistas de origem católica, com entrada garantida nos lares, vistas como inofensivas e benéficas às famílias de formação cristã, que conformavam a imensa maioria do País. (MARTINS, 2003, p. 66).

A Igreja pleiteou, com todo vigor, afirmar-se nessa disputa ampliando suas frentes de ação. O jornal *O Apóstolo*<sup>8</sup>, de 12 de janeiro de 1890 assevera a conduta:

Que perigos, pois, não correrá o nosso povo catholico; mas pouco instruído, quer das cidades, quer dos campos, desde que espalharem em seu seio todo o gênero de impressos propagandistas das seitas inimigas! Como neutralizar o efeito da imprensa senão pela imprensa mesma? (*O Apóstolo*, 1980, p. 2).

A Igreja estabelecia disputas a tudo que se opunha ao catolicismo com apropriação de discursos apologéticos frente aos fiéis. Essas reformas na Igreja Católica foram importantes aqui no Brasil, pois ela estava sofrendo com a diminuição

<sup>7</sup> Utilizamos o termo “oficial” para nos referirmos à perda do espaço que a Igreja possuía junto ao Estado no regime do padroado. Todavia, ressaltamos que, oficiosamente, a Igreja sempre se manteve junto ao Estado, atuando de muitos modos e em muitas frentes, consolidando uma cultura estreitamente relacionada à religião e à religiosidade católica, que a mantinha presente no imaginário coletivo, nos ritos, nas festas, nos valores e comportamentos, em hábitos que, em larga medida, incidiam direta ou indiretamente nas formas de organização da sociedade brasileira.

<sup>8</sup> Jornal *O Apóstolo*: Inicialmente, este impresso era semanal, sendo publicado a cada domingo nos primeiros anos. Posteriormente, entre 1874 e 1875, ele passou a ser diário. E na década de 1880 circulou três vezes na semana: aos domingos, quartas e sextas. Como era característica comum dos jornais da época, tinha cerca de 4 a 6 páginas por exemplar, sendo que a numeração dos mesmos se dava de forma contínua por muitas edições seguidas. Esse jornal poderia ser adquirido na Corte Imperial, local de sua produção, ou em qualquer província do Brasil, sendo vendido na própria tipografia ou nas paróquias mais centrais. (LIMEIRA, 2011, p. 14.).



de religiosos no trabalho pastoral, além das questões envolvendo a falta de dedicação às Igrejas, porque a maçonaria se infiltrava no clero e os padres estavam casando e tendo filhos. Segundo Mesquida (2001), a Igreja promove a reinserção da religião por meio do ensino para os fiéis, que se dividia em educação católica para as elites, a fim de conseguir influências<sup>9</sup> e, para os grupos populares, uma educação missionária, com a preparação para a consciência cidadã.

É nesse contexto, na virada do século XIX para o XX, que se intensificou, no Brasil, a chegada das congregações religiosas que desempenharam um importante papel no reforço em assegurar a presença da Igreja Católica na sociedade brasileira, por meio dos vários serviços oferecidos por essas congregações.

[...] mais de trezentas congregações imigraram da Europa, trazendo na bagagem seus carismas e suas missões, pessoal especializado e letrado, e o apoio de uma instituição milenar. Recebidos pelo Estado, pela elite eclesiástica e civil, colaboraram na construção do estado nacional, do sistema nacional de educação e na modernização da sociedade dentro dos princípios da Igreja. (BITTENCOURT, 2014, p. 120).

Com o decorrer dos anos, a Igreja e os prelados diocesanos optavam por chamar novas congregações europeias no lugar das congregações brasileiras, pois, além de educados pelos colégios europeus, obtinham isenção de questões políticas que ganhavam bojo dentro da Igreja.

Assim, as congregações preferiram vir ao Brasil para se estabelecerem nas missões, no ensino e na pastoral. Escolas, orfanatos, asilos e hospitais tornavam-se estratégias da Igreja para a reestruturação do poder católico junto à sociedade, sendo uma forma de firmá-la no país. Agregado à vinda das ordens, a Igreja Católica Romana obtinha interesses em europeizar as Igrejas espalhadas pelos continentes a fim de retomar seu poder e controle supremo. Esse movimento ficou conhecido como “romanização”. No entanto, nem todos os católicos viram esse movimento com bons olhos.

Para os católicos liberais, existia uma ameaça com a vinda das congregações:

---

<sup>9</sup> A missão educativa deveria se efetuar junto à elite, em particular a elite urbana, atraindo-a para as hostes da Igreja e preparando-a para exercer influência junto às autoridades constituídas, a fim de incluir o ensino da religião católica nas escolas públicas, e recuperar a hegemonia social e política abalada com a separação dos “dois poderes”, o Estado e a Igreja. (MESQUIDA, 2001, p. 127).

Se havia pouca simpatia por parte dos clérigos liberais com relação às antigas ordens monásticas, maiores eram ainda as restrições que eles faziam quanto ao ingresso de religiosos estrangeiros no país. Aqui não pesava apenas o possível aspecto de sua inutilidade econômica, mas muito mais o perigo político que sua atuação podia constituir para o país. (AZZI, 1991, p. 133).

Desde o século XIX, a imprensa católica buscava um espaço na sociedade, mas vários fatos emergiram e ocasionaram em uma grande luta neste espaço, como disputas dentro da Igreja Católica entre a vertente liberal, que buscava independência do país, autonomia religiosa e liberdade política, e a outra vertente, conservadora, ultramontana, com absoluta dedicação ao Papa, o qual era considerado o detentor da sabedoria e do poder conferido por Deus e quem todos deveriam seguir. Como pano de fundo, ainda tinham os atritos com a maçonaria, que circulava no país e ganhava grandes adeptos pela divulgação dos pensamentos positivista e pelas situações política e econômica, instáveis dentro do país.

Segundo Luca (2008), o regime republicano passou seus primeiros anos por grandes turbulências e embates a favor e contra à monarquia que deram um tom ao cenário político instalado no país, com “desavenças entre o Congresso Nacional e os primeiros presidentes Deodoro da Fonseca (1889-1891), que renunciou ao cargo, e seu sucessor Floriano Peixoto (1891-1894); levantes das forças armadas em vários Estados da Federação e na própria capital do país” (LUCA, 2008, p. 158). Dessa forma, vivia-se um contexto de desavenças que era publicado todos os dias nos jornais.

Em meio a esta trama política, a Igreja Católica aproveitou a oportunidade de expandir suas dioceses, construindo várias igrejas por todo país. O maior número de construções ocorreu nos estados de maior poder e riquezas, e também em locais onde se instalaram muitos imigrantes europeus.

A Igreja taticamente ia se remodelando de acordo com a sociedade republicana que queria melhores condições de vida, uma educação de qualidade. De acordo com Azzi,

Durante a década de 20, começaram a surgir no Brasil movimentos que apregoavam a necessidade de uma verdadeira revolução social. Diante dessas novas ideias, a hierarquia católica julgou chegada a hora oportuna para oferecer ao governo republicano sua colaboração. (AZZI, 1977, p. 75).

A organização eclesiástica viabilizava um trabalho nos estados brasileiros que buscava acalmar os ânimos da sociedade.

Com o passar do tempo, já na década de 1930, Getúlio Vargas, com seu projeto nacionalista e desenvolvimentista, proporcionou espaço para a Igreja, influenciando na valorização da identidade brasileira e oportunizando a instalação de congregações no país, desde que se adequassem ao regime nacionalista varguista.

Nesse cenário as Irmãs Paulinas chegaram no país com o projeto de propagar o evangelho com os meios de comunicação social, o que se configura como a base constitutiva de seu carisma. A partir daí, iniciou-se, para essa congregação, uma trajetória similar à de muitas outras congregações, as quais haviam chegado anteriormente.

Uma diferença merece destaque: as Irmãs Paulinas ganharam respaldo no período de nacionalismo, quando a Igreja conseguiu alcançar um maior espaço junto ao Estado, e sua estratégia de evangelização pelos meios de comunicação poderia ser interessante para difundir, concomitantemente, valores que aproximavam e reforçavam a aliança entre a Igreja e o novo governo.

O processo de circulação de ideias e intelectuais da Igreja Católica, entretanto, não pode ser pensado como transposição direta. As diferenças entre a realidade histórica dos países europeus – língua, nível de instrução, grau de desenvolvimento tecnológico e a própria relação da Igreja com a sociedade e o Estado – e a situação política e cultural do Brasil fizeram com que os grupos imigrantes adaptassem suas missões, seus projetos e seus carismas. Isso exigiu negociações constantes entre os grupos religiosos, os poderes políticos e as elites locais. As congregações, que já detinham alto grau de profissionalização no campo da edição, conseguiram encontrar soluções mesmo em realidade adversa. Exemplos, nesse caso, são as congregações Maristas, Claretianos e Paulinas. (BITTENCOURT, 2014, p. 132-133).

Mas elas não foram as únicas, porque Bittencourt (2014) destaca a presença de editoras católicas que se organizaram nesse período no Brasil e sua força no mercado editorial. Segundo a autora,

A trajetória das editoras católicas fundadas no começo do século XX não é diferente daquelas primeiras editoras laicas estabelecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, cujos projetos implementados por livreiros estrangeiros se aproveitavam da circulação Europa X Brasil, editando aqui e imprimindo lá, importando e traduzindo. Muitos desses sucumbiram nos períodos de crise mundial. Entretanto, as católicas demonstraram maior capacidade de resistência e de adaptação aos reveses da política e da economia, certamente graças ao poder simbólico e econômico da Igreja e a sua capacidade de fazer alianças no campo do poder. (BITTENCOURT, 2014, p. 122).

Deste modo, as Irmãs Paulinas iniciaram seu trabalho em 1931, na capital de São Paulo, que será abordado no primeiro capítulo.

Em 1961, o Papa João XXIII sentiu a necessidade de uma nova organização para o futuro da Igreja. O *Aggiornamento*<sup>10</sup> ocorreu como uma investida em pensar, organizar e atualizar os conceitos junto com a situação mundial. Foi o momento que o clero aderiu com zelo os meios de comunicação. Para Puntel (2008, p. 121), “[o] Vaticano II constituiu-se no mais importante evento da Igreja Católica do século passado.”, sendo um marco para imprensa religiosa. Segundo Dalmolin (2012), o Concílio Vaticano II, com o decreto *Inter Mirifica*, foi uma referência para a imprensa católica, período antes e pós Concílio Vaticano II

Antes do Concílio Vaticano II, a imprensa era voltada para a romanização, com discursos apologéticos e, após o Concílio Vaticano II, a imprensa se voltou para propor novos paradigmas, com discursos acolhedores e compreensíveis com a sociedade. Segundo Puntel (2008, p. 124), “A Igreja quis assumir assim uma visão mais otimista da comunicação diante das ‘questões sociais’”. Essa foi uma decisão da Igreja em querer apreender por onde perpassavam as questões sociais, e “foi assim que o documento *Gaudium et spes* [Sobre a Igreja no mundo de hoje] chamou a atenção a respeito da nova postura da Igreja sobre a justiça e da transformação da sociedade como uma dimensão fundamental da evangelização” (PUNTEL, 2008, p. 121).

Com a imprensa industrializada no auge, a imprensa católica se obrigou a se adequar aos moldes profissionais, o que levou ao fim muitos periódicos artesanais. Dalmolin (2012) afirma que a imprensa confessional católica se dividiu em duas vertentes: uma informativa, com notícias e ocorrências, era organizada pelos

---

<sup>10</sup>*Aggiornamento* foi o nome dado ao Concílio Vaticano II, na tentativa de “arrumar a casa” para a ação da Igreja na contemporaneidade. Foi convocada no ano de 1961 pelo Papa João XXIII e terminada em 1965 com o Papa Paulo VI.

boletins com circulação pelas paróquias e Igrejas, enquanto na outra vertente as revistas, mais elucidativas, apresentavam maior abrangência e circulação<sup>11</sup>.

Neste novo cenário, o veículo revista destaca-se por suas próprias características, que ultrapassam sua caracterização católica, e fazem desta um meio interessante para a Igreja do ponto de vista comunicativo. O contexto suscita os meios de comunicação eclesiais a explorarem uma perspectiva católica dos acontecimentos. A revista aparece como o veículo mais apropriado para divulgar o pensamento institucional da Igreja, direito garantido e reafirmado pelo Concílio, por suas características próprias e caráter especializado. (DALMOLIN, 2012, p. 9-10).

A revista *Família Cristã* firma-se neste ramo e alcança circulação nacional. Com abordagem de temas variados e editores especializados para cada seção. Ao dissertarmos sobre a revista, é necessário entendermos a relevância dessa pesquisa e passar a compreender como essa temática vem sendo discutida no campo da História da Educação. Para isso, foram realizadas pesquisas em algumas bases de dados sobre a *imprensa periódica educacional* e especificamente sobre a revista *Família Cristã*.

Em pesquisa no Google Acadêmico, utilizando a palavra-chave *imprensa periódica educacional*, foram encontrados cinco artigos que versam sobre o tema, a saber: (1) *A imprensa periódica educacional: a revista de ensino e o estudo do campo educacional*, de Denice Bárbara Catani (1996), artigo que apresenta uma categoria de autores que expõem sobre a imprensa periódica educacional como fonte de investigação e instâncias de apreensão do modo de funcionamento da área educacional, das lutas de legitimidade. (2) *A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira*, de Cynthia Pereira de Sousa e Denice Barbara Catani (1994), que discorre sobre o campo educacional, bem como as práticas e disciplinas escolares, especificamente sobre os periódicos paulistas. (3) *Livros escolares e a imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil 1870-1939*, de Lucio Kreutz (2008), que apresenta a historiografia da imprensa pedagógica como promotora do processo escolar, principalmente os livros escolares dos imigrantes alemães no Brasil, que o artigo utilizou como fonte. (4) *Imagens da mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século*, de Jane Soares de Almeida (1998). Nesse artigo, a

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar que essa divisão é flexível, e um exemplo é o *Boletim Catequético* editado pelo Padre Negromonte, em Belo Horizonte, com forte sentido pedagógico para os professores, revelando-se muito além de apenas fazer circular informação. (ORLANDO, 2013 b).

autora analisa dois periódicos reproduzidos para o público feminino, um para a instrução de professoras e outro voltado para a sociedade. (5) *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*, de Maria Lucia Garcia Pallares-Burke (1998). Este artigo propõe uma análise da imprensa periódica na primeira metade do século XIX, no Brasil, utilizando como fonte o periódico *O Carapuço*, que circulou em Recife.

Em pesquisa no banco de teses e dissertações da *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD), com a mesma palavra-chave “imprensa periódica educacional”, foram constatados quatro trabalhos: (1) *Educar-se para educar: o projeto pedagógico do Monsenhor Álvaro Negromonte dirigido a professoras e famílias através de impressos (1936-1964)*, de Evelyn de Almeida Orlando (2013a), em Educação. A tese apresenta uma análise dos impressos de educação religiosa produzidos pelo Monsenhor Álvaro Negromonte. Esses impressos eram produzidos para diferentes públicos sempre priorizando as famílias, a educação e a escola.

(2) *Nas páginas da imprensa: a instrução/ educação nos jornais em Mato Grosso 1880-1910*, de Adriana Aparecida Pinto (2013), na área de Educação Escolar. Ao regressar historicamente, a autora propõe a análise de impressos educacionais que circularam no Mato Grosso no período de 1890 até 1910. (3) *Revista cidade nova e as propostas de educação*, de Maria José Dantas (2008), em Educação. A dissertação analisa a *Revista Cidade Nova* (1980-2005) com o objetivo de apreender os temas educacionais abordados pelas cartas, leitores e artigos. (4) *Pro aris et focis: a revista das faculdades campineiras e a divulgação do ideário católico*, de Antonio José da Silva (2008a), na área da Educação, que versa sobre o periódico educacional e confessional católico *Revista das Faculdades Campineiras*, no período da década de 1960. O olhar do autor foca nas tensões educacionais e religiosas do período na publicação da Lei 4.024 de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

No Portal Domínio Público, utilizando a mesma palavra-chave “imprensa periódica educacional”, foi encontrada a tese *Alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)*, de Marcia Cristina de Mello Oliveira (2007), em Educação. A tese analisou a trajetória da alfabetização no país no período de 1927 até 1943, tendo como fonte periódicos educacionais que circulavam em São Paulo.

Ao verificarmos as produções existentes sobre a revista *Família Cristã* na base de dados Scielo, encontramos duas publicações: (1) *Revista Família Cristã da*

*Editora Paulinas, referente a educação de crianças, ideias numa revista católica (1935 a 1988)*, de Caldana e Alves (1993), da área de Psicologia da Educação. O artigo desenvolve uma reflexão sobre a presença de temas relacionados à educação infantil na revista, assumindo a função de orientar saberes relacionados a essa temática aos pais e à sociedade, e também apresenta três momentos na história da revista como balizadores: em 1935, nas quais as publicações destacam a criança como submissa aos pais; em 1959, são analisadas técnicas ligadas à Psicologia e à Puericultura com amplos estudos sobre a criança, e, em 1988, com vários artigos relacionados à Psicologia e Psicanálise com ênfase sobre a vida emocional.(2) O segundo artigo localizado nessa base de dados, *Revista Família Cristã da Editora Paulus: o papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações do ideário*, de Santos, Caldana e Alves (2001), igualmente da área de Psicologia da Educação, discorre amplamente sobre as transformações sociais na vida da mulher e suas conquistas na sociedade, e analisa metodologicamente as revistas com o cerne sobre a discussão de gênero, concluindo com reflexão sobre o papel do homem abordado nas revistas sob o cenário da época de 1943 a 1993.

No Google Acadêmico, a revista *Família Cristã* foi citada em duas publicações de Aline Dalmolin, a saber: (1) *Por uma História da Imprensa Católica Brasileira* (2012), da área de Ciências da Comunicação. A autora examina a trajetória da imprensa católica no país, mediante análise das revistas Rainha e Família Cristã, de grande circulação pela sociedade. Ela destaca marcos dentro da Igreja Católica que refletiram no destino da imprensa católica. (2) *E Aborto, Igreja Católica e o Movimento Feminista nos anos 1980: uma cruzada de valores* (s/d), de Ciências da Comunicação, no qual Dalmolin reflete sobre o tema “aborto”, feminismo, anticoncepcionais e todos os embates entre Igreja e movimentos pró-aborto. O artigo é uma parte da tese *O discurso sobre aborto em revistas católicas brasileiras: rainha e família cristã (1980-1990)*, do ano de 2012 e da área de Ciências da Comunicação, na qual foram analisadas duas revistas confessionais católicas sob a ótica dos valores em relação ao discurso sobre o aborto e a modernidade.

No Banco de Teses e Dissertações da Capes, ao pesquisar sobre a Editora Paulinas e a Revista Família Cristã, foram localizados quatro trabalhos. Entre eles:(1) *A Revista A Família Cristã e o Discurso Anticomunista (1960-64)*, de Silvia Regina Etges Rabusky (2008), da área de História. Ela relata sobre a imprensa e seu papel no campo historiográfico e a imprensa religiosa e a Revista Família Cristã

como parte da ampliação da Igreja na sociedade. Também expõe a trajetória da Revista *Família Cristã*, junto ao movimento anticomunista, com os discursos publicados com ideologias contra o comunismo no período de 1960 a 1964. (2) *A religiosidade popular na Revista Família Cristã: uma análise das matérias que aparecem na seção Cultura Popular das edições de 1980 a 1981*, de Maria Natividade Pereira do Nascimento (2007), da área de Ciências da Religião. A autora relata toda trajetória da formação da congregação com fontes documentais da Itália e analisa a religiosidade popular nas matérias editadas nos anos de 1980 e 1981. (3) *Comunicação: jornal versão semanal e revista família cristã: uma abordagem hermenêutica*, de Michele Boff da Silva (2002), de Comunicação Social, que analisa dois periódicos: a revista *Família Cristã*, de âmbito nacional, e o *Jornal Versão Semanal*, de contexto regional. Com o objetivo de verificar as ideologias e forças simbólicas asseveradas pelas revistas (esta obra não está disponível na plataforma da Capes). (4) *Família cristã: espiritualidade, amor e violência*, de Joel de Carvalho Velozo (2007), de Teologia, o qual versa sobre as Igrejas evangélicas e o alto índice de violência contra mulheres dessas igrejas. Este trabalho apareceu nas buscas, mas foi descartado por não pertencer ao objeto de pesquisa.

Em outra breve investigação na plataforma da BDTD, 4 resultados foram identificados, sendo que 2 já foram apresentados nos resultados do banco de teses e dissertações da Capes, e os outros são: (1) *A mulher brasileira em ação: motivações e imperativos para o golpe de 1964*, de Dhãrana Pérola Ricardo Sestini (2008), de História Social. Essa dissertação relata a contribuição da revista *Família Cristã* para a construção da identidade da mulher brasileira na década de 60, como as manifestações da mulher contra o anticomunismo e as ações que protagonizaram o apoio ao golpe de 1964. (2) *E A representação social da Família: desvendando conteúdos e explorando processos*, de Karina de Mendonça Vasconcellos (2013), em Psicologia Social. A autora desenvolve sua tese embasada nas representações sociais da psicologia social. Como parte do trabalho, examina artigos da revista *Família Cristã*, com temas sobre família, assuntos religiosos, discursos e a influência social, que direcionam para transformações históricas relatadas pela revista.

Ao fazer uma pesquisa com as palavras-chave “Revista Família Cristã” e “Editora Paulinas” em alguns periódicos, nada foi constatado. Os periódicos consultados foram: *Revista Brasileira de História da Educação*, desde o primeiro número até o atual (volume 17, número 2, 2017); *Revista Histedbr On-line*, do Grupo



de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil; *Revista História da Educação* (ou *History Education Journal*); *Revista História: Questões & Debates da Associação Paranaense de História* (APAH), do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná, volume 64, número 2 de julho-dezembro 2016; todas as edições da *Revista Cadernos de História da Educação* analisadas foram publicadas de 2002 a 2017.

Em uma pesquisa no site de busca *Google* sobre as *ordens católicas no Brasil*, encontramos uma tese que analisa a *Revista Família Cristã*, de Heloísa Helena Daldin Pereira (2014), intitulada *O habitus cajuruense: Cultura escolar do curso Normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na década de 1960*, da área de Educação. A autora retrata a vinda das ordens religiosas para o Brasil na primeira década do século XX, e discorre sobre as Irmãs de Chambéry com a instalação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, conhecido como o Cajuru. Nesse contexto surge a revista *Família Cristã*, estudada pelas alunas com a chancela da direção escolar. A autora também propõe uma análise dos conteúdos direcionado às mulheres, que eram veiculados para a sociedade brasileira.

Esses trabalhos servem de orientação para melhor compreensão da revista *Família Cristã*, mas também permitem perceber um hiato existente na historiografia sobre o diálogo com o leitor, na seção de cartas. Deste modo, buscando suprir uma lacuna, em alguma medida contribuir com um investimento diferenciado nesta orientação.

Os aportes teóricos utilizados nesta pesquisa estão alicerçados em textos de Chartier (1995, 1998, 2002a, 2002b, 2014), nos quais o autor promove reflexões dos conceitos de *apropriação*, *cultura escrita* e seu usos e efeitos na sociedade. Ele também trata sobre o leitor e suas práticas de leituras, a comunidade de leitores e o sistema de representação cultural como resultados desta prática. Chartier e Hébrard (1995), expõem criticamente questões sobre os impressos e a promoção da leitura como objeto de discursos. As autoras Bastos, Cunha e Mignot (2002) apresentaram as cartas como manifestações das práticas sociais, cheias de representações e significados e fomentadoras de uma percepção da cultura escrita. As autoras Bouzinac (2016) e Diaz (2016) promovem a assimilação dos conceitos de escrita epistolar na história, além de possibilitarem que pensemos em seus usos na dimensão material. Dantas (2008) propõe um esclarecimento sobre a imprensa

periódica educacional, bem como a análise de artigos e cartas dos leitores da revista *Cidade Nova*.

Para subsidiar as questões de análise dialógica dos discursos na seção de cartas, o aporte teórico-metodológico encontrou subsídios em Fiorin (2016), que introduz os conceitos bakhtinianos nas relações dialógicas entre as vozes e interlocutores. O autor de ancoragem, Bakhtin (1998), contribui com seus conceitos de diálogo e enunciado entre as vozes, que embasam a reflexão sobre a análise dialógica dos discursos entre as perguntas dos consulentes da revista *Família Cristã*, as respostas empregadas pela editora e o cenário social que alterna entre partidário e antagonista deste fenômeno.

Este trabalho é construído em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *A congregação das Irmãs Paulinas: mediação cultural em um projeto educacional pelos meios de comunicação*, que se divide em um subcapítulo *Do nascimento na Itália: até a propagação no Brasil*, descreve a vinda das ordens religiosas para o Brasil, bem como a história do fundador e da cofundadora da congregação, e aborda a trajetória das Irmãs Paulinas como mediadoras intelectuais com seu projeto educacional pelos meios de comunicação. O segundo capítulo, *A revista Família Cristã e o potencial educativo da imprensa periódica*, apresenta relatos das Irmãs Paulinas na implantação do periódico no país, e seu subcapítulo *A escrita epistolar na seção de cartas e o leitor*, descreve a epistolaridade ao longo dos tempos e a evidência das cartas na revista *Família Cristã*. O terceiro capítulo, *O leitor em evidência: leituras e tensões que emergem da seção "A carta do mês"*, à luz de Bakhtin, compreende os conceitos do autor que embasam a análise das cartas, buscando entender o diálogo com o leitor, as tensões presentes nas cartas com o advento da modernidade e principalmente o flagrante do discurso pedagógico comunicado às famílias brasileiras. As análises foram divididas por subcapítulos: *Educação Social, Educação Religiosa, Educação Familiar, Orientação Sexual, Educação Formal e Orientação Psicológica*.

## **1 A CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS PAULINAS: MEDIAÇÃO CULTURAL EM UM PROJETO EDUCACIONAL PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

O ano 2015, no Brasil, começou com eventos católicos em âmbito nacional com a comemoração dos cem anos de fundação da Congregação das Irmãs Paulinas. Foram homenageadas nas Assembleias Legislativas de Pernambuco e São Paulo, várias missas festivas, com a abertura em 07 de fevereiro de 2015 na Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, em São Paulo, depois em Salvador, Curitiba, Nossa Senhora de Aparecida, além de um show no Estádio do Arruda, em Pernambuco. De acordo com Silva (2015, p. 1), “O centenário de fundação das Irmãs Paulinas não é uma data celebrativa exclusiva das irmãs, mas abrange toda a igreja e sociedade devido ao trabalho educativo-pastoral-comunicativo que elas exercem.” A Congregação passou esses anos trabalhando com missões e evangelização da sociedade pelos meios de comunicação. Segundo Belém (2002, p. 228), “elas estão nas principais cidades de 50 nações, com 257 comunidades”, aumentando cada dia mais seu espaço na sociedade por meio dos impressos. Parte da história dos cem anos dessas irmãs que “vivem em comunidade, organizam e administram editoras de livros e de revistas, evangelizam com a música e a canção, conduzem livrarias e centros de estudos e de formação” (BRUSCATO, 2015, p. 5) será narrada nesta dissertação. Começaremos pelo princípio da vinda das ordens católicas para o Brasil, juntamente com uma breve contextualização sobre a Igreja.

A Igreja Católica, com mais de dois mil anos, visivelmente percorre a história do Ocidente ao longo dos tempos. Esta instituição não se constitui uma realidade finalizada, mas depende, em cada época, da percepção do passado e das questões do presente. O catolicismo, sem dúvidas, é um componente constituinte da história do Brasil, pois suscita marcos importantes de uma visão sociopolítica e cultural mais ampla.

A Igreja é herdeira de um processo de reorganização ao longo dos tempos, pois, desde 1549, com a instalação dos jesuítas e capuchinos, não foi instituída uma estrutura clerical sólida, bem como durante o período colonial, no qual a Igreja vivenciou tempos de dependência em sua união com o Estado, visto que o catolicismo era a religião oficial da nação.

Nesse sentido, no Brasil, as ordens religiosas foram fundamentais para a difusão da fé católica desde os tempos coloniais. Não apenas os jesuítas assumiram

essa missão, mas também outras ordens, que “[d]urante as duas últimas décadas do século XVI vieram para o Brasil religiosos de três grandes ordens de tradição medieval: beneditinos, carmelitas e franciscanos” (HOORNAERT, 1977, p. 213). Ao fim do século XVI, com o principal foco de evangelização, encontram-se no país instalados “quinze conventos das ordens antigas e três colégios dos jesuítas. Dessas 18 comunidades religiosas, 11 estavam situadas nos três principais centros de população da época; Bahia, Olinda e Rio” (HOORNAERT, 1977, p. 215).

No século XVII, os capuchinos franceses vivenciam uma história de missões, no país que perdurou por algumas décadas e culminou na expulsão da ordem. “Os capuchinos franceses foram expulsos do Brasil por volta de 1700, pelo rompimento das relações diplomáticas entre Portugal e Bahia (HOORNAERT, 1977, p. 217). Em 1705, retornaram à nação os capuchinos italianos para promover as missões populares.

Já as ordens religiosas femininas tiveram sua difusão com as casas de recolhimento<sup>12</sup>, que no século XVII foram três: “O recolhimento do Desterro na Bahia<sup>13</sup>, o recolhimento da Ajuda no Rio e o recolhimento de Santa Teresa em São Paulo” (HOORNAERT, 1977, p.224). Além das fundações das casas de recolhimento, também houve as fundações dos conventos das irmãs Ursulinas.

Após a República, a Igreja Católica contou com a nova situação, inesperadamente estabelecida, suscitando para a hierarquia eclesiástica católica uma série de adversidades. E quais foram os dilemas? Foram elas: a instituição do estado laico, retirando oficialmente as aulas de ensino religioso do currículo nas escolas públicas, a perda de espaço social em meio às outras religiões que estavam emergindo, a quebra da aliança com o governo, além das divisões internas da Igreja entre padres liberais e os padres conservadores.

A vertente conservadora, conhecida como ultramontanos e romanizadores, defendia a aproximação de Roma. Guiados pelo Concílio de Trento (1545-1563) e pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), queriam uma Igreja conservadora, doutrinária e centralizadora, que confessasse uma fidelidade inquestionável ao Papa e à Igreja em Roma.

---

<sup>12</sup> “Recolhimentos foram as primeiras casas para mulheres com ideal de vida religiosa no Brasil. [...] diversos desses recolhimentos se transformaram sucessivamente em verdadeiros conventos femininos.” (HOORNAERT, 1977, p. 224).

<sup>13</sup> “Recolhimento do Desterro, na Bahia, constituiu-se na primeira casa religiosa feminina do Brasil, pois vieram religiosas professoras diretamente de Portugal para organizar o convento nos padrões de vida religiosa europeia”. (HOORNAERT, 1977, p. 224).

O papa, apresentando-se sucessor de Pedro, pretendia ser reconhecido como soberano dos soberanos, arbitrando as questões entre todos os chefes de Estado. A posição se justificava, por um lado, pela ideia de universalidade da Igreja cristã – a cristandade europeia ocidental entendida como um corpo cuja cabeça era o Papa – e por outro, por uma concepção de História, na qual Deus é o princípio e a Ele se subordinam em cadeia o Papa, o Rei, o nobre, o comerciante, o homem comum, a mulher. (ZULIAN, 2005, p. 45).

A vertente nacionalista, regalista e liberal, era governada por padres liberais que confessavam um liberalismo teórico e, constantemente, religioso. Seu maior objetivo era a constituição de uma Igreja Nacional formalmente ligada a Roma. O clero liberal acreditava na autonomia em relação ao Estado, e a elevação cultural dos padres era uma necessidade para que acontecesse a renovação dentro da Igreja. O Padre Diogo Antônio Feijó<sup>14</sup>, representante do clero diocesano de São Paulo e da Igreja brasileira, tinha como um dos objetivos defender os direitos nacionais em sintonia com a realidade nacional. Em contrapartida, o ultramontanismo apresentou uma crescente centralização, conhecida como Igreja Universal, com o direcionamento do Papa Pio IX, tornando-se uma contraofensiva às tendências liberais:

Somente com a Proclamação da República foi que o Papa Leão XIII, informado da problemática, investiu na expansão de dioceses, na criação de seminários e no encaminhamento de ordens e congregações religiosas estrangeiras, masculinas e femininas para suprir as deficiências de pessoal. Dessa forma, foram proliferando dioceses e seminários em todo o país. Em 1900, havia dezessete dioceses; em 1910, trinta e em 1920, chegou ao patamar de cinquenta e oito dioceses (SERPA, 2008, p. 305).

Essa atitude do prelado foi também uma estratégia para controlar as condutas dos religiosos, padres e seminaristas, afinados com os novos preceitos civilizatórios dentro do país, do modelo que vinha da Europa. Ao longo dessas conjunturas, os prelados diocesanos optavam por convocar novas congregações europeias, ao contrário das congregações brasileiras. Assim, as congregações preferiram vir ao Brasil para se estabelecerem nas missões, ensino e pastoral.

---

<sup>14</sup> Padre Diogo Antônio Feijó: “Figura marcante desse período regencial é o Padre Diogo Antônio Feijó(1784-1843), primeiro como Ministro de Justiça na Regência Trina Permanente (17-6-1831 a 12-10-1835) e depois como Regente Uno (12-10-1835 a 18-9-1837)”.(MATOS,2002a, p. 38).

Com o avanço da modernidade, a Igreja, o Estado e a sociedade oligárquica tinham a educação como um ponto em comum. A educação era vista pela Igreja como a forma de recristianizar a sociedade, e o Estado almejava a construção das escolas confessionais católicas, uma forma de suprir a defasagem do ensino ofertado pelo próprio governo e a sociedade vigente, idealizando nas escolas católicas uma educação conservadora por excelência europeia para educar as filhas e filhos.

Chegando ao Brasil na qualidade de missionários, os religiosos constituíram o principal núcleo das novas orientações da Igreja para a educação. Raríssimos foram os institutos que não se envolveram com a atividade, pois, ao controlar o sistema educacional, a Igreja poderia, na verdade controlar o sistema de difusão de ideias. (ZULIAN, 2005, p. 57).

Congregações como lazaristas, jesuítas, dominicanos e salesianos montaram, na área da educação, uma tipografia e contribuíram com a impressão do que consideravam como bons livros para o povo. “Surgiria daí um grande trabalho de impressão e divulgação visando a ‘dissipar das mentes as trevas da ignorância e do erro’” (VIEIRA, 2007, p. 169).

Até meados do século XIX existiam poucas congregações, como as Ursulinas, na Bahia, o mosteiro da Luz, em São Paulo, as Carmelitas Descalças e as Irmãs Concepcionistas, no Rio de Janeiro, todas advindas de famílias nobres. Após 1895, chegaram as Irmãs Francesas de Bordeaux e, com isso, “a pedidos dos bispos reformadores ou de religiosos de carisma semelhante, algumas congregações religiosas femininas europeias começaram a se instalar no Brasil, destacando-se, sobretudo, nas áreas de saúde e de educação” (VIEIRA, 2007, p. 171). Entre elas se sobressaíram: As Filhas da Caridade, Irmãs de São José de Chambéry, Irmãs de Santa Dorotéia de Frassinetti, Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã e Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils.

As congregações femininas de origem francesa propiciaram notáveis contribuições na educação, pois não existia um quadro de docentes para suprir as necessidades de todo o país e as congregações ganharam espaço na educação brasileira. Para Leonardi (2009), o governo obtinha um projeto de educação para o país, acreditando ser a solução para todos os problemas que ocorriam na época.

Além de pensar a educação como promotora de uma nacionalidade sobre o povo. O trabalho das ordens religiosas supriu a mão de obra escassa nas escolas, pois, faltavam professores para toda a sociedade.

Segundo Vieira (2007), novos membros das congregações femininas e masculinas desejavam colaborar para um novo modelo eclesial. “Em relação à autoridade leiga, os comportamentos assumidos pelos novos religiosos eram cordiais, abertos à colaboração, mas independentes. Por isso, quase sempre eram criticados em blocos tanto pelos regalistas quanto pelos maçons” (VIEIRA, 2007, p. 175). A questão era que os novos religiosos colaborariam para o estabelecimento da reforma na Igreja a fim de reduzir a infiltração dos maçons nesta instituição, principalmente após a publicação do Syllabus<sup>15</sup>. Com um outro olhar, David Gueiros Vieira relata que

Esses escritos culminaram em 1864 com a Encíclica *Quanta cura* e o “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma. Portanto, a grosso modo, pode-se dizer que o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. [...] O ultramontanismo, entretanto, não encontrou no começo do século XIX um clima muito favorável no Brasil. Desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas em Portugal e suas colônias (1759). [...] O ultramontanismo foi algo que cresceu vagarosamente no Brasil, e em geral, através da influência estrangeira. (VIEIRA, 1980, p. 33).

As escolas confessionais femininas tinham o intuito de educar as jovens pensando nas famílias e na sociedade que as mesmas formariam, afastando das jovens a ameaça que era o advento da modernidade. Zulian (2005) assevera sobre à educação feminina ofertada pelas congregações confessionais católicas. Pensava-se que a mulher seria a influenciadora de seu marido e, posteriormente, de sua família. As famílias, obedecendo aos preceitos religiosos, seriam recristianizadas e, com isso, se formaria uma sociedade voltada para o catolicismo.

A Igreja Católica sempre atuou de forma muito presente na formação intelectual e social, pois acreditava ser este um caminho eficaz para disseminar os preceitos cristãos, isto é, a formação da moral cristã. A sociedade republicana estava avançando com convicções de uma sociedade moderna, laica, com

---

<sup>15</sup>Syllabus (SIC) é o catálogo de 80 proposições condenadas pelo Pio IX (1864). Acompanhava a encíclica *Quantacura*, plataforma oficial do antiliberalismo eclesiástico. (LUSTOSA, 1991, p. 39).

responsabilidades e direitos civis a todos, todavia, a Igreja Católica Romana combatia com todas as forças esse ideário de sociedade laica. A educação foi o melhor subterfúgio para a situação que avançava no país e no mundo.

Assim, na tentativa de recuperar antigas posições, a Igreja Católica batalhou em duas frentes: em uma, lutando arduamente para modificar a Constituição, a fim de possibilitar o ensino religioso nas escolas públicas, em outra, abrindo, mais e mais, colégios católicos, face à abertura de outros colégios confessionais (luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas). A Igreja Católica voltou, assim, as atenções, preferencialmente, para a educação feminina, sem descuidar da educação masculina e sem desativar as outras formas já tradicionais de doutrinação. (ZULIAN, 2005, p. 58).

Todas as classes da sociedade se tornaram estratégias da Igreja para a reestruturação do poder católico. Zulian (2005) aponta que as congregações que vieram para o Brasil escolhiam os locais onde se instalariam, principalmente naqueles onde a presença de imigrantes europeus era significativa, ou seja, acreditavam que os imigrantes teriam mais facilidade em assimilar os ensinamentos religiosos. De acordo com Leonardi,

As instituições que vieram para o país entre 1880 e 1912, se concentravam nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o que se explica pelo desenvolvimento econômico e político destas regiões no período. Tomando o caso do Estado de São Paulo, a maior concentração era de Congregações francesas e italianas, dentre as quais algumas permanecem desconhecidas da historiografia da educação já que fundaram seus colégios somente em meados do século XX. (LEONARDI, 2009, p. 183).

A instalação das escolas confessionais católicas no Brasil era um projeto de promover uma sociedade de conduta e valores morais cristãos, sempre ligados à Igreja central de Roma, com o objetivo de recristianização do país, tendo seus alunos, alunos da elite, classes médias, de uma burguesia industrial em ascensão, e da burguesia rural como promotores desta nova forma cristã de vida. Em contrapeso, no campo educacional o ensino leigo visava descristianizar, dar um novo espírito para os mestres das escolas públicas, chamados de livres pensadores com conceitos modernos. Mas havia também uma vertente de católicos que tinham aproximação com essa concepção liberal e moderna de educação. A vertente Católica Liberal pensava em uma educação laica, garantindo os direitos dos



cidadãos na sociedade por meio das leis, propondo uma educação cívica e moral aos alunos.

Em 1892, a bula *As universas orbis ecclesias*, do Papa Leão XIII, iniciou a reorganização da Igreja no Brasil e, no mesmo ano, quatro novas dioceses foram erguidas no país: em Manaus, Paraíba, Niterói e Curitiba, e em 1895 no Espírito Santo. No ano de 1900, o Episcopado Nacional veio a público com sua Segunda Carta Coletiva, pois a primeira carta fora negada ao se proclamar a segunda. Para reivindicar o reconhecimento oficial da Igreja Católica, mantenedora da Igreja e a mútua colaboração entre poder civil e eclesiástico, porque, “Em 1910, a Igreja Católica preocupa-se com um plano de ataque ao catolicismo, montado pela maçonaria” (LUSTOSA, 1991, p. 31).

E, novamente, os católicos tentam se organizar para montar grupos, muitas vezes desaprovado pelos bispos.

No início do período republicano, já estavam configuradas algumas correntes de opinião, dentre as mais significativas estão: o liberalismo, liderada por Rui Barbosa, e o positivismo, tendo à frente Benjamin Constant, a qual detinha a hegemonia, embora não houvesse um consenso entre os positivistas quanto às feições que iriam dar ao novo regime. Os militares, no governo de início de República que, em geral, não tinham qualquer compromisso com um projeto democrático, pouco relevo davam a uma das bandeiras do liberalismo: a questão constitucional (ZULIAN, 2005, p. 104).

O novo regime de Marechal Floriano Peixoto apresentava-se autoritário, sobrepondo-se às ideias dos liberais e dos democráticos. Os liberais tinham um conceito de que a educação precisava ser direito de todos. Tanto a Igreja Católica como os liberais compreendem que a educação é balizador para a imersão de uma nova sociedade.

Segundo Zulian, aparentemente o projeto educacional católico foi bem-sucedido: “Uma política que se revelou, aparentemente, bem-sucedida: na década de 1920, mais de 80% das escolas de segundo grau eram constituídas por colégios católicos” (ZULIAN, 2005, p. 16). Esses foram os resultados de um processo de reafirmação Católica na área educacional. Segundo Azzi e Grijp (2008), na década de 1920 a Instituição Católica promoveu um movimento de ratificação, decorrentes de embates contra os protestantes e entidades que ministravam o ensino leigo.

As escolas Católicas ofereciam seus conhecimentos para toda a sociedade, todavia a educação era diferenciada conforme a posição social. A cultura era parte

da educação oferecida para as elites, chamadas de formação humanística, já para as classes populares recebiam o ensino profissionalizante: “As classes populares mereceram sempre os cuidados da Igreja, sobretudo através da educação profissional destinada ao exercício dos trabalhos manuais. Daí as escolas profissionais e agrícolas para os rapazes e as escolas domésticas para as moças” (AZZI; GRIJP, 2008, p.157).

A educação para as jovens de classes populares era profissionalizante, voltado para o ensino doméstico, através do qual elas aprendiam como administrar uma casa, além de participar de oficinas como costura, corte, copa, cozinha. “Havia as escolas domésticas para as jovens operárias e empregadas domésticas, como o Instituto das Irmãs de Jesus Crucificado” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 161).

Em conformidade, a classe média recebia ensinamentos de cursos comerciais, para o desenvolvimento de trabalhos e cargos burocráticos. Os internatos eram destinados aos alunos de classe média e para as elites, pois obtinham melhores condições e abundantes materiais. A educação oferecida pelas Escolas Católicas se expandiu para todos os grupos sociais, entretanto de forma diferenciada.

Um outro viés para a vinda das ordens católicas foi o suprimento de mão de obra para outros segmentos sociais. O trabalho de missões em regiões pouco habitadas e o ofício na área da saúde para uma população carente de auxílios, por exemplo, foram uma das vertentes assumidas pelas congregações.

Sergio Miceli Pessoa de Barros (1984) destaca, sob a ótica de fontes documentais produzidas pela própria elite intelectual da Igreja Católica no Brasil, um panorama delineado de dentro da instituição. Ele relata a vinda de um padre alemão recém ordenado, enviado para Santa Catarina, e a situação que enfrentou ao trabalhar como terapeuta e prático para os povos carentes.

Frei Rogério como um religioso fervorosamente engajado na missão de catequizar os “bugres” (os índios mais os sertanejos) e resistir aos avanços da maçonaria, em meio aos conflitos locais envolvendo coronéis em luta pela posse de terras e pelo controle político da região, movidos pelo alvo de expulsão dos posseiros. A situação de crise aí abordada se acirra ainda mais com a presença de companhias estrangeiras a braços com a construção da ferrovia e reivindicando a posse de extensas faixas de território asseguradas por contrato, e com a intervenção de tropas estaduais e federais para debelar o surto religioso que ameaçava os interesses fundiários. Os contatos entre o frade e o monge “giraram em tom o da disputa a respeito das atribuições específicas de padres e de leigos”, e mais, significaram o enfrentamento direto entre os portavozes de um a religiosidade europeia “popular” e o catolicismo rústico dos sertões brasileiros. (BARROS, 1984, p. 50).

A exposição dos fatos pelo autor demonstra um pouco do cenário social instalado no país e principalmente a importância da vinda das ordens para o Brasil e a defesa da religião, como uma tática para adquirir espaço religioso em meio a outras religiões.

Na década de 1920, a Igreja demarcou seu espaço na educação pela construção de colégios confessionais católicos, juntamente com a tentativa de recuperação das aulas de Ensino Religioso nas escolas públicas e a formação de um campo intelectual alinhado ao campo político.

De acordo com Magaldi (2017, p. 29), “[...] o movimento católico encaminhava seu projeto de constituição de uma ‘nação católica’, embasado no argumento de que o catolicismo seria o elemento cultural e espiritual que conferiria unidade à nossa sociedade, constituindo o pilar por excelência da nacionalidade no Brasil”.

O Centro Dom Vital<sup>16</sup> foi criado em 1922 para abrigar leigos católicos, juntamente com a intelectualidade, e tinha como finalidade a expansão da religião, mediante a ação dos leigos. Segundo Magaldi (2017, p. 29), “[c]apitaneados pela hierarquizada Igreja, esse movimento que congregou intelectuais e educadores católicos e se organizou, de forma mais sistemática, a partir dos anos de 1920, definiu com eixo de luta a retomada do espaço perdido por aquela instituição [...]”.

No campo da Educação, fundou-se, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE), composta de intelectuais que buscavam a renovação do ensino, com um novo modelo de escola condizentes com os avanços da modernidade. Intelectuais de diferentes grupos se fizeram presentes nesta instituição e nesses

---

<sup>16</sup>Centro Dom Vital: “Instituição que representou um dos principais espaços de organização da intelectualidade católica desde sua fundação, em 1922”. (MAGALDI, 2017, p. 29).

debates até os anos de 1930, quando a discussão em torno de um projeto de escola pública, laica, com coeducação e gratuita, acentuou. Segundo Magaldi,

Mais uma vez, verifica-se a presença de diferentes grupos, pretendendo fazer com que suas bandeiras fossem contempladas nas políticas educacionais.” Os destaques estão para o Movimento da Escola Nova, com o projeto de uma educação laica, gratuita e obrigatória e a Igreja Católica aliados às escolas particulares, lutando para garantir um apoio financeiro do governo para estas instituições. (MAGALDI, 2017, p. 39).

Esse embate gerou uma investida por parte da Igreja Católica em influenciar politicamente uma elite ligada ao governo no país, no sentido de buscar um espaço junto ao governo para disseminar o catolicismo.

A aliança tática entre Estado e Igreja proporcionou a valorização da identidade cultural brasileira marcada pelo catolicismo, e oportunizou a instalação de congregações no país, desde que se adequassem ao regime Vargas. Segundo Silva (2010), este alinhamento foi marcado por dois grandes eventos, sendo o primeiro a proclamação de Nossa Senhora da Aparecida como padroeira do Brasil, 1930, e o segundo foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 1931. Essas cerimônias tiveram a presença de autoridades civis e militares, juntamente com Getúlio Vargas anunciando “possibilidade a estabelecer uma relação intrínseca entre sentimento religioso, cívico e patriótico”. (SILVA, 2010, p. 31). A Igreja teve uma grande importância na articulação social dentro do estabelecimento do regime político: “Este fator contribuiu para o processo de reaproximação entre o Estado e a Igreja, há muito almejado pelo movimento de Reação Católica. A figura de Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, foi principal articulador nesse processo.” (SILVA, 2010, p. 32).

Com os rumores da elaboração da nova Constituição, em 1934, a Igreja Católica organizou-se para fundar a Liga Eleitoral Católica, em 1933. A Liga Eleitoral Católica revelou aos partidos políticos um programa católico mínimo com a adesão e compromisso dos eleitos. Esse decálogo mínimo foi descrito na revista *A Ordem* (1945, p. 85-86)<sup>17</sup>:

1º- Promulgação da Constituição em nome de Deus;

---

<sup>17</sup>Revista *A Ordem*. jul./ago., 1945, p. 85-86. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20193&pesq=liga%20eleitoral%20cat%C3%B3lica>> Acesso em: 16 out. 2018.

- 2º- Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas, e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso;
- 3º- Incorporação legal do ensino religioso, facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias, e normais da União dos Estados e dos Municípios;
- 4º- Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais, etc.;
- 5º- Liberdade de sindicalização, de modo que os Sindicatos Católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos Sindicatos neutros;
- 6º-Reconhecimento do serviço eclesiástico, de assistência espiritual às forças armadas, e às populações civis, como equivalente ao serviço militar;
- 7º- Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social, e nos princípios da ordem cristã;
- 8º- Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual;
- 9º- Decretação de lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis;
- 10º- Combate a toda e quaisquer legitimação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.

Esta estratégia da Igreja Católica promoveu a eleição da maioria dos candidatos que acordaram com a Liga Eleitoral Católica, e com o projeto mínimo para comporem a Assembleia Constituinte. Todos os esforços junto aos intelectuais que participavam da Liga Eleitoral Católica resultaram na implantação das aulas de Ensino Religioso facultativo nos cursos primários, secundários e normais.

Mediante a aliança política estabelecida, a Igreja ampliou o acesso à esfera governamental, principalmente por intermédio do Ministro Gustavo Capanema, com quem Alceu Amoroso Lima mantinha uma relação de estreita amizade, exercendo influência expressiva nas indicações, decisões e propostas de seu mandato. (SILVA, 2010, p. 32-33).

A ligação entre o ministro Capanema e o intelectual Alceu Amoroso Lima promoveu novos percursos para a educação católica no país:

A presença de Capanema no Governo de Getúlio Vargas, como ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), garantiu os setores ligados à Igreja Católica, com os quais possuía fortes vínculos, a aprovação de várias reivindicações no âmbito educacional e social, podendo ser percebido em sua gestão um caráter de 'modernização conservadora'. (SILVA, 2010, p. 33).

A modernização conservadora da gestão do ministro Capanema era uma modernidade cuidada, pois seguia os preceitos da Igreja, ou seja, uma estratégia da

Igreja em se manter no seio da sociedade, sem perder terreno para os avanços modernos.

## 1.1 DO NASCIMENTO NA ITÁLIA ATÉ A PROPAGAÇÃO NO BRASIL

A história da Congregação das Irmãs Paulinas surge pelo fundador Tiago Alberione e sua cofundadora Tecla Merlo, na Itália, no início do século XIX. Neste período, a Europa passava por grandes transformações, como conflitos entre Igreja e Estado, o que causava desestabilidade no catolicismo, cujos fiéis lutavam para continuar com a hegemonia.

Obedecendo às palavras da encíclica *Tametsi futura prospicientibus* diante do altar da Catedral de Alba, estava um jovem seminarista rezando pelos ideais católicos para o novo século. Ali Tiago Alberione guiou sua missão para evangelizar pelos meios de comunicação. Iniciou então a construção da trajetória que daria vida à Pia Sociedade Filhas de São Paulo, conhecidas como Irmãs Paulinas, além da formação de mais nove fundações<sup>18</sup>. Mas quem foi Padre Alberione?

Antes do seu nascimento, seus pais, Miguel Alberione e Teresa Rosa Alloco, casaram-se em Bra, localizado na região de Piemonte, Itália, no ano de 1873, depois se mudaram para uma localidade perto, onde seu pai trabalhava na agricultura, em terras alugadas. Neste período nasceram os quatro primeiros filhos: Miguel (1874), que logo veio a falecer, Juvenal (1876), João Ludovico (1878) e Francisco (1881).

Era uma família modesta, instalada na cidade de São Lourenço de Fossano, que sobrevivia da agricultura. No dia 4 de abril de 1884, nasceu o quinto filho do casal, Tiago Alberione, cujo nome era homenagem ao padrinho Giacomo<sup>19</sup>, seu tio por parte de pai. Tiago Alberione ali permaneceu com seus pais até seus dois anos de vida, quando se mudaram para Cherasco, uma comuna italiana. “Em Cherasco nasceram os dois últimos irmãos de Alberione: Margarida (1887), que faleceu com

---

<sup>2</sup> “Padres e Irmãos Paulinos, em 1914; Irmãs Paulinas, em 1915; Discípulas do Divino Mestre, em 1924; Irmãs Pastorinhas, em 1938; Irmãs Apostolinas, em 1959; os Institutos Seculares de Nossa Senhora da Anunciação e de São Gabriel Arcanjo, em 1957; os Institutos Jesus Sacerdote e Sagrada Família, em 1959, além da Associação dos Cooperadores Leigos, fundada em 1917” (BELÉM, 2011, p. 6).

<sup>3</sup> “Giacomo, em italiano, significa Tiago. O tio era de Bra, como toda a família Alberione, e demonstrou sempre grande afeição pelo afilhado, foi generoso em ajudá-lo em seus estudos no seminário, como também nas primeiras despesas da futura Escola Tipográfica Pequeno Operário de Alba. Faleceu em 19 de abril de 1914, deixando para o afilhado, já sacerdote, um saquinho com moedas de ouro, em favor da boa imprensa.” (BELÉM, 2011).

quatro meses e Tomás, que nasceu em (1889)” (BELÉM, 2011, p. 14), onde Tiago também passou sua infância.

A Igreja de São Martinho foi a sua paróquia de criança, adolescente, jovem, seminarista e sacerdote, e nela congregou durante boa parte de sua vida. “Nesta cidade, ele foi tocado pelo desejo de ser padre, orientado pela professora Rosa Cardona e em 1895 ingressou no seminário de Bra” (NASCIMENTO, 2007, p. 21).

Seus anos no seminário de Bra foram de muita leitura e estudo, entretanto, em seu oitavo ano escolar, em 1900, foi expulso do seminário, algo obscuro na vida do fundador, talvez por suas “leituras feitas sem orientação nem discipulação”. (BELÉM, 2011, p. 22). Suas leituras eram vastas e diversificadas, o que o tornava indócil para o seminário. No final do mesmo ano, ele foi levado até o seminário de Alba pelo pároco Chiesa.

Alberione foi acolhido e se deparou com uma movimentação para o ano santo. Papa Leão XIII se pronunciava para buscar ao caminho, verdade e vida na encíclica *Tametsi futura prospicientibus*. Alberione se dedicou em ser catequista na paróquia de Alba, bibliotecário do seminário e também mestre de cerimônias. Em 1902, entrou para o curso de teologia, que terminou em 1906, período em que obteve quatro ordens menores e o subdiaconato<sup>20</sup>. “No dia 29 de junho de 1907, Alberione foi ordenado sacerdote na catedral de Alba, pelo bispo Dom José Francisco Re” (BELÉM, 2011, p. 40). No ano seguinte, o próprio bispo deu a Alberione a direção espiritual do seminários maior e menor de Alba.

De acordo com Belém (2011, p. 47), ele “estudou pedagogia junto aos Irmãos das Escolas Cristãs”, colocou em prática métodos educacionais junto aos valores cristãos dentro das salas de catequese, na formação dos catequistas, e promoveu encontros e seminários. Continuou traçando o caminho para as missões e entrou para três associações: “a União Popular, que era uma associação de católicos com a finalidade de acolher e divulgar a doutrina e as decisões da Igreja, a União das Mulheres Católicas da Itália, da qual era orientador e propagador, e a Associação do Clero” (BELÉM, 2011, p. 48). O missionário italiano escreveu dois livros e entrou para a área da imprensa. Tornou-se “membro da Comissão Diocesana da Boa

---

<sup>20</sup>O Subdiácono tinha como funções litúrgicas: servir o diácono na Santa Missa, preparar o pão, o vinho e os vasos sagrados para a Santo Sacrifício, apresentar o cálice e a patena no Ofertório, pingar água no vinho para a Eucaristia, cantar solenemente a Epístola, segurar o livro para que o diácono cante o Evangelho, lavar os Santos Linhos e levar a cruz nas procissões. (SANTAMARINA, 2011).

Imprensa (1911), diretor da *Gazzetta d' Alba* (1913), jornal católico da diocese, delegado da Obra Nacional da Boa Imprensa (1915)” (BELÉM, 2011, p. 48).

Alberione, ao fundar, em 1914<sup>21</sup>, a primeira Congregação Sociedade de São Paulo, disse que a finalidade específica “era ‘fazer com a palavra escrita aquilo que os pregadores fazem com a palavra falada’”, precisava de um padroeiro escolheu São Paulo. (NASCIMENTO, 2007, p. 25).

Segundo Belém (2011), em 1915, após a fundação da congregação para homens, padres e irmãos, o fundador acreditou que era necessário a criação de uma congregação para as mulheres e, neste contexto, ampliar suas missões. Ele acreditava que necessitaria de uma pessoa para auxiliar neste trabalho e ao conversar com um aluno seminarista, recebeu indicação de sua irmã, uma jovem costureira que desejava fazer parte de uma congregação.

A história dessa jovem costureira é relatada pela autora Collesei (2014): Teresa Merlo, nascida em 1894, em Castagnito d’Alba, na província de Cuneo, localizada no Norte da Itália, segunda filha de quatro irmãos do casal dos camponeses Ettore Merlo e Vicenza Rolando. De saúde debilitada, estudou os três primeiros anos na escola e continuou os estudos em casa com professora particular, tentou ingressar em uma congregação, mas foi rejeitada por conta de sua saúde.

Resolveu, então, mudar seus planos e cursar bordado e costura: “Para isso preparou-se em Alba, no Retiro da Divina Providência e, a seguir, numa oficina em Turim, para especializar-se em bordado. Desta forma conseguiu abrir em casa uma oficina de costura e bordado” (BELÉM, 2011, p. 91). Nesta época, seu irmão, seminarista e amigo de Padre Alberione, indicou a jovem costureira para auxiliar o Padre em suas instituições.

O encontro entre os dois aconteceu em 1915, em Alba, na Igreja dos Santos Cosme e Damião, quando Teresa Merlo aceitou ser a primeira mulher a compor a Congregação Pia Sociedade Filhas de São Paulo. Irmã Teresa Merlo, com seus atributos, começou a auxiliar Padre Alberione a costurar livros impressos:

---

<sup>21</sup> Em 1914, Padre Alberione reuniu um grupo de meninos e, no dia 20 de agosto, deu início à Escola Tipográfica Pequeno Operário”. (COLLESEI, 2014, p. 8).



Depois de ingressar na obra de Alberione, a primeira coisa que fez foi trabalhar na oficina de costura, com as jovens que costuravam roupas para os soldados da Primeira Grande Guerra. Logo em seguida, começaram a costurar livros impressos pelos jovens da Escola Tipográfica de Alberione. Um pequeno depósito de livros. (BELÉM, 2011, p. 98).

Em 1918, em parceria com as irmãs da congregação, Padre Alberione oferece a elas a tarefa de colocar nas ruas novamente o Jornal *La Valsusa*<sup>22</sup>. Ao acompanhar o crescimento da congregação feminina, Irmã Teresa Merlo foi eleita Irmã superiora geral, além de ter seu nome trocado para Tecla Merlo.

Neste período, a leitura e a interpretação da Bíblia eram promovidas apenas pela Igreja e, ao perceber as possibilidades de disseminar o impresso, Padre Alberione editou as Sagradas Escrituras para que os fiéis tivessem seu exemplar, entretanto, “na época, não era prática da Igreja propagar a Bíblia entre os fiéis, por temor de falsas interpretações” (BELÉM, 2011, p. 106). Em outras palavras, poderia levar a diminuição do poder da Igreja frente aos católicos e diminuição da adesão às missas, pois, “para a Igreja Católica, uma religião do exercício pessoal deve ser inscrever no âmbito das devoções coletivas, autorizadas pela presença do padre”. (ARIÈS, 2009, p. 32).

As congregações masculina e feminina apresentavam crescimento, mas a Igreja ainda não as reconhecia. No dia 12 de março de 1927, veio a aprovação que tornou a congregação masculina legítima, com a missão de difundir a boa imprensa. A congregação feminina vivenciou alguns percalços como a obrigação de usar hábito, algo contrário ao pensamento do fundador, que queria as roupas das Irmãs Paulinas sem distinção das outras mulheres de fora da congregação. Neste caso, o hábito religioso era o modelo disciplinador da Igreja para com as religiosas, bem como Pereira indica: “as constituições estabelecem a normatividade que permite disciplinar, controlar e o remodelar enumerando os rituais que irão inculcar<sup>23</sup> o comportamento esperado de seus membros, imprimindo assim o *habitus*<sup>24</sup> dessa comunidade religiosa” (PEREIRA, 2014, p. 73). A Igreja formadora de padrões necessitava incutir seus rituais, autodisciplinando-se, como declara Norbert Elias:

<sup>22</sup> Jornal *La Valsusa*: “jornal da diocese de Susa (Turim), suspenso durante a Primeira Guerra”. (BELÉM, 2011, p. 98).

<sup>23</sup> “Remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.” (JULIÀ, 2001, p. 22).

<sup>24</sup>O conceito de *habitus* é entendido, aqui, conforme Norbert Elias. Para o autor, “A cada um deles correspondem maneiras pessoais de agir e sentir, um *habitus* social que o indivíduo compartilha com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade”. (ELIAS, 1998, p.19).

A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. (ELIAS, 1998, p. 14).

Essa padronização do *habitus* religioso dificultou o reconhecimento das irmãs como uma congregação, que foi reconhecida como congregação religiosa em 1929 e aprovada somente em 1953. Era incomum presenciar irmãs utilizando a imprensa como forma de evangelizar, e disso acarretam as missões em diferentes lugares. De acordo com Belém (2011), os fundadores incentivavam que as irmãs aprendessem a dirigir para chegar a vários locais de difícil acesso para levar os livros, as revistas e o evangelho.

Neste enredo de evangelização da sociedade, Padre Tiago Alberione e irmã Tecla Merlo decidiram que era o tempo alcançar novos campos<sup>25</sup> e enviar os irmãos e irmãs das congregações para as missões. Primeiramente, todos os cantos da Itália foram pontos de missionários, em seguida, espalharam-se para as Américas, em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos.

No dia 6 de outubro de 1931, duas delas partiram para o Brasil: irmã Dolores Baldi, com 21 anos, e Margarida Matilde Gerlotto. Dois meses depois, chegou também irmã Estefanina Cillario. Irmã Dolores acabara de fazer sua profissão religiosa diante da irmã Tecla e padre Alberione, que na hora da partida as abençoou [...]. E elas partiram, Dolores e Margarida, no navio *Conte Rosso*, com dois seminaristas e um discípulo, que estavam sendo esperados pelos padres Paulinos, para ajudá-los. De fato, no porto de Santos estava padre Boano, que ao ver as Paulinas chegarem também, exclamou, contrariado: 'Eu escrevi ao padre Alberione para não as mandar'. (BELÉM, 2011, p. 111).

O Brasil foi o primeiro país a recebê-las, pela vinda das irmãs Dolores Baldi, uma irmã Paulina, e Margarida Matilde Gerlotto, discípula do Divino Mestre, no dia 21 de outubro de 1931, em São Paulo. Ao chegarem em São Paulo, a irmã Paulina e a do Divino Mestre foram recebidas pelas Irmãs Missionárias do Sagrado Coração

---

<sup>25</sup> "Conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder, entendendo por tal as relações de força entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social - ou de capital - de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder" (BOURDIEU, 1989, p. 28-29).

de Jesus, do Colégio Madre Cabrini, na Vila Mariana. Ali permaneceram por dois meses até serem autorizadas para iniciar as missões. Nesse período,

permaneceram no silêncio, para que não fossem descobertas pelo Arcebispo, prestando serviços domésticos aos paulinos e ajudando-os no envio de um jornal semanal – *La Squilla*-, que distribuíam entre as famílias italianas da capital paulista. (ALVES, 2004, p. 23).

Segundo Alves (2004), no fim do mesmo ano, o arcebispo Dom Leopoldo Duarte Silva descobriu que as Irmãs estavam instaladas no Brasil e permitiu que elas iniciassem as missões na Arquidiocese de São Paulo.

Iniciaram sua missão com as famílias italianas que frequentavam a Igreja do Bom Jesus, no Brás, em São Paulo, apresentando-lhes também, todos os domingos, bíblias, evangelhos, catecismos e livros de formação familiar, vindos de Alba, Itália, ou fornecidos pela Editora Ave-Maria, que já imprimia livros em português, no Brasil. (ALVES, 2004, p. 24).

De acordo com Alves (2004), após alguns meses, Dom Leopoldo autorizou a abertura de uma casa, que se tornou a primeira livraria Paulinas no Brasil, localizada na rua do Carmo, no centro de São Paulo. No dia 28 de dezembro de 1931, chega ao Brasil a Irmã Estefanina Cillario, aumentando o número das irmãs para evangelizar no Brasil.

Ao chegarem, as Irmãs Marcelina Bertero e Rosália Leporino se uniram às outras irmãs e “reorganizaram a missão, acrescentando ao que já faziam, visitas aos colégios católicos de São Paulo; e dedicaram-se de maneira toda especial à busca de vocações”. (ALVES, 2004, p. 66).

Deste modo, as Irmãs Paulinas iniciaram seu trabalho por meio da divulgação, nos lugares que passavam e em uma pequena livraria; organizaram retiros e encontros vocacionais, que consistiam na evangelização através das mídias, com objetivo difundir o carisma paulino ao povo brasileiro.

O uso dos impressos pelas irmãs Paulinas faz parte de um propósito de sustentação da congregação, da disseminação dos valores religiosos, de legitimação no campo da imprensa religiosa, bem como a participação do projeto maior da Igreja, “político e social em defesa dos interesses do catolicismo” (ORLANDO, 2013, p. 22329), com objetivo de “recristianização da sociedade”. (ORLANDO, 2013, p. 22322). Os impressos ganharam respaldo não somente no âmbito educacional, mas em todos os segmentos da sociedade.

Em 1936, irmã Tecla Merlo embarcou em um navio para sua primeira visita à Congregação das Paulinas no Brasil, onde “[e]ncontrou um bom número de jovens e uma pequena tipografia. [...] Também havia uma pequena livraria e perspectivas de novos projetos vocacionais e apostólicos” (BELÉM, 2011, p. 114).

Neste período, os avanços nas congregações foram significativos para a Igreja, “entre 1941 a 1943, a Sociedade São Paulo e Filhas de São Paulo receberam o primeiro reconhecimento pontifício e a aprovação das constituições *ad experimentum* (a título de experiência)”. (COLLESEI, 2014, p. 30).

As Congregações na Itália lideradas por Padre Alberione perceberam a exigência de uma formação mais próxima da sociedade. Com a retomada da situação pós-guerra, surgiu a necessidade de uma composição mais adequada para a geração que estava se formando. Para esta geração, Gabriella Collesei (2014, p. 34) afirma que, “com a retomada da economia, sobrevieram situações e problemáticas sociais complexas, e surgiram exigências de um empenho de formação mais adequada aos tempos. Instrumentos próprios para a finalidade pareciam ser as revistas.” E logo esse novo propósito foi passado para as Paulinas no Brasil, que foram estudar e buscar conhecimentos para que pudessem melhorar seu empreendimento editorial.

Ao pensar o papel das Irmãs Paulinas como mediadoras culturais, e os impressos como uma estratégia de divulgação dos valores cristãos, e ao mesmo tempo de infiltração dentro da sociedade leiga,

quando os mais importantes vetores culturais da mediação eram os impressos, quando a imprensa era o meio técnico mais avançado, os livros, jornais, revistas, manuais escolares e livros infanto-juvenis, entre outros, concentravam as atenções dos mediadores culturais. (GOMES; HANSEN 2016, p. 22-23).

Com isso a sociedade caminhava para novos rumos e os meios de comunicação os seguiam para ressignificá-los.

No ano de 1959, ocorreu a última visita de irmã Tecla Merlo ao Brasil, data em que também nasceu o “apostolado discográfico [...] trabalho que se desenvolvia na pequena estação de rádio da arquidiocese” (MACCARI; GAIAZZA; GASSER, 2015, p. 21). Nesta estadia no Brasil, Irmã Tecla visitou Curitiba, onde estava localizada a gravadora e a rádio da congregação, e incentivou a concretização das missões por meio das rádios, cinema, entre outros meios de comunicação. Ao observar as revistas do ano de 1960, encontramos propagandas de venda das lições catequéticas pelos discos.

Edições Paulinas', fiel ao mandado estampado em seu escudo 'Euntes praedicate' – Ide e pregai – acaba de editar no Brasil, numa série de discos catequéticos, um curso completo de religião: DOGMA – MORAL - CULTO. Servirão para catequese festiva onde não há sacerdote, ou para um programa semanal na Rádio, ou mesmo para a hora da Ave Maria. Cada long-play contém dois programas, com primorosa apresentação técnica e artística. Os intervalos musicais, e o conteúdo, abordando os problemas atuais de nossa sociedade, não somente agrada aos ouvintes como também preenche a finalidade visada: estender a evangelização até onde o sacerdote não pode chegar. A redação é feita sob a direção e reponsabilidade do Revmo. Pe. Ivo Zanlorenzi, vice-reitor do Seminário Maior de Curitiba. Cada programa tem duração de 15 a 16 minutos, O valor aproximado da coleção completa é de Cr.\$ 8.000, 00. O valor de cada long-play é de Cr.\$ 500,00. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1960, p. 24).

Ao fazerem nascer e crescer o apostolado pelos meios de comunicação, as irmãs estavam colocando em prática um projeto de cunho pedagógico de evangelização usando a rádio da arquidiocese, além dos meios impressos, com o intuito de catequizar e ensinar valores cristãos para as famílias no país.

No ano de 1963, irmã Tecla Merlo ficou enferma. Recebeu em seu leito a visita do Papa Paulo IV, além de receber do mesmo um decreto *Inter Mirifica*, que destacava o apostolado pelos meios de comunicação.

Em fevereiro do ano seguinte, 1964, irmã Tecla veio a falecer. Foi proclamada venerável em 22 de janeiro de 1991. Passados quatro anos, em 1969, padre Tiago Alberione, com 85 anos, já doente, acompanhou a eleição de seu sucessor. No final de novembro do ano de 1971, Padre Alberione também veio a falecer. Após sua morte, ele ganhou duas titulações: de venerável, em 1996, pelo Papa João Paulo II,

e de bem-aventurado, em 2003, momento no qual aconteceu a solenidade de sua beatificação.

A Igreja acompanhou as mudanças do mundo e a congregação passou por transformações e renovações, que, de acordo com a Irmã Maria da Glória Bordeghini (2013)<sup>26</sup>, gerente da livraria Paulinas em Curitiba:

Fiz parte do grupo que fundou Paulinas-COMEP (Comunicação Musical Editora e Produtora) em 1960, ao lado da irmã Stefanina Cillario. As primeiras gravações eram cursos de catequese. Depois do Concílio Vaticano II, começou o movimento da evangelização através do canto e a renovação litúrgica. (BORDEGHINI, 2013, s./p.).

Logo, a COMEP se tornou a marca registrada de todos os produtos difundidos pelas Paulinas, como a propagação e difusão por meio de literatura infantil, revistas, sites, CDs, rádio, cinema, junto com formação através de cursos bíblicos, cursos na área de comunicação. Além de publicações do segmento religioso, publicava também livros seculares e “[...] depois de 1978, com a publicação de títulos sobre a reinterpretação da história, emergência da mulher e, ainda, medicina popular” (HALLEWELL, 2005, p. 708).

De acordo com Natália Maccari, Anna Gaiazza e Annamaria Gasser (2015), existia uma divisão de trabalhos para os serviços dentro da congregação, como a produção e divulgação de impressos e não-impressos; parcerias em projetos com instituições acadêmicas; departamento de multimídias voltado para rádio, setor musical e televisão; formação bíblica e comunicação por meio de promoção de cursos, tradução na área comunicacional e formação de animadores bíblicos no SAB (Serviço de Animação Bíblica); e cursos no SEPAC (Serviço à Pastoral da Comunicação).

Segundo Gomes e Hansen,

---

<sup>26</sup>Depoimento Irmã Maria da Glória Bordeghini, disponível em: <[www.paulinas.org.br/comep/pt-br/?system=paginas&action=read&id=361](http://www.paulinas.org.br/comep/pt-br/?system=paginas&action=read&id=361). Acesso em: 29 set. 2018.

O texto impresso passa então a dividir espaço e a dialogar com esses novos meios audiovisuais, que são considerados instrumentos decisivos para um maior alcance de público, inclusive, um público que não dominasse o saber ler e escrever. São conhecidas, internacionalmente, as esperanças depositadas nessas mídias, que passam a ser identificadas como tendo imenso poder transformador, como já ocorrera com livros e periódicos. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 23).

Esta formação profissional e educacional era necessária para conseguir alcançar um maior número de pessoas na sociedade, utilizada como estratégia de formação social, por meio dos preceitos religiosos.

A exigência de ajudar a reencontrar as razões profundas da própria existência oferecia os pressupostos adequados para um empenho de evangelização, que no contexto social pós-moderno não poderia deixar de valorizar os *meios de comunicação de massa*, a partir da imprensa escrita chegar à informática, colocando as tecnologias mais modernas e eficazes a serviço da Palavra que salva. (COLLESEI, 2014, p. 32-33, grifo no original).

Assim como a autora ressalta sobre a comunicação em massa, Gomes e Hansen (2016) chamam a atenção para o fato de que cada indivíduo que faz parte desta massa tem suas apropriações<sup>27</sup> e ressignificações dos conceitos abordados, tendo os meios de comunicação como seu esteio:

não há sujeito ou público passivo, e não importa idade, gênero, grau de instrução, condições socioeconômicas, acesso à informação, etc. Todo leitor, ouvinte, espectador, aluno etc. reelabora os significados dos bens culturais de que se apropria, em função de sua experiência de vida. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 15).

As Irmãs Paulinas assumem o papel de socializadoras de conhecimento em prol de seus leitores. E a editora, especificamente com o trabalho de suporte, “que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual, e chegam aos meios digitais” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 13).

A congregação se apoiou na utilização de todos os meios de comunicação, pois “a atenção primordial se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem ‘circular’ os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados.” (GOMES; HANSEN 2016, p. 26).

---

<sup>27</sup>“A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180).

Os mediadores estão conectados aos laços sociais, adequados para a formação de novas formas de pensar e agir e como resultado palpável, vê-se a produção de livros, revistas, artigos e todos os meios de comunicação que a Editora Paulinas dispõe para a população.



## 2 A REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ E O POTENCIAL EDUCATIVO DA IMPRENSA PERIÓDICA

Em 1931, na comuna de Alba na Itália, os Irmãos Paulinos lançaram o primeiro folheto da congregação, nomeado *Famiglia Cristiana*, que apresentava 12 páginas em preto e branco. De acordo com Nascimento (2007), o folheto era vendido na porta das igrejas e praças. Foram ampliando seus projetos, tornando-se uma editora com uma expressiva venda em seu país. Já no Brasil, um análogo projeto de revista foi desenvolvido em dezembro de 1934, três anos após a chegada da primeira Irmã Paulina, Dolores Baldi, e os primeiros trabalhos tipográficos surgiram juntamente com a revista mensal *Família Cristã*: “[...] aberta uma pequena tipografia, as Irmãs Paulinas começaram a imprimir a revista *Família Cristã*” (MACCARI; GAIAZZA; GASSER, 2015, p. 20), tornando-se um dos primeiros segmentos a se integrar com a missão da Congregação no Brasil.

Em depoimento, a atual editora chefe, Irmã Maria Alba Vega Garcia,<sup>28</sup> relembra:

Em 1931, vieram para o Brasil as primeiras irmãs, novinhas com 23 anos, primeiro veio uma, depois as outras. Uma das áreas que ela começou logo foi a *Família Cristã*. Temos aqui a primeira edição, que está encadernada, frágil, mas dá para usar. A primeira coisa que ela pensou é chegar para as famílias, e ali já está delineado, simples na cartinha de abertura da revista, uma espécie de editorial. Ela já coloca o objetivo e a gente lendo aquilo percebe que o objetivo é sempre valores cristãos, culturais, religiosos, nessa área da cultura entra esporte, lazer. (GARCIA, 2017).

Ao lembrar, poeticamente, sobre o primeiro editorial, Garcia destaca a família como alvo da circulação da revista. Segundo Del Priore,

A memória não é um rebotalho da História, nem um material bruto que só podemos usar depois de passar pela peneira da grande História. É preciso, sim, confrontá-la com outros testemunhos, da mesma forma como fazemos com documentos escritos, imagens ou objetos. Por outro lado, a memória acolhe experiências psíquicas e espirituais que nos convidam a compreender a complexidade dos comportamentos, atos e fatos. (DEL PRIORE, 2017, p. 14).

---

<sup>28</sup>Depoimento recolhido no dia 30 de julho de 2017 em visita à Editora Paulinas, São Paulo.

Evocando sempre a história para confrontar os dados, é necessário lembrar que o periódico fazia parte de um projeto de evangelização e nasceu com o intuito de recatolicizar a sociedade brasileira por meio da educação das famílias.

As Irmãs Paulinas ficaram responsáveis pela editoração da revista no Brasil. Em entrevista, a Irmã Maria da Glória Bordeghini, gerente da livraria Paulinas em Curitiba, ressalta:

No Brasil ela sempre nasceu com as Irmãs Paulinas, acontece que na Itália a revista *matter* mãe nasceu na Itália da Paulus, uma revista semanal [...] aqui nasceu e cresceu uma revista mensal. (BORDEGHINI, 2017).

Para a revista mensal desenvolvida do Brasil, as irmãs contavam com o apoio de colaboradores para que os artigos fossem escritos, como foi observado no sumário das revistas: “Os originais de colaboração enviados à redação (sic)<sup>29</sup>, não serão devolvidos, mesmo se não publicados. ‘Família Cristã’ não assume responsabilidade dos conceitos emitidos em artigos de colaboração quando devidamente assinados”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1970, p. 3).

As contribuições das irmãs para promoverem as edições da revista passavam por todo o processo de editoração e impressão incluindo selecionar as páginas, grampear, organizar, empacotar, e também a divulgação para as pessoas e/ou das assinaturas anuais da mesma.

Nos anos iniciais da editora, a revista era processada por um equipamento precário. O primeiro exemplar da revista, publicado em dezembro de 1934, continha 16 páginas em preto e branco, e 600 exemplares foram impressos em papel-jornal.<sup>30</sup>

Até então o periódico era classificada como boletim, e faltavam recursos como o papel, por isso foi necessária uma conversa das irmãs com representantes do governo a fim de conseguirem recursos, e também para que reclassificassem a *Família Cristã* como revista. Essa mudança era fundamental para aumentar o controle da produção por parte da congregação, uma vez que a publicação em forma de boletim ou jornal possuía algumas restrições. Segundo Abreu (2002, p. 10), “[...] no caso dos jornais havia um problema adicional: Era o governo que controlava a distribuição das quotas de papel, matéria-prima em grande parte importada sem a

<sup>29</sup> A partir dessa citação da Revista, não apontaremos as inadequações - principalmente com vírgulas - em favor da limpeza do texto.

<sup>30</sup> Dados obtidos no site da Editora. Disponível em: < <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=paginas&action=read&id=2259> > Acesso em: 29 nov. 2018.

qual o veículo simplesmente não existia”. Todavia, essa dúvida incide sobre entender qual era o pacto entre Igreja Católica e o governo neste período. Destacamos sinteticamente esta questão, para uma melhor compreensão do lugar da *Editora Paulinas* nas relações entre Igreja e Estado Varguista:

Na década de 1930, quando os problemas sociais adquiriram maior espaço nas esferas políticas, a família configurou-se como campo de intervenção tanto do Estado, como de organismos não governamentais, que operavam ora com informação/educação, ora com subsídios materiais/financeiros. Sob essa concepção, a família era compreendida, tanto como uma instituição educativa, quanto uma instituição a ser educada. A educação da família, aliada à perspectiva de modelação social, passou a ser compreendida como elemento fundamental para a reconstrução da nação. (SILVA, 2010, p. 51).

Nessa concepção da família como instituição central para a reconstrução nacionalista do governo e para o projeto de recristianização social da Igreja Católica, foi estabelecida uma união para intervir neste espaço social.

A relação estabelecida entre Igreja e Estado configurou-se por uma troca de favores. A Igreja Católica precisou estabelecer um diálogo constante com o governo, na intenção de manter os princípios e valores cristãos nas instituições públicas de ensino, bem como para se manter presente junto às decisões políticas. O fato de a religião Católica estar inclusa no pacote correspondente aos valores pertinentes à cultura nacional, que configurava o contrato social da sociedade brasileira, justificava o interesse de Vargas em manter a cordialidade e o apoio da Igreja à sua gestão. (SILVA, 2010, p. 37).

A Igreja mantinha laços com o Estado na garantia de retomar seu espaço político e social, e as famílias foram a terra fértil para esse projeto: “Compreendida pelos católicos como a pedra angular da sociedade, a Igreja e o Estado se mobilizaram no sentido de proteger a família contra as intempéries da modernidade e promover a conformação social de uma nova ordem social.” (SILVA, 2010, p. 12). Entretanto, qual a valia da família nesta disputa? Perrot afirma que

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão de patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade. A ‘boa família’ é o fundamento do Estado [...] existe uma continuidade entre o amor à família e à pátria, instâncias maternas que se confundem, e o sentimento de

humanidade. Daí o interesse crescente do Estado pela família. (PERROT, 2009, p. 91).

Destacamos, por isso, o valor da família como uma instituição detentora de patrimônio simbólico e material<sup>31</sup> e, principalmente, o que ela pode fazer ao se aliar a um governo ou uma Igreja. Nesta perspectiva, compreende-se a coalizão de Vargas e a Igreja Católica, em sua linha conservadora.

O poder de Getúlio Vargas proporcionou à Igreja uma estratégia de expansão em frentes políticas e sociais.

A presença de Capanema no Governo de Getúlio Vargas, como ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), garantiu os setores ligados à Igreja Católica, com os quais possuía fortes vínculos, a aprovação de várias reivindicações no âmbito educacional e social, podendo ser percebido em sua gestão um caráter de 'modernização conservadora'. (SILVA, 2010, p. 33).

Foi em meio a esse enredo político que as Irmãs Paulinas, fruto desse movimento, lançaram o primeiro boletim *Família Cristã*, gratuitamente, como relatamos, visto que existia uma aliança para a recristianização social e este seria um instrumento de fácil disseminação pela sociedade da época. Há indícios de que esta troca de favores entre governo e Igreja favoreceu o desenvolvimento da editora, pois o suprimento para os impressos em partes vinha do governo e a outra parte do próprio público leitor.

A capa do primeiro boletim, que foi produzido em folhas de papel jornal, apresentou a imagem da família de Nazaré, composta por São José, a virgem Maria e Jesus trabalhando, pois este era o mote do governo sobre a importância de uma nação unida que, em sua base familiar, trabalhava para o crescimento econômico do país. Ao apresentar aqui a capa do primeiro editorial, não temos a pretensão de trabalhar com a materialidade deste impresso, porque nos dedicamos especificamente ao discurso pedagógico veiculado pela revista.

---

<sup>31</sup> Segundo Perrot, o conceito de família pode ser entendido da seguinte maneira: "A família, como rede de pessoas e conjunto de bens, é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido. A família é um fluxo de propriedades que depende primeiramente da lei." (PERROT, 2009, p. 91).

Figura 1: Primeira capa do boletim Família Cristã - Dezembro, 1934 (Ano 1)



Fonte: Acervo da Editora Paulinas. Dado obtido em 30 de agosto de 2017.

Na segunda metade da década de 1930, a circulação da revista ganhou maior propagação, e os conteúdos apresentavam uma visão apologética, desejando promover a religião, ou seja, “não eram citados acontecimentos da época da sociedade brasileira, a não ser a referência à Ação Católica”. (NASCIMENTO, 2007, p. 32). Esse subterfúgio escolhido pela editora era chancelado pela Igreja, pois em todas as revistas divulgavam o carimbo da Igreja Católica com aprovação eclesial: “Os primeiros textos eram relacionados à doutrina e à catequese da Igreja, às histórias bíblicas, à vida de santos, à culinária, à costura, à higiene e à saúde. Raramente apareciam curiosidades e acontecimentos mundiais”. (NASCIMENTO, 2007, p. 32).

Na década de 1940, a revista *Família Cristã* apresentou um formato maior de (18 cm x 27 cm), com a impressão em duas cores. As seções começaram a ser divididas para pais, crianças, jovens. Com maior controle da produção, as Irmãs Paulinas foram inovando e melhorando graficamente a revista. A partir de 1954, sua confecção deixou de ser elaborada de forma artesanal e passou a ser produzida pela Gráfica Ambrosiana:

As revistas são confeccionadas em material de melhor qualidade que o jornal, como se fossem produzidas para durar mais. Seu surgimento está intimamente ligado às inovações tecnológicas que foram implementadas no setor gráfico e de impressão ainda no século XIX, acentuando-se sua produção e sua diversidade logo no início do século seguinte. (MACHADO JUNIOR, 2006, p. 39).

Com a produção da revista na gráfica, a qualidade do material melhorou e o tempo de produção diminuiu, além de que a quantidade de tiragens expandiu, ainda assim “os fotolitos<sup>32</sup> da capa vinham da Itália. Quando a revista completou 25 anos de circulação pelo país, ganhou mais páginas e uma divisão em dois cadernos: uma preto e branca e outra colorida<sup>33</sup>”. Os fotolitos eram enviados da Itália para o Brasil, devido à Editora Paulus utilizar as imagens em sua revista semanal. Observando as fontes, conseguimos perceber que a editora não tinha um repositório de fotos e imagens para publicar nas revistas, por isso acreditamos que era possível que utilizassem as imagens vindas da Itália. Na revista do ano de 1964 consta a seguinte chamada: “Fotos: aceitam-se fotos para ilustração de artigos. Notificamos, contudo, que estes não se referem às pessoas que as fotos representam.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1964, p. 5).

Na década de 1960, os exemplares da revista chegaram à casa de 130 mil, distribuídos em todo Brasil. A Irmã Maria da Glória Bordeghini<sup>34</sup> relata como eram as viagens missionárias e como colaborou com a implantação da revista:

---

<sup>32</sup>Fotolito: Antigamente, o fotolito era obtido por meio do processo fotomecânico, com características semelhantes ao processo de fotografia. A arte-final devia chegar impressa, levada para câmara escura, fotografada e revelada em negativo. Depois desta etapa, era enviado à mesa de luz, onde devia ser retocado, para, enfim, através de exposição à luz ultravioleta, ser revelado o filme positivo. Estas etapas exigiam muito tempo, além de obrigarem o operador a manipular diretamente produtos químicos (Giacomeli, s/d).

<sup>33</sup> Citação retirada do histórico do site da revista *Família Cristã*. Disponível em: <<https://www.paulinas.org.br/familia-crista/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

<sup>34</sup> Entrevista cedida pela Irmã Maria da Glória Bordeghini, responsável pela Livraria Paulinas em Curitiba, em visita no dia 02 jun. 2017.

Sempre trabalhei com a divulgação da revista *Família Cristã*, era quase que a única revista católica de evangelização para a família. As pessoas acolhiam com muito carinho e a gente tranquilamente fazia de 180 a 200 assinaturas em cada viagem missionária que fazíamos, indo de porta em porta. O nosso primeiro objetivo era oferecer a revista *Família Cristã*, as pessoas realmente gostavam da revista e digo que a revista não tinha toda diagramação que tem hoje. Os conteúdos, aliás, a gente sempre primou por conteúdos de evangelização, de promoção para a família e ela sempre se distinguiu com as áreas para as famílias, para os esposos, para a juventude, para as crianças e adolescentes. Ela sempre tinha seções específicas, dirigidas a esses destinatários, os leitores. (BORDEGHINI, 02 jun. 2017).

Ao relembrar a divulgação e as viagens missionárias, Bordeghini relembra fatos importantes sobre a revista. Contudo, é preciso destacar que a *Família Cristã* não era uma das únicas a circular na sociedade, existiam “A Revista Vozes de Cultura foi criada em 1907, [...]. Circulava com o nome Vozes de Petrópolis: revista católica de cultura e durou quase 100 anos” (BITTENCOURT, 2014, p. 124).

No pós-Segunda Guerra Mundial, os irmãos Maristas fizeram circular, “o boletim *O Bibliógrapho*, ao mesmo tempo informativo e veículo de propaganda dos livros da editora” (BITTENCOURT, 2014, p. 127). Nas primeiras décadas de 1900, fundou-se o jornal dos Padres Redentoristas, “Ao jornal Santuário de Aparecida juntam-se os folhetos litúrgicos, o Ecos Mariano, criado em 1927” (BITTENCOURT, 2014, p. 132), entre outros impressos que promoviam o evangelho neste período. Para Del Priore,

Contar o passado significa remontar longe nos anos, atravessar fronteiras, deixar-se guiar pelo fluxo das imagens, das associações livres, dos vazios e das reentrâncias esculpidas pelo tempo. A memória seleciona, elimina, exagera, minimiza, glorifica, denigre. Modela sua própria versão dos fatos, libera sua própria realidade. Heterogênea, mas coerente. Imperfeita, mas sincera. (DEL PRIORE, 2017, p. 11).

As viagens missionárias das Paulinas conquistavam assinantes em várias cidades por onde passavam. No entanto, quando era o período de renovação da assinatura anual, os leitores eram avisados por propagandas dentro da própria revista, como apresenta na edição do ano de 1961.

Alerta. Senhores assinantes de, Americana, Araras, Araraquara, Avaré, Bauru, Bragança, Barretos, Bebedouro, Catanduva, Itirapina, Itapeva, Itararé, Jaboticabal, Limeira, Olímpia, Sta. Cruz do R. Pardo, Tanabi Tietê e cidades adjacentes! Avisamos de que pelos meses de janeiro, fevereiro e março, as Irmãs Paulinas, visitarão seus lares renovando as assinaturas de “A Família Cristã”, da revista “Via Veritas et vita” e oferecendo bons livros.

Contamos com a cooperação de todos. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan.1961, p. 11).

Outras assinaturas poderiam ser feitas também por “cheque bancário, valor declarado, vale postal”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1970, p. 3). Na mesma década, 1960, as revistas exibiam uma nota aos leitores, asseverando a difusão dos impressos em todos os locais. Na revista de novembro de 1960, após uma matéria sobre soldados do Papa, ao final da página, um pedido chama a atenção: “LEITOR! Após a leitura desta revista, não jogue fora. Passe adiante, para que outras pessoas também a leiam.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1960, p. 5). Isto é, a disseminação dos impressos nos mais variados locais.

Possivelmente, os assinantes realizavam esse pedido, a ponto de não se conseguir quantificar o alcance deste periódico na sociedade. Um exemplo desta circulação foi apreendido na revista da década de 1970. A seção de cartas nos ajuda a apreender pistas da circulação da revista, pelos vários locais dos quais chegam as cartas. No mês de setembro de 1975, com a carta do leitor publicada na seção “Opinião do Leitor”, percebemos sua circulação até mesmo nos presídios:

Do presídio - lembro-me da antiga revista: a capa e o conteúdo eram bem diferentes de hoje. Apesar de não ter lido muito FC, por acaso, apareceu um onde me encontro. Estou numa cadeia do interior de São Paulo. Só agora estou dando valor à leitura, tenho comigo a revista 477 – março de 1973. Gostaria de escrever para a FC, não para dar opinião ou criticar, mas porque tenho sede de escrever, de desabafar no papel aquilo que tenho vontade de falar ao mundo, para ajudar, especialmente aos jovens e aqueles que pensam que a vida é ruim, a não passarem por aquilo que estamos passando. Gostaria de contar a todos como nos veio o arrependimento de tudo aquilo que fizemos de mal. Aramis de A. Vieira – São Simão – SP. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1975, p. 70).

Apesar desse exemplo, em relação à sua circulação, não foi possível levantar mais dados que permitam mensurar ou mesmo desenhar uma possível cartografia. Ficam apenas essas pistas de que sua circulação foi muito além dos lares e escolas da sociedade brasileira.

Com o tempo, pequenas propagandas começam a ganhar espaço na revista (1960 a 1990): propaganda de sapatos *Embrac*, propaganda de estudo por correspondência pelo método do *Dom Bosco* da *Escola Reunidas*, curso de memorização da *ILVEM*, creme *Acnase*, curso de línguas por correspondência, curso de corte e costura por correspondência, propaganda da VASP (transporte



aéreo), da emissora *Bandeirantes*, turismo *Transmundial*, curso de Parapsicologia, emissora *Rádio Clube Paranaense*, caderneta de poupança do Banco *Bradesco*, relógios *Citizen* e enxovais *Amazonas*. Em fevereiro de 1970 foi publicada uma propaganda de remédios “Sinusite? Use Sinustrat zurita” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1970, p. 20). Em cada edição as propagandas cresciam em sua quantidade. As propagandas, em sua grande maioria, eram destinadas a pagamentos por reembolso postal e que poderiam ser enviadas pelos correios, uma alternativa utilizada na época.

De Americana para todo o Brasil, tecidos a preço de Fábrica, pelo reembolso postal. Tergal masculino e feminino e para camisa, polyester liso e estampado, tergalina, sedas, clidelia, rayon em geral e muitos outros produtos da maia alta qualidade. Peça catálogo de tecidos, com amostras e preços, enviando endereço bem legível para Americana Tecidos. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1970, p. 7).

Juntamente com as propagandas seculares, eram publicadas várias propagandas dos produtos da Editora Paulinas: “Discos com três lançamentos: Estórias os ovos de Páscoa; Festa na sapataria e vamos cantar, com canções próprias para as crianças” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1970, p. 12). Em formato de propaganda, um pedido chamou a atenção, pois foi veiculado nas revistas das décadas de 1960 e 1970:

A revista ‘FAMÍLIA CRISTÃ’ sempre em fase de novos progressos, vê-se atualmente na necessidade de construir novas Oficinas para seu desenvolvimento e extensão. Novos pavilhões serão construídos no KM 19, Vila Rapôso Tavares (entre São Paulo e Cotia) e seu conjunto será denominado ‘CIDADE REGINA’. Convidamos, portanto, leitores e amigos de nossa revista a participarem da Campanha em prol dessas novas construções – que é forçoso empreender – prontificando-se em pagar um metro de construção no valor de Cr.\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). Essa quantia poderá ser ofertada em prestações mensais, à escolha do benfeitor. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, ago. 1960, p. 20).

Essas propagandas revelam a necessidade da editora de ganhar dinheiro com o impresso, pois certamente esses anúncios renderiam um valor para a difusão da revista, juntamente com a campanha para arrecadação de valores para fundação de um local maior. As evidências levam a crer que a editora sobrevivia com a venda dos impressos e discos, assinaturas das revistas, doação dos leitores, além dos recursos das livrarias nas cidades, ou seja, a revista e outros impressos se tornaram um negócio lucrativo; como afirma Martins, “A revista, pois, era a publicidade; ou por

outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem certa do produto publicidade". (MARTINS, 2003, p. 75). Um rentável empreendimento que acontecia com a maioria dos impressos, isso desde a virada para o século XX.

Ainda segundo Martins, "Insista-se que, sobretudo na virada do século XIX para o século XX, quando o jornalismo transformava-se em grande empresa, o caráter mercantil dos periódicos se acentuou, criados quase exclusivamente como "negócio" e fonte de lucro (MARTINS, 2003, p. 61). E ao colocar em circulação um produto que demanda investimentos para se ter um retorno, é necessário produzir algo que entenda seu público. Para Martins (2003, p. 63), "corresponder às expectativas dos consumidores é pré-requisito do periódico que pretende atingir e ampliar seu público, viabilizando-se como produto mercantil". O produto/revista certamente se adequou ao longo dos tempos de acordo com as demandas sociais e suas mudanças.

As revistas em geral matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso. (MARTINS, 2003, p. 61).

As revistas, de modo geral, traziam seções de moda, para as crianças, saúde, nutrição, além de concursos de desenhos infantis, palavras cruzadas, concursos, todos voltados para uma interação com o público leitor. A *Família Cristã* não ficou à margem dessa estratégia editorial:

Concurso Boa Leitura, Concurso Paulos e Paulas, poderão participar todos aqueles que desejam conhecer melhor o grande Apóstolo S. Paulo, e por conseguinte solicitarem pelo reembolso postal um exemplar do livro "São Paulo Apóstolo", cujo valor é Cr.\$ 130, 00. Numerosos são os concursistas já inscritos, como numerosos foram os pedidos de admiradores do sublime Apóstolo, que pediram vênias para participar do Concurso. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1960, p. 21).

Os temas voltados para as famílias eram bem delineados, a família como cerne do trabalho da revista foi representada várias vezes, demonstrando o equilíbrio de um lar cristão. Havia uma seção chamada "Pedagogia" que publicava artigos sobre como deve ser o comportamento das mães e como devem tratar a educação dos filhos. Na revista de maio de 1970, a seção apresenta o artigo "Você é uma boa mãe?", com 10 situações em formato de questionário para responder e de

acordo com a pontuação revelavam qual o perfil de mãe eram as leitoras, entretanto, era direcionado para mães de crianças de 8 a 12 anos:

Que tipo de mãe você é? É das que não sabem fazer com que os filhos obedeçam, ou daquelas muito ternas, ou demasiadamente severas, ou então das que não conseguem compreender e prevenir as reações que o seu comportamento suscita no filho? Este teste ajudá-la-á na sua tarefa de educadora. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1970, p. 18).

Podemos dizer que desde as capas, o título da revista, as imagens e todas as ilustrações no interior da revista *Família Cristã* tinham o propósito de educar os leitores. Essa intencionalidade passou pela diagramação do título da revista, como afirma Irmã Maria da Glória Bordeghini:

[...] Reflete muito no título, mudou a diagramação, mas nunca lançou mão da palavra família, antes o “família cristã” era tudo grande, do mesmo tamanho, agora ficou cristã, porque o enfoque é a família, a ideia era que a revista não chegasse somente nas famílias católicas, mas em todas as famílias, o que ela tratava servia para todas as famílias, então colocou “cristã” pequena, porque o enfoque era a família, todas as famílias, porque os conteúdos que ela tratava servia (sic) para todas as famílias, o interesse maior era a família.(BORDEGHINI, 02 jul. 2017).

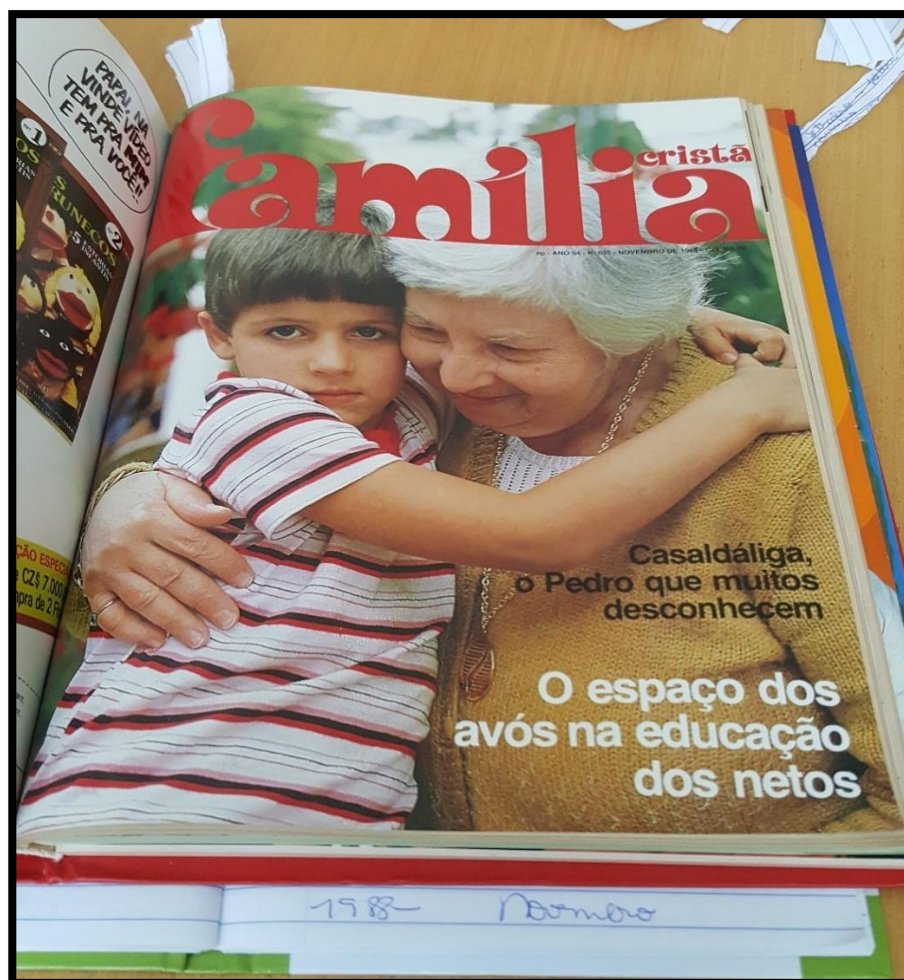
O título almeja a construção de uma identidade ou de um modelo de família conforme com as intenções da Igreja, entretanto, Bordeghini (2017) afirma que a revista se destinava a todas as famílias. Segundo Chartier (2002c, p. 62), “é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados.” As imagens das capas e dos artigos dentro da revista suscitam a normatização do ideal de comportamentos, pessoas, famílias, juntamente de seus papéis dentro da sociedade.

[...] na imprensa de revista, é possível apreendermos não somente imagens e textos que nos dão informações sobre práticas escolares, sobre instituições e grupos de ensino, mas também podem ser seus conteúdos aproximados com aqueles aplicados à ideia de condicionamento da educação. Se a escola ensina determinadas coisas, por que não as revistas, evidentemente dentro de uma lógica muito diferente, também não o fazem? (MACHADO JUNIOR, 2015, p. 115).

A partir do entendimento de que a imprensa utiliza de meios pedagógicos para modelar a sociedade, podemos afirmar que a revista *Família Cristã* salienta esta característica nos artigos, nas imagens e na forma como apresenta a revista

para sociedade. A própria imagem com sentido pedagógico é observada na capa da revista do mês de novembro de 1988, uma relação carinhosa entre neto e avó realçada por um abraço e logo a descrição de um artigo intitulado “O espaço dos avós na educação dos netos”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1988).

Figura 2: Capa da revista de novembro de 1988.



Fonte: Acervo da Editora Paulinas. Dado obtido em 01 de março de 2018.

Em 1970, o número de exemplares chegou a 200 mil<sup>35</sup>. A revista aumentou seu número de páginas para 68, contando com várias seções e com colaboradores leigos para a edição dos artigos, contribuição essa que é comprovada nas edições, pois aparecem os nomes de toda a equipe de colaboração, dado anteriormente indisponível nas revistas. A edição de fevereiro de 1975 apresenta, abaixo do sumário, o seguinte:

Família Cristã ano 4 – nº 470 – fevereiro de 1975. Editora proprietária: Pia Sociedade Filhas de São Paulo. Todos os direitos reservados. Diretor: C. Nogueira Correia, editor chefe: I. Guerra. Redatores e Reporteres: Vera Maria Bombonato, J. Puntel, R. Biazús, Bruscato, A.M. Alves, Solon, Campos E Corrarelo. Colaboradores: Hilário Cristófolini, I.M.C., Pe. Estevão Bettencourt, Pe. Vasconcelos, Francisco Piragine Netto, Maria Flora de Stockler e Breia, Pe. Atílio Hartmann, Eloy Dias dos Angelos, Pe. Emir Calluf, F. Assis Fernandes. Consultores: religião: Pe. João Clímaco Cabral; medicina: Dr. Felício Waib; Comunicação: José Marques. Produção e arte: A. Delalôr, J.A. Germano, B. Cipriani. Publicidade: Hamilton Paciullo. A circulação de Família Cristã é verificada pelo Instituto verificadora de circulação- IVC.Ministério da Justiça- Reg. De Publicação: nº 703-P.209/73. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1975, p. 3).

Concomitantemente, “sua produção passou a ser totalmente realizada no Brasil, dispensando materiais (inclusive fotolitos) vindos da Europa” (FAMÍLIA CRISTÃ, 2018, s./p.)<sup>36</sup>. Assim, a impressão da revista passou a ser responsabilidade da gráfica da Editora Abril. Considerar esse investimento das Irmãs Paulinas na produção de uma revista que abarca todos os temas, mas que em sua essência tem um cunho pedagógico, remete à compreensão do que Pallares-Burke já nos sinalizou:

Para finalizar, e parafraseando Phillipe Ariès, diríamos que se é, sem dúvida, um erro descrever a educação brasileira do século XIX unicamente em termos de escola, seria igualmente um erro descrevê-la tão-somente em termos de jornais culturais/doutrinários. Há toda uma rede de outros agentes em plena atividade, como o romance e folhetins, por exemplo, que, ao lado de escolas mais ou menos isoladas, competiam pela transmissão dos valores culturais em circulação e que devem ser considerados atentamente se se quiser recuperar, com maior fidelidade, a história da educação brasileira do século passado. (PALLARES-BURKE, 1998, p. 158).

Mas não apenas a história da educação do século XIX. Toda essa plêiade de agentes que porfiam com a escola na formação da sociedade brasileira se manteve

<sup>35</sup> Dado obtido no site das Irmãs Paulinas. Disponível em:< <https://www.paulinas.org.br/familia-crista/?system=paginas&id=2259&action=read>>. Acesso em: 27 out. 2018.

<sup>36</sup>Citação retirada do histórico do site da revista *Família Cristã*. Disponível em:<<https://www.paulinas.org.br/familia-crista/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

por todo o século XX e XXI, até hoje, seguidos de outros que surgiram com a nova diversidade de tecnologias e indústria midiática.

Conforme Dalmolin (2012), com o remodelamento dos periódicos católicos, a revista *Família Cristã* também começou a contar com pessoas especializadas, direcionadas para as diferentes seções da revista, o que configurava um olhar mais especializado para mudanças nos aspectos gráficos e de impressão da revista.

Os editores passaram a escrever de forma diferenciada à sociedade, com uma empatia aos problemas que cercavam a população: “Essa ‘nova linha de evangelização’ é referida pela autora como a constatação de uma maior presença de temas relacionados às ‘classes subalternas’, aspecto que ela percebe como reflexo do projeto de Igreja Popular e das repercussões do encontro de Puebla”. (DALMOLIN, 2012, p. 12). A editora estava acompanhando a modernidade social e, em meio às tramas de acontecimentos dentro da Igreja e fora, investiram no cuidar individualizado aos leitores da revista.

Na perspectiva da imprensa pós-conciliar, tanto *Rainha* como *Família Cristã* demonstram, portanto, uma gradual integração aos valores da sociedade, especialmente quando contrastadas ao perfil que as revistas apresentavam no período anterior ao Concílio Ecumênico. Demonstram sintonia com as problemáticas sociais e partilham vários dos temas em debate em foco pela mídia na época, expressando desse modo estender seu foco de preocupações para fora dos muros da Igreja e das questões específicas desta. A exceção se faz aos temas que guardam relação com os valores naturais, que continuam a expressar uma Igreja intransigente no que tange a seus valores mais fundamentais como o direito à vida. (DALMOLIN, 2012, p. 13).

Entretanto, os editoriais<sup>37</sup> relatam uma mistura ora de crítica, ora de compreensão com os problemas sociais:

Decididamente os tempos mudaram. A mulher já não se conforma em ficar entre quatro paredes. Ela entra no mercado de trabalho, progride intelectualmente, influi nos rumos da família e da sociedade. As vantagens dessa nova postura da mulher, no entanto, não eliminam, na maioria delas, um questionamento preocupante: a educação dos filhos fica a cargo de quem? Não tem sido fácil conciliar maternidade responsável com realização profissional; garantir a sobrevivência de uma família e dar tempos aos filhos. Pois, ser mãe, na verdade, não é apenas gerar filhos. É, sobretudo, comprometer-se pela formação e educação das crianças. E quando essa responsabilidade falha, ocorrem os dramas que a sociedade já se

---

<sup>37</sup>Ao abordarmos os dois editoriais, obtivemos somente o intuito de mostrar a ligação entre Editora e Estado, pois com discursos apologeticos aos programas do governo foram a público essas escritas. Não tivemos o propósito de analisar a materialidade, tiragens, vendas e nem os editoriais, pois não se constituem como foco desta dissertação.

acostumou a ver todos os dias: centenas de menores abandonados perambulando pelas ruas- 35 milhões só no Brasil. Felizmente, hoje, alguns segmentos sociais tomam consciência disso e procuram sanar e recuperar a função de mãe. As Aldeias SOS, por exemplo, assumem verdadeiramente a responsabilidade de educar e orientar a criança carente. Por outro lado, há um despertar na mulher latino-americana, menos favorecida economicamente, da consciência de seu papel social, passando a enfrentá-lo com muita coragem. Mas é preciso que toda a sociedade assuma suas crianças e dê condições às mães de desenvolverem com arte e segurança sua maternidade. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, Editorial, mai. 1985, p. 3).

Outros editoriais, no entanto, parecem assumir os discursos sociais expressados pela Igreja.

Assumindo como tema de estudos e reflexão da Campanha da Fraternidade e 1980, o migrante vem merecendo toda a atenção da Igreja, que desenvolve diversas atividades a fim de ajudá-lo a se libertar da situação em que vive. Em todas as regiões do país, é notável a sensibilidade conscientização que está havendo acerca dessa problemática, graças aos esforços e à organização da Igreja. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, Editorial, fev. 1980, p. 3).

Este olhar para a diversidade social, exercido em certos momentos, é resultado de algumas influências que a revista sofreu ao longo dos anos 1970, como aborda Nascimento:

Entre as fontes que mais influenciam na FC na escolha das pautas estão o Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas—Medellín e Puebla, a CNBB, o contexto eclesial, a conjuntura brasileira e documentos do Papa João Paulo II. Entre os autores que contribuíram com suas ideias para a revista estão Dom Eugênio, Dom Hélder Câmara, Leonardo Boff e Frei Beto. A FC que representava uma igreja hierárquica, tradicional e conservadora passa a ter uma visão de Igreja que valoriza o pobre como um novo líder capaz de viver a religião em acordo com a própria cidadania, inserido social e politicamente. (NASCIMENTO, 2007, p. 35).

Ao analisar as fontes, conseguimos perceber que as publicações dos editoriais se tornaram constantes a partir dos anos de 1975. Destes, dois fizeram menções conscientemente aos planos de governo, como forma de apoio.

[...] setembro de 1975 relembra 153 anos de história independente de um Brasil que caminha decidido para o desenvolvimento. A meta é, antes de tudo, o homem, o trabalhador que empresta seus braços e energias vitais na construção do progresso. Através de um novo programa do Governo—Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)—o trabalhador torna-se participante ativo nos lucros revertidos em cotas e rendimentos. Cada brasileiro que participa, cresce vibrando com seu futuro garantido. E com ele cresce a nação. O diretor (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, Editorial, set. 1975, p. 3).

Havia editoriais que salientavam a aliança entre governo e Igreja, iniciada no período Vargas. Expressamente, a editora continuou com a mesma parceria:

[...] Um dos grandes projetos do Plano Nacional do Desenvolvimento é ainda o petróleo. Se é verdade que a imensidão e variedade de riquezas que o Brasil possui – como o potencial de águas no tocante à energia elétrica – podem contribuir para o desenvolvimento do país, todavia é ainda no petróleo que se baseia grande parte da economia nacional, pois dependemos fundamentalmente dele na área dos transportes e da matéria prima para a indústria química. É por isso que a Petrobrás não descansa na procura do ouro negro, numa expansão contínua, abrindo caminhos, descortinando novos horizontes. Afinal, é o Brasil todo que cresce e marcha para o desenvolvimento na busca e na esperança de encontrar a própria autossuficiência política e econômica. O diretor. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, Editorial, dez. 1975, p. 3).

Na década de 1980, a revista ganhou uma densidade nos artigos publicados, talvez pelo fato de ter passado a incluir profissionais especializados em seus quadros para compor os artigos sobre vários temas e em diferentes seções. No ano de 1988, “a matéria ‘Crianças prostituídas’, produzida pela irmã Rogéria Botasso, conquistou o prêmio Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).” (FAMÍLIA CRISTÃ, 2018, s./ p.).<sup>38</sup>

Já nos anos 1990, a revista ganhou um novo processo de editoração eletrônica, e foi “[u]ma das primeiras revistas do país a substituir o processo manual de produção gráfica com o uso de programas de computador, seus textos, leiautes, gráficos, ilustrações e fotografias, além da paginação, deixaram de ser produzidos por processos manuais e passaram a utilizar recursos informatizados” (FAMÍLIA CRISTÃ, 2018, s./ p.)<sup>39</sup>. Em 2012, alcançou novas conquistas ao disponibilizar o blog com possibilidades de acessos por smartphones e tablets via site e redes sociais, como o *Facebook* e *Twitter*.

No ano de 2015 a revista de janeiro, de edição 950, publicou em comemoração aos 100 anos de fundação da congregação Pia Sociedade Filhas de São Paulo, um editorial intitulado “O sonho que se sonha junto é realidade”, relatando a trajetória da Irmãs Paulinas no Brasil e apresentando vários artigos em comemoração ao aniversário da congregação.

<sup>38</sup>Citação retirada do histórico do site da revista *Família Cristã*. Disponível em:<<https://www.paulinas.org.br/familia-crista/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

<sup>39</sup> Citação retirada do site da revista *Família Cristã*. Disponível em:<<https://www.paulinas.org.br/familia-crista/>>. Acesso em: 27 set. 2018.



Ao considerar a trajetória da Editora Paulinas no Brasil, podemos dizer que a função ou o uso pedagógico que foi dado aos impressos, como a Revista *Família Cristã*, tem um lugar próprio nessa história. De acordo com Desaulniers:

O impresso foi elaborado por representantes do campo religioso como um meio pedagógico para, ao exporem suas realizações, bem como as principais necessidades de ordem financeira relativas à sua própria manutenção, socializar os princípios básicos da formação que instauram junto a segmentos populares, além de afirmar e estender tais fundamentos à comunidade em geral. (DESAULNIERS, 1997, p. 127).

A Revista *Família Cristã*<sup>40</sup>, com ideais de promover conhecimento e educação as pessoas, corrobora com o conceito de que “as revistas são lugares de fermentação intelectual e relação afetiva, ao mesmo tempo que viveiros e espaços de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 248-249). Esse conceito é favorecido com as pessoas que estão envolvidas neste processo de editoração, pois elas colocam suas percepções e criam um espaço plural de conhecimentos. Luca reflete sobre esta visão de Sirinelli (2003) e afirma que,

De fato, jornais e revistas, não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2015, p. 140).

A revista, por sua vez, alcança diferentes nichos de leitores, instruindo-os por seus conceitos. O espaço de sociabilidade se dá pela conexão com os consulente e assinantes da revista, que pelas trocas de cartas promovem laços afetivos e de confiança.

O que eu defendo aqui é a ideia de que as revistas de variedades, mesmo quando não se direcionaram a determinados conteúdos de natureza escolar, também desempenharam uma determinada função formativa, mesmo que seus efeitos sejam, dentro da perspectiva histórica, muito difíceis de serem apreendidos.” (MACHADO JUNIOR, 2015, p. 116).

---

<sup>40</sup>Na Itália, Padre Alberione “passou a revista diretamente para os Paulinos. A *Família Cristã*, que ao longo do tempo tornou-se uma publicação semanal muito divulgada e apreciada na Itália” (COLLESEI, 2014, p. 26). No Brasil a responsabilidade de produzir a revista ficou com as Irmãs Paulinas, que tornaram a edição da revista mensal.

A revista possibilita múltiplos aprendizados pelos receptores, pois além de abordar conteúdos religiosos também apresenta artigos em diversas áreas voltados para a diversidade de pessoas que apreendem seus conteúdos.

A seção “A carta do mês” ficou em destaque por vários anos na revista, do ano de 1960 até 1993, e teve como propósito ensinar à sociedade as respostas autorizadas pelos preceitos religiosos nos mais variados temas, e ao longo dos anos contou com pessoas da própria editora para responder aos consulentes que entravam em contato por meio de cartas com a editora. Irmã Estefanina Cillario, uma das idealizadoras da revista, em entrevista à Irmã Nascimento relata que Padre Tiago Alberione fez um pedido com relação às respostas das cartas publicadas: “Ele pediu que nós respondêssemos às cartas, mas com um outro nome e, assim, a Mestra Inês e eu começamos”. (*apud* NASCIMENTO, 2007, p. 146). As respostas eram publicadas e socializadas com os leitores.

Ao observar a trajetória da revista desde seu primeiro editorial, percebemos as mudanças ideológicas que ocorreram ao longo dos anos, tanto na editora como na maneira da Igreja conduzir seus caminhos juntamente com os avanços da sociedade moderna. Esse remodelamento pode ser sentido pelos temas abordados e pelo foco em determinadas classes sociais e discursos.

De acordo com o depoimento da Irmã Maria Alba Veja Garcia (2017), “A revista não é só uma revista religiosa, nem devocional é jornalística, aí foi passando o tempo e ela foi se atualizando e mudando bastante” <sup>41</sup>. Essas mudanças progressivas foram voluntárias ao acompanhar os movimentos modernos da sociedade.

Em páginas de revistas encontram-se vestígios de um passado. Ao folheá-las com os dedos, múltiplas informações culturais apresentam-se sintetizadas num espaço diagramado em papel, como se ordenadas também fossem as relações que regem as sociedades. A composição do conteúdo de uma revista pressupõe códigos semânticos e pragmáticos que são construídos como que numa árdua trajetória, tal qual passaram historicamente as práticas que desencadearam nas denominadas teorias da comunicação. (MACHADO JUNIOR, 2006, p. 51).

---

<sup>41</sup>Entrevista cedida pela Irmã Maria Alba Vega Garcia, responsável pela Editora Paulinas, em São Paulo, em visita no dia 30 jul. 2017.

A revista *Família Cristã*, neste período de 84 anos de circulação nacional, absorveu algumas mudanças ideológicas, ambiguidades, ocorridas na Igreja Católica, e tornadas informações culturais, que hoje podemos analisar.

## 2.1 A ESCRITA EPISTOLAR NA SEÇÃO DE CARTAS E O LEITOR

As cartas, um meio de comunicação tão utilizado por séculos, constroem amizades, confiança, intimidades e relacionamentos. Em algumas situações, elas podem sair do privado e transitar para o público, dando a ver vestígios de práticas de leitura e escrita, de modo a configurar, algumas vezes, uma comunidade de leitores. O hábito de escrever cartas é denominado “escrita epistolar”, costume muito antigo protagonizado pelos leitores e pela imprensa no âmbito público, trocadas por pessoas anônimas no privado. Nos tempos antigos, a escrita epistolar embalou muitos romances nas novelas epistolares, informou muitos reinos sobre acontecimentos no mundo e protagonizou histórias, como pode ser lido nos livros do Novo Testamento da Bíblia.

Desde então, as cartas têm seu papel e funções variados e, de acordo com Bastos, Cunha e Mignot (2002, p. 5), “[e]screvem-se cartas e mandam-se cartas pelos mais variados motivos: conversar, seduzir, desabafar, agradecer, pedir, segregar, informar, registrar, vender, comprar, desculpar e desculpar-se, falar da vida, enfim!”.

Foi também o meio de comunicação mais utilizado pela Igreja Católica junto aos seus fiéis: “as cartas sempre foram um meio de comunicação bastante utilizado para a formação dos fiéis. A Igreja Católica enfatiza a importância desse veículo de comunicação, já desde os primórdios do cristianismo” (DANTAS, 2008, p. 108). A comunicação da Igreja com seus seguidores iniciou-se por meio das cartas e, como assevera Bouzinac (2016, p. 144), “a carta de direção espiritual explora plenamente a função persuasiva do gênero, dirige-se às emoções para melhor convencer, segundo as regras de eloquência reformuladas pelos manuais de retórica”. Esse tipo de carta revela a prática da persuasão moral,

No entanto, o discurso moral na carta quase sempre revela uma separação. Por um lado, a criação da sentença entra no processo de distanciamento gerado pela própria escrita epistolar. Tal processo resulta do procedimento comparativo que consiste em aproximar a experiência individual relatada na carta de uma norma geral, de um *sensus communis* cuja presença é latente. Pode igualmente proceder da confrontação de diferentes acontecimentos, confrontação de elementos internos ao destino do epistológrafo a fim de, com o tempo, fazer surgir a continuidade de uma vida. (BOUZINAC, 2016, p. 154).

O discurso moral promotor deste distanciamento revela as tensões emergentes que levam a esse confronto de acontecimentos entre a vida do leitor e o discurso moralizante. De acordo com Bouzinac (2016), a carta depreende de uma representação imaginária de um tipo de leitura que o indivíduo quer provocar ao seu leitor. Em contrapartida, a carta se torna um local para a troca entre escritor e leitor, os quais podem convergir de um mesmo conceito ou podem divergir. “A carta conforma o lugar onde confluem as estratégias do autor/ narrador e o receptor/ leitor, que nem sempre devem entender-se como casais coincidentes” (GÓMEZ, 2002, p. 22).

A carta pode se legitimar como um duplo discurso, uma forma de perguntas e respostas com o seu interlocutor, essencialmente segue os movimentos de ida e vinda. “Confrontadas umas às outras, as cartas do remetente e do destinatário se realçam num movimento recíproco” (BOUZINAC, 2016, p.137).

Em tempos remotos, as cartas promoveram uma elevação do desenvolvimento social de fala e escrita, através da transcrição de discursos de cada indivíduo. “O gênero epistolar é um objeto literário vago, suscetível de responder a todos os desejos, de se adaptar a todos os discursos, de cantar em todos os tons” (DIAZ, 2016, p. 69-70). A carta revela ao seu interlocutor, pensamentos e desejos de si mesmo.

Não é um simples reflexo de si que se ofereceria para captar o olhar fascinado daquele que se convocou para isso, mas é o processo de escrita pelo qual o sujeito se produz, tomando ciência da presença e do peso do outro na constituição de sua identidade (DIAZ, 2016, p. 151).

A escrita de cartas apresenta uma característica que distingue de outros tipos de escritas. Segundo Bouzinac (2016, p. 11), “A carta, conversa com um ausente”, um meio de comunicação utilizado para substituir a fala com a pessoa ausente no momento. Brigitte Diaz apresenta as cartas como um “[g]ênero literário indefinível,

flutuam entre categorias vagas: arquivos, documentos, testemunhos. De tal forma que não se sabe muito bem que lugar lhes é atribuído na geografia ordenada da literatura” (DIAZ, 2016, p. 11).

Em um campo de tentativa de definição de epístola, a carta pode ser ou não efetivamente enviada ao seu destinatário. As cartas que de fato são enviadas são chamadas de missivas. Neste sentido, a carta torna-se flexível em seus moldes e funções, visto que “[é] a combinação desses fatores histórica e socialmente variáveis e de fatores invariantes (destinação, subscrição) que determina o modo de funcionamento do gênero epistolar” (BOUZINAC, 2016, p. 12).

Ao procurar compreender o lugar da escrita epistolar na história, Bouzinac (2016, p. 28) assevera: “A carta medieval, como na Antiguidade, tinha principalmente, e por essência, uma função de representação *quase inter praesentes* (assim como entre pessoas presentes) bem como de desejo de real comunicação”. Essa comunicação que representa uma realidade quase presente, ou melhor, ausente, depreende um imaginário de diálogo. A autora expõe que no Classicismo a escrita de cartas era ministrada nas escolas:

No classicismo, mesmo sendo a carta considerada um gênero secundário, seu pertencimento ao campo da literatura não causava problema. A existência independente de um estilo próprio às cartas é perfeitamente reconhecida. Ensinam-se nos colégios belos exemplos de ‘estilo epistolar’ e convidam-se os alunos a copiá-los em seus cadernos de excertos e a memorizá-los. Vários escritores se consagraram essencialmente graças a sua *obra epistolar*: o cardeal d’Ossat, Guez de Balzac, Chapelain (BOUZINAC, 2016, p. 20).

A intensa ação epistolar possibilitou a inclusão das cartas no gênero romântico e poético, além de tornar-se uma memória de muitos intelectuais. “Sua inscrição no factual faz com que muitas vezes a carta seja usada para finalidades históricas ou biográficas. Assim ela integra uma massa documental mais ampla, que engloba dos diários íntimos, cadernetas, peças de arquivo pessoal” (BOUZINAC, 2016, p.24). Cartas são essenciais para o rearranjo de histórias vivenciadas pelos destinatários e remetentes.

A troca epistolar pode tomar uma proporção muito ampla quando direcionada para uma seção de cartas de uma revista ou jornal, pois este meio de comunicação pode ser promotor uma abundante circulação de saberes entre a sociedade e, como resultados positivos, angariar muitos leitores.

A seção de cartas é uma parte importante de uma mídia, tanto revista, jornal ou outros meios de comunicação. Segundo Marisa Torres da Silva (2014), que analisa a seção de cartas aos leitores de jornais portugueses, a seção apresenta-se como mediadora da construção de conceitos. A Revista *Família Cristã*, no papel de difusora de saberes, tem ideais de promover conhecimento às famílias; por meio das revistas, circulam as ideias e as vozes dos editores, que, no caso, eram saberes religiosos mediados pelas Irmãs Paulinas, ou seja, conceitos e valores católicos direcionados à sociedade. Efetivamente, a própria revista tende a acolher seus leitores na seção de cartas e respostas, ressaltando o fato de que não somente as publicadas, mas todas as cartas eram respondidas, promovendo este espaço de sociabilidade.

A *Família Cristã* aborda vários assuntos como temas religiosos, atualidades, família, arte e cultura. Pode-se questionar: quais emergem mais fortemente para o leitor ao ponto de ele escrever para a revista sobre o assunto?<sup>42</sup> Segundo Chartier (1998, p. 84), “[...] a diferença entre o redator e o leitor se desmancha quando o leitor se torna autor, graças às cartas dos leitores”, de modo que os leitores das cartas, além de dialogarem com os textos publicados na revista, são também autores, que, por sua vez, espelham e complementam a autoria do veículo.

Quando ocorre o processo da chegada das cartas dos leitores para a editora, percebemos que aconteceu a apropriação dos assuntos que são veiculados pela revista, indicando também a circulação da revista e de seus saberes a partir do seu público leitor.

A apropriação de conhecimentos veiculados pela revista e ressignificados pelos leitores ao enviarem as cartas com opiniões, conceitos e até questões para serem respondidas, possibilita uma troca de conhecimentos. Conhecimentos estes que circulam entre todos os leitores e, assim, são disseminados para a sociedade em geral, através de atitudes, conhecimentos, valores e sabedoria, transmitidos a todos e até mesmo perpetuando para outras gerações. Neste contexto, Chartier (2002a, p. 12) ressalta que “focaliza sua atenção nas formas de sua circulação e de sua apropriação”. Conforme o autor supracitado destaca, “[...] esse campo de

---

<sup>42</sup>Os olhares para esses temas terão o filtro da seleção da editora. Considerando que não tivemos acesso às cartas enviadas pelos leitores, trabalharemos apenas com aquelas que foram publicadas, mesmo sabendo que isso significa que são os temas que a revista optou por dar visibilidade, o que pode não corresponder necessariamente às demandas do leitor em sua totalidade.

pesquisa é o da história das formas, usos e efeitos da cultura escrita nas sociedades” (CHARTIER, 2002a, p. 18).

Além da leitura como uma forma de ressignificação do texto, do conhecimento que lhe é transmitido e da leitura implícita de um contexto, Chartier (2002a, p. 70) defende que “[...] não é somente uma operação abstrata de inteligência: ela é uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro. É por essa razão que devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores”.

Deste modo, a aproximação das cartas dos leitores permite apreendermos possíveis transformações que ocorreram por meio da leitura de um texto e que, conseqüentemente, criaram usos destes escritos ao apropriarem-se de conceitos por eles veiculados para a sociedade de modo mais ampliado. Nesta perspectiva, Chartier afirma que

Aparentemente passiva e submissa, a leitura é, na realidade, e à sua maneira, inventiva e criadora. Falando da sociedade contemporânea, Michel de Certeau sublinha magnificamente este paradoxo: a leitura (da imagem ou do texto) parece constituir o ponto máximo da passividade que supostamente caracteriza o consumidor, instituído em *voyeur* (troglodita itinerante) numa ‘sociedade do espetáculo’. Na realidade, a atividade da leitura apresenta, ao contrário, todos os traços de uma produção silenciosa: é uma deriva ao longo das páginas, uma improvisação e uma espera de significações induzidas a partir de algumas palavras, um prolongamento de espaços escritos, uma dança efêmera [...] o Leitor insinua as manhas do prazer e de uma reapropriação no texto do outro: invade a propriedade alheia, transporta-se para ela, torna-se nela plural como os barulhos do corpo. (CHARTIER, 1995, p. 185).

A leitura, como aponta Chartier, é mais do que uma decifração de letras, mas vai além, porque é leitura de conceitos e de saberes. Intrínseco ao texto está o mundo que representa o cenário de onde foi escrito e os valores e princípios do escritor passados para o papel. Ao leitor cabe o embate de conceitos antigos e saberes novos a ponto de ressignificar tudo e disseminar para a sociedade, criando um movimento para diferentes públicos.

Um texto pode ser lido e interpretado de diversas maneiras e por diferentes olhares, todos com sua bagagem de significados, apropriados e reapropriados por diferentes pessoas, que nunca são passivos nessa prática cultural que é a leitura.

Cabe ao leitor este papel de crítico, por meio de seus conceitos previamente arraigados e, neste viés, ler, compreender, analisar e opinar, sendo a favor ou contra

as matérias da revista e, para além disso, mostrar seu posicionamento para o editor e para a sociedade. Silva estaca este tipo de leitor ativo como:

[...] destinatários da imprensa que se dispõem a intervir publicamente com a(s) sua(s) carta(s), posicionando-se assim não como audiência passiva, mas como público(s) com características reflexivas, movendo-o(s) a preocupação de debater assuntos potencialmente agregadores dos interesses colectivos. Um ou vários públicos, como lhes quisermos chamar, que podem ser olhados pelos profissionais da actividade jornalística de uma maneira muito peculiar e, até ambivalente. (SILVA, 2014, p. 5).

Cabe à imprensa esta réplica de conceitos e perspectivas, concordando com Silva (2014) o fato de que a imprensa estimula a dinâmica de trocas de leitores ativos, pois:

Embora o acesso aos media pareça estar reservado às elites do poder, a imprensa desempenha, ainda assim, um papel fulcral na dinamização da opinião pública, nomeadamente através dos veículos que disponibiliza para a participação dos seus leitores, entre os quais se encontram as cartas dos leitores. Esta plataforma constitui um meio através do qual os cidadãos podem intervir activamente no discurso público, quer sobre temas de interesse geral, quer sobre assuntos que concernem a actividade jornalística, quer sobre factos que afectam a reputação ou o bom nome do leitor. (SILVA, 2014, p. 11).

Este espaço para as cartas dentro da imprensa estabelece a voz do leitor sobre a sociedade a qual pertence: mostra seu ponto de vista, cria condições para outros saberes e para outros leitores criarem seus conceitos e tece uma rede de entendimentos sob diferentes pontos de vista, perante diferentes vivencias, valores e conceitos, arraigados, apropriados e ressignificados. A seção de cartas amplia esta rede de cultura e sapiência.

Silva também trata da importância deste gênero no espaço público, sinalizando sua importância desde o século XVIII: “A epistolaridade viria a marcar, de forma ainda mais contundente, a imprensa do século XVIII, constituindo um dos instrumentos de construção do espaço público” (SILVA, 2014, p. 99). Ou seja, as cartas exerceram um importante lugar na construção dos saberes compartilhados por meio da imprensa, do convívio, das trocas da sociedade, da cultura compartilhada e transformada pela sociedade porque dá voz ao leitor e, de certo modo, ao permitir a interlocução, torna-o, em alguma medida, também autor.

As cartas enviadas pelos leitores para a editora da Revista *Família Cristã* apresentaram o propósito de participar, questionar e promover tensões dos



conceitos e valores trazidos pela revista. Após sua publicação, os questionamentos, conselhos, viram públicos e todos os leitores se tornam ativos nesta circularidade do saber. Concordando ou discordando, as pessoas conseguem dar um novo significado aos enredos das cartas.

Para Bouzinac, a carta que transita do privado para o público é classificada como *carta ostensiva*, que, segundo ela, pode ser exposta sem quaisquer constrangimentos tanto para destinatário quanto para remetente.

[...] a carta 'ostensiva' conserva as características da forma familiar. São cartas autênticas redigidas por um remetente para um destinatário único, destinatário porta-voz, indivíduo encarregado de representar ou transmitir a mensagem a um grupo maior, ou para um destinatário já identificado como coletivo, classe, ex-alunos de uma escola, conjunto de pessoas ligadas por interesses comuns (políticos, intelectuais, etc.). Esse tipo de carta que não tem nada de fictício – a carta é redigida, endereçada, transmitida – permite imaginar a escrita epistolar no limite, às vezes imperceptível, que separa verdade (realidade, autenticidade) e ficção. O epistológrafo que escreve sabe que será lido por vários olhares[...]. (BOUZINAC, 2016, p. 53).

Ao considerar o diretor da seção “Carta do Mês” da revista *Família Cristã* como o porta-voz responsável por passar as cartas a todos os leitores, isto é, pela comunicação entre as pessoas unidas por um interesse comum de aprender valores e conceitos para a vida cristã, a seção torna-se também uma intenção de troca, já que, “antes de ser um objeto de escrita, a carta é primeiramente um objeto de troca. Sua dimensão material molda-se à personalidade de cada remetente” (BOUZINAC, 2016, p. 61). Acompanhadas da dimensão material, as cartas oportunizam aos leitores construir suas impressões, interpretações e representações:

Numa história cultural redefinida como lugar onde se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, pressionada entre segredo e sociabilidade, a carta, melhor que qualquer forma de expressão, associa o vínculo social a subjetividade. Cada grupo vive a fórmula a seu modo esse problemático equilíbrio entre mim e os outros. (CHARTIER, 1991<sup>43</sup>, p. 9-12 *apud* BOUZINAC, 2016, p. 31).

Além de que as cartas nunca estão isoladas, mas transitam por um contexto histórico, como explica Bouzinac:

---

<sup>43</sup> Tradução de Bouzinac de trecho do texto “*La Correspondance les usage de la lettre au XIX*”, de Alain Boureau, Michel Demonet e editado por Roger Chartier, em 1991.

A carta depende de fatores ligados ao contexto histórico: situação das vias e das comunicações postais, estrutura hierárquica das relações sociais, maior ou menor grau de aceitação de uma moda ou etiqueta, acesso à escrita de uma massa variável dos sujeitos que produzem as mensagens. Todos esses parâmetros influem no conteúdo e na forma da mensagem enviada e condicionam igualmente sua recepção. (BOUZINAC, 2016, p. 26).

As cartas enviadas e publicadas pela revista são selecionadas, analisadas por suas regras, suportes e por seu contexto histórico, pois a carta escolhida deve apresentar sentido no cenário vivenciado pela editora e pela sociedade, pois:

Capturar as mensagens contidas nas cartas envolve examinar os seus suportes, a periodicidade, os temas abordados, pois o ritual epistolar é um exercício que tem suas regras, seus códigos, suas condições de produção. Em outras palavras, exigem debruçar sobre papéis[...]. (MIGNOT, 2002, p. 119).

O leitor, ao escrever sua carta, expõe sua opinião, conceitos e valores, e essa relação com a editora vai além de uma troca de informações, porque existem a confiança e o relacionamento social, como acredita Maria Teresa S. Cunha:

Como resultado, constrói-se a confiança, cresce a intimidade, tecem-se redes de interlocução que permitem encontrar fragmentos de laços de sociabilidade de um tempo e iluminar as relações sociais e afetivas que as cartas mostram e perenizam pela escrita. Como objetos materiais, recheados de práticas culturais de uma época, as cartas são produtoras de sentido, pois, por não serem ficção, podem fornecer versões ficcionalizadas daquilo que querem dizer e, em seu rastreamento, pode vir à tona uma história de sujeitos se construindo/se inventando na e pela escrita. (CUNHA, 2002, p.186-187).

Essa interação pela forma epistolar dá aos leitores e editora uma relação muito próxima de diálogo, porque, mesmo ausente, o receptor produz uma ilusão de presença. E no relacionamento editor-leitor, constrói-se uma rede de sociabilidade, como afirma Giselle Martins Venancio:

Uma carta expressa mais do que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise de sua trajetória e a identificação de seu(s) destinatário(s) – se individual, institucional ou familiar; permite a compreensão dos mecanismos de sua circulação e a sua presença num arquivo, isto é, o conhecimento dos gestos em prol de sua conservação deixa entrever os critérios que definiram sua importância. A correspondência pessoal de um indivíduo é, portanto, um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É por meio dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações conjuntas. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares e conhecer o seu grupo de interlocutores, sua comunidade de leitores, suas ‘fontes’ de inspiração. Pode-se, portanto, definir a correspondência como o local por excelência da expressão das intenções e das trocas de ideias, espaço de sociabilidade e de inspiração. (VENANCIO, 2002, p. 222-223).

Este espaço de sociabilidade, como relata a autora, é observado nas páginas da Revista *Família Cristã*, que sempre cedeu espaço aos leitores, para interação junto à sociedade. Os motivos pelos quais os consulentes escrevem suas cartas são variados, desde um desabafo, um questionamento, uma crítica, um conselho e, conseqüentemente, é muito maior a quantidade de pessoas que não escrevem as cartas, mas que de algum modo compartilham dos mesmos problemas e se julgam parte dessa circularidade de ideias e conceitos. São incontáveis o número de pessoas que se apropriam dos conhecimentos veiculados pela seção de cartas. Da mesma maneira que a escrita, a troca epistolar acontece por diversos pretextos falar, desabafar, aproximar, segregar, civilizar, educar uma sociedade. “Escrever sobre cartas é revelar angústias, dúvidas e desafios. É também narrar opiniões, desejos, apropriações e representações de alguém sobre determinado assunto ou objeto” (DANTAS, 2008, p. 109). É interação com o outro por laços estabelecidos de uma intenção comum.

De acordo com Bouzinac (2016, p. 15), “Se desejarmos utilizar a carta como documento, é preciso, por razões que estudaremos mais adiante, que ela seja objeto de confrontações”. Esses enfrentamentos são necessários para verificar os dois lados da troca epistolar, para não seguir uma única carta como sendo a exata. Ou até mesmo defrontar essa carta com o cenário em que ela está inscrita, pois a carta pode ocultar ao invés de revelar, ou, em contrapartida, suscitar fatos, já que “a carta às vezes se antecipa à vida, provoca acontecimentos, transforma situações, torna-se embaixadora de uma situação que se modifica” (BOUZINAC, 2016, p. 95). A carta pode promover descortinamentos sociais, conforme o seu contexto.

De acordo com Freitas (2002, p. 58), a troca de cartas manifesta não somente uma visão de mundo, mas conseqüentemente a visão auto referenciada a respeito das outras visões de mundo. Esse movimento acontece na escrita de cartas publicadas pela revista. Existe uma justaposição das visões de mundo, ao mesmo tempo em que a resposta dada pela editora em seu tom apologético, se torna manipuladora de sua visão, de seus valores e conceitos. As cartas publicadas pela revista terão essa legitimidade frente ao seu discurso moral religioso para a sociedade. Para Dauphin e Pouban (2002, p. 82), “As cartas, quanto mais antigas e abundantes, mais terão o poder de legitimar o patrimônio transmitido de geração em geração”, patrimônio este que ficará guardado constituindo um acervo de memórias que, ao ser averiguado, poderá descortinar uma história respeitável.

A carta publicada em jornal ou revista aparentemente não consegue mensurar a quantidade de pessoas que ela pode alcançar. Existe uma rede de leitores que ressignificam os conceitos que, em uma esfera de troca, serão lançados novamente para a sociedade. De acordo com Silva (2014, p. 110), “no contexto das cartas públicas, publicadas em jornais ou revistas, devemos distinguir entre duas entidades: o destinatário, inscrito no texto e especificado no discurso, e, por outro lado, o receptor extratextual, aquele que lê a carta”.

A revista *Família Cristã*, promove esta gama de possibilidades ao publicar as cartas dos leitores, embora não consiga quantificar o número de pessoas que serão atingidas pelos conceitos e valores propagados. Silva (2014, p. 110) reitera que “mesmo que o destinatário esteja especificado no texto, a carta aberta dirige-se a um receptor colectivo, a um público mais alargado, nomeadamente, os leitores do meio onde o texto é impresso”.

A autora promove uma reflexão sobre os tipos de alcances públicos que uma carta publicada pode ter. Ela também menciona desde as pessoas da editora, envolvidas no processo de publicação, até a recepção pelo público maior, que seria a sociedade:

As cartas dos leitores na imprensa podem implicar, desta forma, vários tipos de destinatários: o jornal em si mesmo; o jornalista ou o editor que faz a triagem da carta; o director da publicação; o jornalista autor de uma notícia a que a carta faça referência; outro leitor que tenha publicado uma carta no jornal; um colunista ou autor de um artigo de opinião, que a carta mencione; e o público leitor, em termos gerais, da publicação. No entanto, este último destinatário, receptor plural e heterogêneo, só se concretiza no caso de a carta ser publicada no jornal, adquirindo assim visibilidade; caso contrário, a amplitude do destinatário é diminuta, apesar de o leitor-escritor ter como expectativa, aquando do envio da carta, de ser lido por um público mais vasto. (SILVA, 2014, p. 111-112).

Essa abrangência ocorre justamente pelo meio utilizado e, principalmente, a grande recepção de um público maior dependerá da circulação social deste meio, ou seja, a quantidade de pessoas que são assinantes, compradores da revista no setor nacional. A editora Paulinas, neste quesito, conseguiu uma maestria em difusão de meios de comunicação. A revista *Família Cristã*, em sua trajetória histórica, adquiriu mais de cento e cinquenta mil assinantes mensais dentro do país, sem contar as pessoas que compravam avulsamente em lojas, bancas de revista, ou em outros de vendas.

As cartas publicadas na revista não demandam uma resposta imediata como ocorre com as cartas no privado. As cartas publicadas podem e têm um tempo diferente para venha a público sua resposta. Para Silva (2014, p. 113), “sendo verdade que, com alguma frequência, as cartas dos leitores publicadas nos jornais são alvo de uma resposta, por parte de outro leitor, jornalista ou até mesmo do director”. Na revista *Família Cristã*, as cartas do período de 1960 a 1970 normalmente eram respondidas pela equipe editorial que utilizava o pseudônimo de “director”; outras cartas foram respondidas por religiosos, padres e bispos. A partir da metade da década de 1970 até o final da seção na década de 1990, as cartas eram respondidas por pessoas especializadas em diversas áreas, pois existia uma preocupação em responder aos questionamentos de acordo com suas especificidades. Deste modo, médicos, psicólogos, professores, educadores, bispos, padres, sociólogos, assumiram não só a função de responder as cartas, mas iam além e indicavam livros para complementar suas respostas.

Segundo Silva, este gênero epistolar publicado em meios de comunicação, apresentam sempre um intensão, porque, como afirma, “as cartas dos leitores na imprensa podem também ser definidas como textos que se enquadram dentro do gênero de opinião, enquanto discurso que tem como função principal a expressão e a comunicação persuasiva de opiniões” (SILVA, 2014, p. 113). Podemos perceber

que nenhum meio de comunicação que utiliza a propagação de cartas é imparcial, ou seja, ela tem uma estratégia para continuar com seus leitores e, principalmente, é promotora de persuasão, pois a revista escolhe a carta que pretende dar visibilidade de acordo com seus objetivos. Conseqüentemente, a revista *Família Cristã* não foge desta linha de pensamento, pois, ao publicar as cartas que passam por uma seleção, elas são, de fato, objetos de persuasão e de disseminação de seus valores, relacionados a um contexto maior, que é o cenário social para cada carta publicada. Outra possibilidade é o chancelamento dos direcionamentos da Igreja Católica por meio das cartas publicadas para, assim, reforçar seus valores e ideais no campo social como uma estratégia de poder.

Por um outro olhar, as cartas enviadas pelos leitores também são reforçadores de situações sociais que não condiziam com os valores morais da Igreja, quer dizer, os leitores apreendiam tensões e mudanças sociais decorrentes de seu tempo e que se confrontavam, muitas vezes, com a doutrina e a moral católica, como, por exemplo, a separação no casamento, a união de pessoas desquitadas, a simpatia às outras religiões se misturando com o catolicismo. Essas cartas são, portanto, indícios de que os fiéis católicos não estavam conseguindo agir de acordo com que era pregado na Igreja, pedindo um amparo por meio das cartas. A Igreja, por conseguinte, tenta se colocar dentro desta modernidade para se garantir junto à sociedade, o que a leva a mudar, por vezes, sua postura em relação a certos temas e preocupações, como ocorreu após o Concílio Vaticano II e na América Latina com a Conferência Geral do Episcopados, realizada em Medellín (1968) e Puebla (1979).

Por um outro viés, as cartas também poderiam ser uma arma para o leitor para cobrar um posicionamento da Igreja sobre determinado assunto, mas nebulosamente é difícil compreender e ter a certeza se todas as respostas publicadas para as cartas foram aceitas pelo seu missivista e transformadoras de seu modo de vida. O indivíduo que recebeu sua resposta publicada pode escolher viver ou não de acordo com os preceitos direcionados a ele. Essas situações postas serão aprofundadas nas análises das cartas, na tentativa de compreender as situações de publicação do leitor, da Igreja frente às respostas publicadas e o cenário social como tempo histórico, não deixando de refinar os olhares para o discurso pedagógico que era veiculado pela editora e chancelado pela Igreja diante

de tantas transformações sociais que o período da década de 1960 até início dos anos de 1990 vivenciaram.

Ao afinar a ótica para o leitor que faz parte de todo esse processo de diálogo, apropriação, assimilação, de circulação de conhecimentos, as cartas se tornam o eixo principal de ligação entre a sociedade e a editora, que representa a figura da Igreja. Entretanto, quem é o leitor?

O leitor, em um primeiro momento, pode ser definido como aquele que lê para si, ou seja, pessoa que consegue compreender um texto. “Depois que o leitor percebe e decifra os signos, ele tenta entender do que se trata. A conversão das palavras e grupos de palavras em elementos de significação supõe um importante esforço de abstração” (JOUVE, 2002, p. 18). O leitor, entusiasmado, se concentra para compreender a quantidade de frases e dá um significado reflexivo ao que leu.

Para Jouve (2002, p. 19), “o charme da leitura provém em grande parte das emoções que ela suscita”. A leitura promove um descortinamento de mundos, lugares, épocas diferentemente da realidade na qual o leitor está inserido. A leitura passa para uma dimensão simbólica e a apropriação de novos conhecimentos e ao mesmo tempo ressignificação de conceitos antigos de leitor, então ela se dispõe a ser utilizada a serviço de uma cultura, para apropriação, disseminação de pensamentos. As pessoas sempre darão diferentes interpretações para as leituras de acordo com suas experiências socioculturais, ou seja, “uma vez que cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria. Reencontrar esse *fora-do-texto* não é tarefa fácil, pois são raras as confidências dos leitores comuns sobre suas leituras.” (CHARTIER, 2011a, p. 20-21, grifo no original).

O autor com seu olhar vai além para dois tipos de leituras, que podem ser a leitura sem conceituar o seu suporte, como a descrita acima, e a leitura que sobrevém junto com a compreensão do autor e com a percepção do impressor, em consonância com o seu tempo.

O ato de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulamentá-los. A aceitação dos modelos das mensagens propostas opera-se por meio dos arranjos, dos desvios, às vezes das resistências, que manifestam a singularidade de cada apropriação. (CHARTIER, 2004, p. 14).

As pessoas se apropriam de modo diferente de um mesmo texto, sob óticas diferentes, tornando uma prática de leitura. Essa prática de leitura está sempre aliada à sua materialidade, ou seja, o suporte promotor do texto. Os impressos são um tipo de materialidade que circula socialmente entre todas as camadas da sociedade.

A prática de leitura se constitui de diferentes leituras de um mesmo texto, ou seja, a leitura que é feita hoje no futuro será diferente, embora o texto seja o mesmo. Para Chartier (2004), o texto não pode ser lido afastado de seu suporte, isto é, da materialidade do impresso. Essa materialidade também pode ser lida por meio recursos visuais da capa, tipo de folha, imagens, estilo de letra, entre muitos outros atributos e dar múltiplas forma de uso e leituras. Essas leituras são promotoras da difusão dos impressos, que, de forma latente, ganham vários ambientes sociais através dos livros e bibliotecas públicas, dos periódicos, boletins, jornais e revistas que circulam por todas as classes sociais.

Fazer a história das práticas de leitura inclui privilegiadamente o levantamento dos usos históricos do livro e das várias formas particulares de impressos. O seu materialismo dos meios o faz falar da 'ordem do livro', antes da 'ordem do discurso', e menos da ordem dos livros que daquela que na aparente desordem dos seus usos. (CHARTIER, 2011a, p.11).

Em que pese a diferença no tipo de suporte, como abordado por Chartier na citação anterior (ele se refere a livros, enquanto esta pesquisa foca em uma revista, especificamente), tanto em um quanto em outro, as práticas de leitura, ao fazerem a história, são tidas como a própria propagação de cultura. Entretanto, a produção da cultura existe nas práticas que representam suas composições de valores, de crenças de leituras de mundo: “Descrever uma cultura seria então compreender a totalidade das relações que nela se encontram entrelaçadas, o conjunto das práticas que nela exprimem as representações do mundo, do social ou do sagrado.” (CHARTIER, 2004, p. 18). A cultura está entrelaçada às relações econômicas, sociais, ou melhor, “não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem sentido de sua existência, um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos.” (CHARTIER, 2004, p. 18).

Concomitantemente, a noção de cultura, uma prática de leitura que não pode ser esquecida, é a transmissão oral que dissemina conhecimentos por meio de um leitor em voz alta para toda a comunidade. A transmissão oral era uma prática muito



utilizada na França Antiga, por meio do compartilhamento de textos com finalidades de usos coletivos.

Três períodos seriam decisivos aqui: o dos séculos IX-XI, que viram os *scriptoria* monásticos abandonarem os antigos hábitos da leitura e da cópia oralizada, o do século XIII, com a difusão da leitura em silêncio no mundo universitário; e enfim, o da metade do século XIV, quando a nova maneira de ler alcança, tardiamente, as aristocracias laicas. Progressivamente, instaurou-se assim uma nova relação com o livro, mais fácil e ágil. Favorecidas por certas transformações do manuscrito (por exemplo, a separação de palavras), essa leitura livre das severas obrigações da decifração oral suscita outras, que multiplicam, muito antes da invenção de Gutenberg, as relações analíticas entre os textos e suas glosas, notas e índices. (CHARTIER, 2011b, p. 82).

A diferenciação dos tipos de leituras e suas evoluções, como a leitura oral e a ascensão para a leitura silenciosa, são reveladoras de distanciamentos socioculturais de determinados tempos. Para Chartier (1998), a partir do século XVIII, a história das práticas de leitura tornou-se também uma história da liberdade na leitura, e a transformação da leitura se deu pelo suporte que a materializa. Entretanto, toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor, que desloca e subverte o que o impresso pretende impor. No entanto, a liberdade acaba sendo cerceada por hábitos que caracterizam diferenças e também práticas de leitura. Como efeito desse cerceamento normas de comportamento regulado e controlado são criadas, um exemplo disso é o comportamento que se deve ter dentro de uma biblioteca, ou nos *books club*, lugares de leitura separados de divertimento.

Podemos observar na historiografia que tanto a Igreja como o Estado promoveram uma forma de controle social pela leitura, cerceando os direitos a leitura e censurando o caminhar da sociedade. Segundo Chartier, na França do Antigo Regime,

[...] as ações conjugadas do Estado absolutista, centralizador e unificador, e da Igreja da Reforma católica, repressiva e aculturante, teriam sufocado ou reprimido a exuberância inventiva de uma antiga cultura do povo. Impondo disciplinas inéditas, inculcando submissões novas, ensinando novos modelos de comportamento, o Estado e a Igreja teriam destruído nas suas raízes e nos seus equilíbrios antigos uma maneira tradicional de ver e de viver o mundo (CHARTIER, 2004, p. 15).

Não obstante, na historiografia brasileira podemos contemplar as ações em conjunto do Estado junto à Igreja para inculcar novos conceitos e ensinamentos, de

modo a reprimir qualquer tipo de impresso não oficial, mas chancelando somente aqueles que ponderavam os bons costumes para a sociedade.

Desde o tempo da monarquia, o leitor contava com um número escasso de impressos, muitos importados da Europa, aos poucos o número de impressos que circulavam pela sociedade brasileira foi aumentando, ao ponto de emergirem vários jornais, periódicos e boletins. Neste mesmo momento, Igreja promovia a tática de amparo aos fiéis por meio dos impressos religiosos, como uma estratégia de defender e manter seu espaço social, porque “[n]ão existe produção cultural livre e inédita que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e não esteja submetida à vigilância ou censura de quem tem poder sobre as palavras e as coisas” (CHARTIER, 2004, p. 16-17).

### 3 O LEITOR EM EVIDÊNCIA: DIÁLOGOS QUE EMERGEM DA SEÇÃO CARTA DO MÊS

A revista *Família Cristã* apresenta em suas páginas a seção de cartas “A carta do mês”, que é objeto deste estudo e que é constituída pelas cartas dos leitores, como *corpus* selecionado pela editora para aparecer nas páginas da revista. A aproximação e o encaminhamento destas cartas à editora permitem apreender possíveis transformações sociais que ocorreram ao longo dos anos, mudanças de comportamentos coletivos, rompimentos de paradigmas e substituições de concepções. As cartas enviadas para a revista são selecionadas, analisadas por suas regras, suportes e por seu contexto histórico, pois a carta escolhida deve apresentar sentido no cenário vivenciado pela editora e pela sociedade.

Ao considerarmos o diretor da seção “Carta do Mês” da revista *Família Cristã* como o porta-voz responsável pela comunicação entre as pessoas unidas por um interesse de dialogar e propagar discursos, a seção torna-se também uma intenção de troca, já que, “antes de ser um objeto de escrita, a carta é primeiramente um objeto de troca. Sua dimensão material molda-se à personalidade de cada remetente” (BOUZINAC, 2016, p. 61). Acompanhadas da dimensão material, as cartas oportunizam aos leitores que construam suas impressões, interpretações e representações.

Para compreender o diálogo entre editor-leitor estabelecido na seção de cartas, foram utilizados estudos sobre análise de conceitos como discursividade e enunciados de Bakhtin:

Toda compreensão de um texto, tenha ele a dimensão que tiver, implica, segundo Bakhtin, uma *responsividade* e, por conseguinte, um juízo de valor. O ouvinte ou o leitor, ao receber e compreender a significação linguística de um texto, adota, ao mesmo tempo, em relação a ele, uma atitude responsiva ativa: concorda ou discorda, total ou parcialmente; completa; adapta; etc. Toda compreensão é carregada de resposta. (FIORIN, 2016, p. 8, grifo no original).

Esse entendimento surge mediante noções prévias sobre determinados assuntos. Ao compreender um texto, o leitor raciocina e formula suas hipóteses, evidentemente com conceitos assimilados e refletidos do discurso de outro:

Na composição de quase todo enunciado do homem social – desde a curta réplica do diálogo familiar até as grandes obras verbal-ideológicas (literárias, científicas e outras) existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem, transmitidas por um ou outro processo. (BAKHTIN, 1998, p. 153).

A comunicação acontece pelos leitores, em alguns momentos após a leitura de artigos da revista ou por surgirem questões no cotidiano que necessitam de um ensinamento, então decorre a troca de cartas com a editora Paulinas. Todas as cartas são respondidas individualmente pela redação da editora e a resposta é enviada ao leitor, e algumas são selecionadas para publicação na revista. Os critérios e seleção dessas cartas publicadas não foram declarados pela editora-chefe nas visitas de coleta de fontes.

Esta interação, mesmo não sendo presencial, é promotora de um diálogo, ou seja, “essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicas”. (FIORIN, 2016, p. 21).

O enunciado simples se torna um reflexo do diálogo, que ocorre na ação com o outro, quando um termina seu turno de fala o outro interage, podendo ser uma concordância ou uma discordância com a fala do próximo. Nesta troca, surgem as tensões de diferentes concepções.

A relação contratual com o enunciado, a adesão a ele, a aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto de tensão dessa voz com outras vozes sociais. Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. (FIORIN, 2016, p. 28).

Impreterivelmente um enunciado está ligado a um determinado campo ou espaço social, um lugar de fala. A voz do autor se torna regente do processo, contudo, não significa que seja a voz dominante ou superior às outras. A editora, ao promover esse ambiente de trocas discursivas, convida um colunista a dar uma resposta pública a esta carta. O diretor, ao responder, torna-se autor dessa troca, muitas vezes conduzindo sua resposta intercalada a outras vozes (artigos, livros) ou até mesmo a voz da Igreja que chancela a revista.

Assim, a revista *Família Cristã* simboliza a praça<sup>44</sup>, ou lugar virtual para discussões de assuntos abordados nas cartas. Uma estância de mediação de apreensões entre a sociedade e a Igreja. Bakhtin, autor primordial para análise de discurso, promove um arcabouço reflexivo sobre as vozes e inquietudes presentes nas cartas selecionadas pela editora, reflexos de uma sociedade em mudanças. Para Bakhtin, “[e]studar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado”. (BAKHTIN, 1998, p. 99). Essa expressão metafórica de Bakhtin mostra a importância de entender o discurso dentro de um contexto social, como, no caso, o discurso veiculado pela revista dentro das apreensões propagadas na sociedade e as pressões repercutidas na Igreja Católica.

Apesar de a revista *Família Cristã* ter sido lançada em 1934, a seção de cartas começou a ser veiculada pela revista no mês de fevereiro de 1960, com uma, duas, até três páginas direcionadas para publicação das cartas, que ao longo dos anos variaram a quantidade de uma até seis cartas publicadas em uma edição mensal. Desde o lançamento da seção, em 1960, a maioria das revistas, até o ano de 1993, reservaram ao leitor um espaço em suas páginas. Neste período, a seção passou por duas transformações em um curto tempo: do mês de fevereiro de 1960 até o mês de setembro de 1987, a seção se chamou *Carta do mês*, do mês de novembro de 1987 até julho de 1988, a seção se chamou *Cartas de psicologia*, e de setembro de 1988 até março de 1993, a seção ficou intitulado como *Cartas*, quando então foi extinta.

Para uma melhor compreensão, as cartas foram classificadas nesta pesquisa em seis eixos educacionais, a saber: educação social, educação familiar, educação religiosa, orientação sexual, educação formal e orientação psicológica. O termo educacional foi aplicado para ratificar a publicação do primeiro editorial da revista em dezembro de 1934: “Glória a Deus e paz aos homens é o programa que orienta este periódico: contribuir a boa formação da família.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1934, p. 3). A formação consiste na instrução das famílias e da sociedade em geral.

No eixo “educação social” foram atribuídas cartas que falavam sobre cidadania; em “educação familiar”, respostas sobre como pais e filhos devem se comportar moralmente; em “educação religiosa”, os preceitos cristãos que devem

---

<sup>44</sup>A alusão ao conceito de praça pública vem do livro de Bakhtin (1987): *A cultura popular da Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*.

ser seguidos pelos fiéis; em “orientação sexual”, assuntos relacionados ao matrimônio e relacionamentos; em “educação formal”, conteúdos relacionados ao sistema de ensino de crianças e adultos e, em “orientação psicológica”, temas que falam de doenças emocionais e de alcoolismo.

Foram analisados e coletados dados de 26 cartas para educação social, 69 sobre educação familiar, 239 sobre educação religiosa, 120 sobre orientação sexual, 6 sobre educação formal e 29 de orientação psicológica. Algumas revistas apresentaram mais de uma carta publicada. O corpus arrolado para esta análise foi de 489 cartas publicadas entre os anos de 1960 a 1993. O recorte amostral se constitui de cartas indiciárias<sup>45</sup>de inquietações da sociedade e, ao mesmo tempo, de intenções pedagógicas da Igreja para com os fiéis. De acordo com Bourdieu,

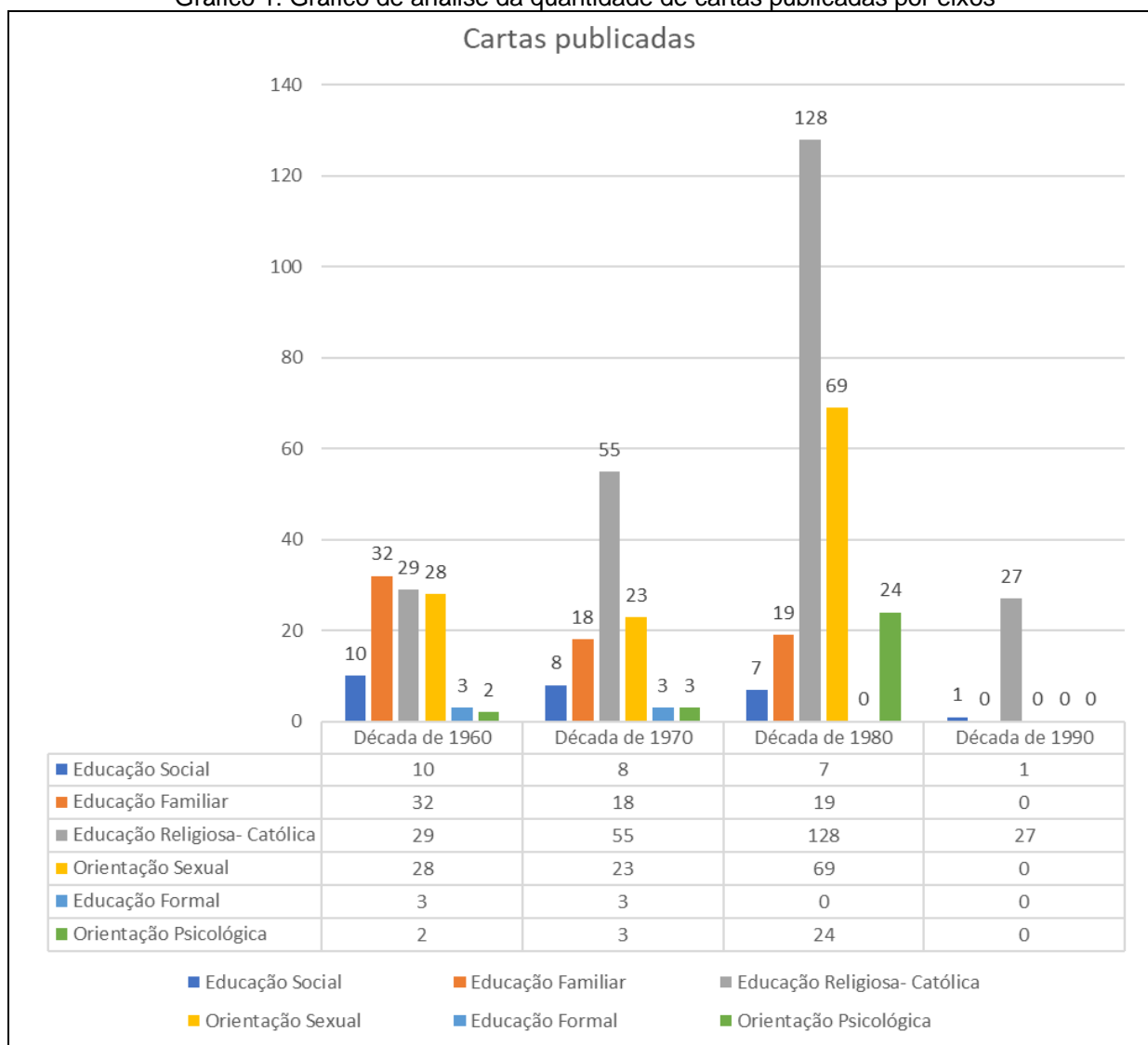
É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como evidence. (BOURDIEU, 1989, p. 24).

Os dados foram tabelados por critérios, como ano/ mês, número das páginas, título e conteúdo da pergunta identificada, resposta pela editora identificada, direcionamento para qual tipo de público e enquadramento dentro do projeto pedagógico de formação de pessoas. O número de cartas analisadas totalizou um *corpus* de 489 cartas, disponibilizadas em 100 folhas tabeladas. As cartas publicadas pela revista e analisadas por décadas enunciaram um total de 104 cartas publicadas na década de 1960, 110 cartas publicadas na década de 1970, 247 cartas publicadas na década de 1980 e 28 cartas publicadas na década de 1990. Esse diagnóstico das fontes possibilitou conhecer especificamente pelas décadas quais os eixos educacionais que mais emergiram e indagaram os leitores da revista *Família Cristã*.

---

<sup>45</sup> “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”. (GINZBURG, 1989, p. 152).

Gráfico 1: Gráfico de análise da quantidade de cartas publicadas por eixos



Fonte: Dados obtidos da pesquisa realizada no acervo da Editora Paulinas em 30 de agosto de 2017 e 28 de fevereiro de 2018.

### 3.1 EDUCAÇÃO SOCIAL

O eixo Educação Social tratava sobre trabalho vs. relacionamento social, preconceitos ocasionados por classes sociais, etnias, injustiçados e excluídos, além de situações para ajudar a sociedade, como trabalhos voltados para o bem comum.

A primeira carta respondida desse eixo foi publicada em novembro de 1963, com o título “Bailes Modernos”, e a consultante Maria Teresa queria saber a opinião da revista sobre “os bailes que têm afastado a juventude de trabalhar por um Brasil melhor”:

Senhor diretor, desejaria que a 'Família Cristã' tão conhecida em todo país e que tantos benefícios vem prestando às famílias católicas, publicasse algo sobre os bailes atuais que estão assassinando a juventude. Muitos rapazes que amanhã poderiam trabalhar por um Brasil melhor, têm a carreira cortada por causa do namoro e dos bailes que absorvem o tempo dos estudantes. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3).

A questão levantada é apresentada com palavras moralmente voltadas a um anseio pela resposta condizente com seus valores. Para Jouve (2002, p. 129), “[o] que a maioria dos leitores busca não é uma experiência desestabilizante, mas, ao contrário, uma confirmação daquilo em que eles acreditam, daquilo que sabem e esperam”.

A resposta veio de Reginaldo Grancisco, que elenca dez pontos sobre um inquérito para os bailes e a moral, referindo-se às danças modernas. Ele inicia com o primeiro ponto: “Moralmente falando, o baile, não é em si, um ato ilícito, porque o gosto por um ritmo, a que corresponde harmonicamente outra pessoa em sincronia com uma música, não é objetivamente malicioso” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3). Ele assevera esse conceito ao elencar algumas danças valorosas, como destaca no quarto ponto,

Mais detalhadamente: os bailes de origem europeias (“com contacto limitado”, como a valsa, a polka, a marzuka e outros semelhantes) quer pela necessária atenção à música, quer pelos passos e voltas da própria dança, quer ainda por certos hábitos, ou porque o costume local, considere inócuos, *não são em si gravemente perigosos*. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3, grifo no original).

Entretanto, Grancisco aborda certos tipos de danças como imorais, como destaca no quinto:

Os bailes de origem negro americanos (com contacto extenso, como o slow nas suas diversas acepções, o fox-trot, o Boston, o tango, o onestep, o charleston, etc.), não sendo embora desonestos por natureza, mas representando uma efetiva falta de pudor, *devem ser considerados em si como ocasiões próximas de culpas graves*. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3, grifo no original).

No sexto ponto, ele reitera tal afirmação ao dizer que

os bailes hispano-americanos (‘com contacto alternado’, como a rumba, a carioca, o bolero, o baião, o mambo, o samba, o swing, o boogy-woogy, a raspa, o chachachá e o calypso), cujas atitudes e movimentos são tidas por lascivos pelos próprios mestres de dança. (FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3).



No sétimo ponto, ele afirma:

Como dissemos, a moralidade do baile vai julgada também e sobretudo, pela intenção de quem a realiza ou nele coopera (circunstância subjetivas) e pelo modo prescrito com que se atua, pelo ambiente, palavras, músicas que o acompanham, pelos trajes, comportamentos antecedentes, concomitantes e conseqüente dos comparsas, como também pelo eventual escândalo (circunstâncias objetivas). O complexo desses fatores nos persuade que só em raríssimos casos se pode evitar o pecado venial, ou pelo menos, entrar num salão de baile sem o real perigo de culpa mais ou menos grave. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1963, p. 3).

Nos dez pontos, o autor coloca-se contra os bailes, trazendo referências estrangeiras sobre como se iniciaram os bailes na Europa e nos Estados Unidos, e mostra-se sempre contra, assinalando diferentes pecados relacionados a quem participa tanto dos bailes públicos como particulares, e em nenhum momento coloca pontos positivos. Para a editora, representante dos valores católicos, é interessante que seus leitores tenham suas vidas calcadas nos valores morais e religiosos, concordando com os preceitos da Igreja Católica.

Em fevereiro de 1964, a seção apresenta-se com o título “Nossos políticos necessitam de orações”, no qual o consulente Joselito pede que a revista traga críticas aos políticos da época: “Sr. Diretor, por que a “A Família Cristã” nunca traz uma crítica aos nossos homens políticos? Eu gostaria de encontrar algumas também nas páginas da nossa revista... Do contrário, esses homens acabam julgando-se infalíveis.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1964, p. 3).

Na resposta, o diretor inicia falando que o direito à crítica é adquirido no voto em eleições: “O direito a criticar os políticos e o governo em geral, é um direito adquirido no ato mesmo das eleições, quando uma comunidade delega um homem como seu representante e reserva-se o direito de julgar sua conduta”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1964, p. 3). E completa sua resposta com um tênue posicionamento de como os eleitores devam agir:

Nosso principal defeito como brasileiros de hoje, no que diz respeito às críticas políticas, está, de um lado, em não saber fazê-las e do outro em não saber aceitá-las. Mais do que criticar, seja nossa preocupação escolher pessoas verdadeiramente merecedoras, que levem aos cargos públicos, juntamente com a seriedade uma profunda e adequada preparação. E devemos acostumar-nos a tratar os políticos, não como semideuses, mas com muita familiaridade, censurando-lhes os erros e louvando-os nas ocasiões oportunas. Em conclusão: nada de críticas desapiedadas, mas avisos diretos por meio de cartas e telegramas, dos eleitores ao próprio candidato. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1964, p. 3).

A editora fica no campo da “neutralidade” ao responder esta questão, não criticando intensamente o cenário vivenciado pela população na década de 1960. Para Bakhtin, os intuitos, assim como as palavras, nunca são neutros, porque “cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções” (BAKHTIN, 1998, p. 100).

Evidentemente, a editora não quis se comprometer, talvez por defender uma postura mais conservadora do catolicismo, mas também por não querer arriscar comprometer o negócio ao manifestar uma posição política, pois isso poderia fazê-la a perder leitores que não concordassem com seu posicionamento ou, ainda, por receio da censura. O fato é que a revista não publicou cartas de teor político, além dessa citada anteriormente, antes do golpe militar.

Foi escolhida, no mês de junho de 1965, uma carta que relatava a situação de preconceito e racismo vivida por uma leitora anônima. O título “todos os homens são iguais”, de “Uma leitora de Palmas- MG”:

Sr. Diretor, sou uma moça de cor preta e pessoas brancas gostam de me humilhar chamando-me de negra. Será que o Sr. não poderia escrever alguma coisa contra o orgulho dessa gente que vive chateando os pretos? Sinto-me tão humilhada que só Deus sabe. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1965, p. 3).

O diretor inicia sua resposta contextualizando sobre os negros nos Estados Unidos e o reconhecimento de seus direitos:

Podemos repetir aqui o convite feito pelos bispos dos Estados Unidos ao povo norte-americanos no sentido de “mobilizar as suas forças morais para assegurar os milhões de nossos concidadãos de raça negra, o pleno reconhecimento de todos os seus direitos. A primeira etapa desta ação consiste em considerar todos os homens como seres humanos, sem levar em conta as diferenças raciais”. Nada, em verdade, autoriza a crer que exista uma hierarquia biológica entre várias raças. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1965, p. 3).

Após, conta brevemente a história “do racismo de Hitler e todo mal propagado”, e é enfático contra o racismo, relatando passagens da Bíblia para esclarecer que “não existe raça superior e que todos são irmãos em Cristo”: “Os homens devem, pois, considerar-se irmãos na ordem natural e sobrenatural, tendo todos os mesmos direitos humanos, seja qual for a raça a que pertencem; portanto, nenhuma raça pode gloriar-se de ser superior às outras ou de ser a única eleita” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1965, p. 4). A revista defende a condição de igualdade, principalmente motivada pelos preceitos religiosos que colocam todos como irmãos, educando a sociedade para um lugar mais humano, pois a empatia e o pensar que todos somos iguais tornam as relações mais leves:

É óbvio que todos somos conclamados a favorecer as lutas contra as grandes e pequenas distinções e a reconhecer que somos todos irmãos, seja qual for a cor de nosso rosto, o tipo de nosso cabelo e de nosso nariz... Somos todos filhos de Deus, redimidos por Jesus Cristo. E a caridade cristã não repara nas diferenças de cor, de cultura, de riqueza. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1965, p. 4).

Várias cartas foram publicadas pela editora sobre esse tema. Em julho de 1987, sob o título “Preconceito de cor”, a consulente Morena Preocupada, do Rio de Janeiro, relata receio do relacionamento de uma negra com ou branco e as famílias preconceituosas:

Sou uma jovem de 23 anos e negra. Há 4 anos conheci um rapaz branco e nos tornamos amigos íntimos, de um confiar plenamente no outro. Ele tem a minha idade, mas termina a faculdade no próximo ano, enquanto ainda curso o colegial. Acontece que nosso relacionamento está se tornando bem mais que uma simples amizade, mas ambos temos medo de assumir um namoro, dado que não só a sociedade é racista, mas também nossas famílias e elas não consentiriam um provável casamento. O que fazer se nos amamos acima da cor da nossa pele? Por que o negro é tão desprezado? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1987, p. 42).

A resposta não é assinada, entretanto, mostra para a consulente a importância de primeiro certificar se seu amor é realmente correspondido, caso seja, ela deve, sim, investir neste relacionamento:

Se você ama e se sente amada, erga a cabeça e assumo com o rapaz a decisão do namoro. Entretanto, seria importante perceber se o único obstáculo realmente é esse. Você se encontra bastante defasada com relação a ele no que diz respeito à cultura. Seu jovem amigo está

terminando a faculdade e você cursa ainda o colegial. Não existirá entre vocês também uma distância quanto à classe social? Se isso acontece, a situação pode se complicar e exigirá um cuidado maior na decisão. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1987, p. 42).

O Diretor explica sobre os preconceitos sofridos pelos negros, mas assevera que a sociedade está em mudanças, caminhando para uma presença dos negros maior e mais forte dentro do meio social.

Quanto à sua pergunta relacionada ao desprezo do negro, todos sabem que há uma série de motivos históricos que explicam o seu pouco acesso às camadas sociais e econômicas mais elevadas. A própria atitude de desvalorização pessoal do negro colabora para esta injustiça, que muitas vezes, toma a feição de opressão. Felizmente, há uma reação consciente a esse *status quo*, e já se percebe a mobilização dos próprios negros por uma luta bem dirigida nesse sentido. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul.1987, p.42, grifo no original).

A partir do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), a Igreja passou a olhar para os marginalizados na sociedade, como os pobres, índios, mulheres, negros. Logo, surgiram os grupos eclesiais de bases e, nesse contexto, em 1983 foi fundado o grupo de negros católicos e, posteriormente, citados na Campanha da Fraternidade, em 1988. No mesmo ano, a publicação da Constituição Federal dispõe de uma lei contra o racismo, com punição a qualquer atentado aos direitos de outrem. Lei que já havia sido promulgada em 1951, conhecida como a Lei de Afonso Arinos.

O tema racismo voltava à baila no Brasil na década de 1980, como vimos, mas no mundo estavam ocorrendo protestos e leis contra todo tipo de segregação racial. Nos Estados Unidos, houve a adesão da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, do inglês *International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination* (ICERD), pela Organização das Nações Unidas (ONU), tratada em 1965 e colocada em vigor em 1969.

A carta desta consulente e outras cartas sobre o tema revelam que por mais que a sociedade tentasse combater o racismo, este problema ainda estava arraigado em muitas crenças e atitudes de pessoas que não aceitavam a igualdade de raças. Entretanto, em meados da década de 1970, foram mobilizadas lutas em favor dos negros e de todos os trabalhadores do país.

A luta contra o racismo começa a se dar juntamente com a luta do trabalhador contra a exploração capitalista. Novos contornos surgem na relação ente raça e classe social. Os negros começam a denunciar que a exploração socioeconômica atinge de maneira diferente negros e brancos e que a superação do racismo e da discriminação racial não será alcançada simplesmente com a mudança da situação de classe. (KABENGELE; GOMES, 2006, p. 128-129).

Essas reivindicações foram alvo de pautas e até mesmo das leis antirracismo aprovadas na Constituição de 1988.

Em fevereiro de 1965, na carta intitulada “Apelo de Laerte”, o leitor reitera que as páginas da revista só têm artigos para pessoas da elite e com poucos filhos, e apresenta sua família como humilde, de nove irmãos, e relata os sacrifícios do pai, que trabalha 12 horas, e a mãe sem recursos, que não tem condições de fazer e comprar as roupas que a revista ensina.

Venho por meio desta fazer-lhe um apelo: somos assinantes da revista “Família Cristã” e as vezes fico chocado ao ver que a revista traz artigos e secções quase exclusivamente para pessoas e famílias que tem toda possibilidade. Como se neste mundo existissem só mães com apenas um filho, um “queridinho” para dedicar a ele toda atenção. Que diz para aquelas mães que mal tem tempo de olhar os filhos? Noto também que os modelos de vestidos, as receitas, etc., não se adaptam a nós, humildes leitores da revista. Em minha família não há dessas coisas: a mamãe não tem vestidos bonitos, meu pai trabalha das 6 da manhã às 6 da tarde, somos nove ao todo, chegamos em casa à noite, jantamos uma humilde refeição. Apesar de tudo, continuarei a aproveitar das belas páginas da “Família Cristã” revista que muito aprecio. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1965, p. 3).

A manifestação do consulente remete à angústia entre a realidade de sua família e o distanciamento do enunciado propagado pela revista. Essa carta dá a ver “[o] discurso como que vive na fronteira do seu próprio contexto e daquele de outrem”. (BAKHTIN, 1998, p. 92).

O diretor afirma que a revista é para a classe média e que as famílias mais humildes podem, sim, utilizar dicas que são publicadas para todos e assume que, muitas vezes, a revista não consegue abarcar todos os segmentos a sociedade. Claramente, a revista possui um público destinatário visado e a sua circulação entre outras esferas, não planejadas e impossíveis de serem controladas, geram tensionamentos de várias ordens, sendo o mais visível o da classe social:

A 'FAMÍLIA CRISTÃ', é uma revista para as famílias da classe média da sociedade, conforme o caráter que lhe imprimiu seu fundador. Compreende-se que não é possível num mesmo editorial atingir todas as categorias de pessoas e famílias, desde as mais cultas até as mais analfabetas. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1965, p. 3).

A crítica à revista revelou um incômodo ao diretor, pois ele destaca que várias cartas falam o contrário do relato de Laerte. Cartas que para ele chancelam o trabalho da revista junto à sociedade: “sobre a escrivainha do diretor, acham-se outras cartas que afirmam, ao contrário do que diz a sua, e muitas outras que solicitam figurinos, receitas bem variadas, inclusive para recepções e jantares de cerimônia”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1965, p. 3).

A editora assume o posicionamento para uma classe social, como afirmou na primeira nota editorial, e diz que publicaria matérias para as mulheres e jovens que cuidavam de casa e da família. Notadamente, as mulheres que ficavam em casa cuidando do lar e dos filhos eram da burguesia, pois as mulheres de classe mais baixa precisavam trabalhar para contribuir com a renda familiar, ou, como muitas, garantir o sustento da família.

No mês seguinte, em março de 1965, a carta de Edílio Antonio nos chama a atenção, pois o leitor acredita que se instalou a ociosidade no país e até apresenta uma comparação entre o desenvolvimento do Brasil e o dos Estados Unidos:

Sr. Diretor, gostaria que V. S. escrevesse algo sobre o grande mal que aflige o nosso gigantesco país: a ociosidade. Todo brasileiro fala com bastante ciúme dos norte-americanos, porque vivem bem, porém, poucos se dão conta que eles trabalham, produzem, lutam pelo bem-estar geral, pelo progresso. São homens que sabem donde vem o pão de cada dia, o qual é ganho com suor do rosto, sacrifício de seu trabalho... (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1965, p. 3).

A resposta do diretor apresenta uma paráfrase do Papa Pio XI: “o homem foi feito para trabalhar e o passarinho para voar”. Agir diferente seria trair uma lei divina. A bíblia exorta: “Vá preguiçoso, vá ter com a formiga, considere seu proceder e aprenda dela a sabedoria.” (Prov. 6.6).” O diretor prossegue:

A lei do trabalho não surgiu com o pecado original, como por vezes se pensa e se escreve. Narra o Gênesis que Deus, depois de ter criado o homem – e, portanto, antes do pecado –, “colocou-o no paraíso de delícias para que o cultivasse”. O homem não foi, pois, criado para viver no ócio, mas para o trabalho. O pecado original apenas acrescentou ao trabalho a fadiga e o cansaço. Para viver, o homem tem absoluta necessidade de alimento e necessidade relativa de vestuário e habitação. Ora, em geral, a

terra não lhe fornece prontos o alimento, o vestido e a casa: “com o suor de tua fronte comerás o teu pão”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1965, p. 3).

Em nenhum momento o diretor desconstrói a exaltação à cultura norte-americana, nem defende o trabalhador brasileiro. O diretor continua falando sobre a importância do trabalho para o homem/ mulher e declara que

Ninguém se esqueça, pois, da lei da solidariedade cristã, pela qual o trabalho de um é útil a todos, ao passo que a ociosidade danifica o bem geral como o particular. Do trabalho de todos e de cada um dependerá o progresso, o bem-estar, a grandeza da Pátria. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1965, p. 3).

Em contrapartida, neste período, o cenário social revelava o país imbuído no autoritarismo, marcado por repressões, censura, achatamento dos salários dos trabalhadores. O achatamento salarial dos trabalhadores demonstrou consequências ao aumento da miséria e da carência de recursos. O governo concedeu espaço às multinacionais internacionais, e amplo espaço para comércio. O Brasil apresentava um crescimento em sua dívida externa junto com a grande inflação instalada no país. O consulente até analisa a diferença de crescimento econômico entre Brasil e Estados Unidos, que expandia o capitalismo, tornando-se uma soberania econômica e possuidor de tecnologias avançadas e grande poder bélico. Os Estados Unidos eram controladores de mercados mundiais e exportações.

Em novembro de 1965, com o título “O quarto poder: leituras imorais”, a consulente Rosa Amarela pede aconselhamento sobre as leituras imorais que permeiam a sociedade.

Sr. Diretor, agradeço todos os benefícios que a “Família Cristã” tem dado a muitos lares brasileiros e, se possível, gostaria que fosse publicado na “carta do mês”, um artigo sobre leituras. Estou-me referindo à leitura imoral, prejudicial de muitos livros que não deveriam estar à venda, que podem exercer influência perigosa em certas pessoas que têm a infelicidade de ocupar-se dessas leituras, ao invés de se instruírem mais com boas revistas. Se todos se interessassem com boas leituras, seríamos mais cultos e estaríamos mais próximos de Deus. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1965, p. 3).

O diretor cita o deputado Burke, da Inglaterra, para tratar sobre o quarto poder, legislativo, executivo, judiciário e a imprensa: “A imprensa é ainda hoje uma potência e, como a própria energia nuclear, ambivalente: pode ser instrumento de progresso e elevação ou de destruição e embrutecimento.” (REVISTA FAMÍLIA

CRISTÃ, nov. 1965, p. 3). O diretor corrobora com a necessidade de promoção da boa imprensa.

Nas mãos dos jornalistas e redatores, como nas mãos de quem escolhe o jornal e a revista para si e para os filhos, está o futuro da sociedade. De fato, é a imprensa que forma a mentalidade dos leitores, oferece orientações, suscita juízos positivos ou negativos sobre os fatos e acontecimentos, influi sobre a opinião pública. Como se escolhe o pão melhor para os próprios filhos, assim é necessário adquirir o livro, o jornal, a revista que forma cristãmente as consciências: é preciso escolher o jornal que ofereça orientação e informação seguras, prudentes, justas, numa visão cristã da vida. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1965, p. 3).

Papa Pio XII alertava sobre os perigos da imprensa anticlerical e sua difusão pela sociedade na encíclica *Miranda Prorsus* (1957), especialmente o cinema, rádio e televisão, entretanto, afirmava que se pode propagar uma educação das massas pela difusão da imprensa do bem, ou imprensa religiosa.

O diretor finaliza pedindo aos pais o cuidado com as leituras dos filhos, para que eles possam crescer em sabedoria e testemunhando a difusão de uma imprensa honesta. A boa imprensa era a própria circulação de ideais da Igreja Católica, que trazia a promoção da fé e dos preceitos a serem seguidos pelos fiéis.

A tensão presente na carta faz convergir uma prática comum da Igreja, a saber, o controle da leitura, prática esta que, aliás, é muito antiga no interior da Igreja. A publicação desta carta era justamente no sentido de reforçar o combate a todo tipo de imprensa que não zelasse pelos bons costumes afirmados pela Igreja.

O mês de abril de 1966, sob o título “O salário aos que trabalham”, apresenta uma situação social desigual, porque o “leitor incompreendido do sul de Minas” presencia cenas de desigualdade e relata que observa os trabalhadores do interior sendo injustiçados por conta dos salários baixos e humilhações, por isso pede que a carta seja publicada para os patrões revejam seus atos perante as leis.

Sr. Diretor, nós empregados do interior, vivemos em ambiente de incompreensão, vemos desrespeitados nossos direitos, como salário, férias... O empregado humilde sofre mais; se tem alguns anos de casa é oprimido, trabalha além do horário, sem nada receber a mais. É humilhado perto de fregueses. As empregadas domésticas, ganham uma ninharia, que, às vezes, no fim do mês, acabam não recebendo. Por este motivo, solicito-lhe a publicação desta carta ou algo que faça os patrões compreenderem que nós empregados pobres queremos ser mais compreendidos e ver respeitados os nossos direitos. Antecipadamente agradecido. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1966, p. 3).



O discurso do diretor é todo voltado para a Bíblia e os valores da Igreja perante o trabalho. Ele cita o pronunciamento do Papa Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, e do Papa João XXIII, na *Mater et Magistra*, sobre o assunto. Coloca-se a favor do consulente e relata a importância de o empregador zelar pelo seu funcionário:

Podem-se deduzir de tudo isso, duas normas: 1) Não é lícito que alguns vivam no luxo e acumulem riquezas, enquanto outros- homens honestos e trabalhadores- não conseguem ganhar aquele tanto que seja suficiente para manter dignamente uma família. 2) O empregador é obrigado, de modo mais ou menos grave, à restituição todas as vezes que defrauda o operário. Quando um empregador-diz a maior parte dos moralistas- defrauda um operário do dinheiro correspondente a um dia de trabalho, é rigorosamente obrigado à restituição. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1966, p. 4).

Simultaneamente, o cenário social era de agitação, pois os movimentos trabalhistas reivindicavam a implementação de projetos trabalhistas e de direitos aos trabalhadores, como o fundo de garantia por tempo de serviço.

Em julho de 1971, a carta “O conflito das gerações: brotinhos e coroas” conta que o consulente “um velho jovem” relata a valorização que a sociedade dá ao jovem e, ao mesmo tempo, a marginalização da pessoa mais velha:

Sr. Diretor, hoje em dia atribui-se grande importância à idade que alguém tenha em sua carteira de identidade ou folha de serviço. Até determinada faixa o indivíduo é facilmente reconhecido como apto ao diálogo e à colaboração. Após esse limite entra na categoria dos “coroas” e “quadrados”, ficando então mais ou menos marginalizado. A idade juvenil vem a ser assim aureolada, tudo que é jovem ou dos jovens, tem valor, ao passo que o que procede dos mais velhos é tido como inepto ou destituído de atualidade e autoridade. O problema que assim se põe é muitas vezes comentado por escritores, conferencistas e educadores de nossos dias. Aflige muitos dos nossos semelhantes, não somente da velha geração, mas também da geração nova. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1971, p. 4).

A resposta de Padre Estevão Bettencourt apresenta um depoimento de um militar americano sobre ser jovem, que seria um estado de espírito, e também fala sobre a influência dos pensamentos sobre o corpo:

Quanto à juventude sociológica, sabe-se que ela varia muito segundo os tipos de sociedade e as transformações do mundo contemporâneo. Também a noção de juventude psicológica é assaz flutuante: pode haver juventude psicológica dentro de pessoa provectora, como também se encontram velhice e desânimo decrépito em indivíduos cronologicamente jovens. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1971, p. 5).

Padre Estevão Bettencourt completa sua resposta mostrando a importância da sociedade em saber compreender essa questão de conflitos de gerações:

A consciência destas verdades poderá contribuir para se amenizar o doloroso conflito das gerações. É preciso que pais e filhos, velhos e jovens se compreendam mutuamente e se suportem com generosidade, pois uns nada podem sem os outros e o bem comum exige a colaboração de todos. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1971, p. 5).

Na década de 70, a sociedade estava em mudanças, e essa foi a década de maior crescimento da população idosa. Com o advento da pílula anticoncepcional, ocorreu a diminuição de natalidade e, paralelamente, o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, além das transformações nos arranjos familiares. Os idosos ganharam um olhar para sua situação e alguns anos após o “boom” dos idosos, a constituição federal de 1988 declarou que a família, a sociedade e o estado têm deveres para com os idosos, garantindo-lhes dignidade e direito à vida.

Em dezembro de 1971, as cartas “Nudismo é progresso?” e “Um católico angustiado” citam o Concílio Vaticano II, o qual afirma que não existe pecado no fato de a mulher ir à praia. No entanto, o leitor torna-se censor ao falar que as mulheres, ao ficarem em trajes de banho (seminuas), são culpadas pela multidão de pecados causados pelos desejos sexuais dos homens:

Encontrei numa leitura católica que, de acordo (!!!) com o Concílio Vaticano II, o banho de praia não é empecilho à santificação das mulheres. Ora, é sabido que o despudor feminino, quer nas praias, no cinema ou na televisão, é responsável por uma multidão de pecados, até mortais, visto que atíça o fogo do sexo produzindo a sanha sexual nos homens e enfraquecendo a resistência das mulheres, aumentando assim, enormemente, a devassidão. Dest’arte pergunto: podem a pureza e a santidade coexistir com o despudor e a seminudez? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 4).

O Padre Estevão Bettencourt inicia sua resposta colocando a modernidade como grande influenciadora da sociedade:

Nos tempos atuais vai crescendo a campanha em favor do nudismo ou despojamento do corpo humano em público, seja de maneira esporádica, seja de maneira habitual. As razões evocadas em favor dessa prática se tornam, por vezes, sedutoras: apelam para a libertação do homem moderno em relação aos tabus antigos, para razões higiênicas, psicológicas, pedagógicas, etc. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 4).

Padre Estevão conceitua o naturalismo como “[...] uma atividade do espírito humano que aspira a seguir em tudo a natureza ou a realidade visível ainda não manipulada pelo homem”, e retrata o nudismo como “sistema de doutrinas e práticas que tem por fim difundir a nudez como se esta fosse o meio oportuno para atender a necessidades físicas e morais do gênero humano”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 4). Ele também fala sobre as correntes psicológicas e conceitos teóricos, de acordo com seu posicionamento perante a Igreja:

Vários são os princípios filosóficos ou científicos para os quais apela o naturalismo: – a filosofia de Jean-Jacques Rousseau (+1778), segundo a qual a natureza humana por si é moralmente boa e reta. A educação e as convenções estabelecidas pelos homens a deformariam. Por conseguinte, segundo tais premissas, é necessário despojar-se de todo costume ou de toda regra de vida imposta pelos homens; - certas correntes psicológicas, segundo as quais a libertação dos instintos sexuais, é fator de equilíbrio ou reencontro do equilíbrio da personalidade. A veste sendo indiretamente um coibitivo ou sedativo desses instintos, deveria conseqüentemente ser abolida; - reação contra certo pessimismo, em épocas passadas, pode realmente ter suscitado atitudes artificiais e deformantes do vestuário; dificultou a aceitação da seqüência, há quem pretenda combater os tabus do sexo, recorrendo mesmo ao acinte e à afronta;- a onda de erotismo moderno vem suscitando um clima de sugestionamento psicológico tal que muitas pessoas dificilmente compreendem o pudor e a modéstia do porte e o conseqüente uso da veste. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 4).

Além disso, o padre descreve relatos de historiadores sobre o nudismo ao longo dos tempos: “Certos povos primitivos, tribos de índios das zonas tropicais, geralmente na sua fase de declínio físico, psíquico e numérico, cediam ao nudismo.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 5). Parte, então, para citações bíblicas sobre o nudismo e, principalmente, sobre a moral religiosa no cuidado social: “As páginas bíblicas do antigo testamento mencionam mais de uma vez a nudez como sinal da degradação que possa afetar alguém em consequência do pecado. [...] compreende-se que numa autêntica visão cristã não se pode justificar o nudismo” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 5).

Padre Estevão critica Rousseau ao apontar que sua teoria não condiz com os preceitos cristãos: “Ora, tal proposição não se concilia nem com a experiência nem com a concepção cristã do homem. A veste tem um significado e uma função sugerido aos mesmo exigido pelas presentes condições do ser humano”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 5). Ao final, cita projetos de leis sobre pornografia e nudismo em alguns países e reitera a fala do presidente americano Richard Nixon, que condena tal prática. Nos Estados Unidos,

A Comissão recomenda a abnegação de todas as leis que controlam a pornografia para os adultos, mas recomenda que continuem as restrições para as crianças. Numa sociedade aberta, tal proposta é insustentável. Se a cota de lascívia sobe entre adultos, a juventude da nossa sociedade não pode deixar corromper uma sociedade e uma civilização. Os representantes que o povo escolheu, têm o direito e o dever de impedir tal corrupção. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1971, p. 5).

A resposta publicada pelo Padre Estevão Bettencourt foi extensa e esgotou temas como nudismo, naturalismo e pornografia, entretanto, o mesmo não tencionou sua resposta para a questão de gênero como objetivou o leitor.

O discurso propagado pelo leitor coloca em voga um ensejo social vivenciado pelas mulheres, o qual as coloca na posição de submissão, permitindo-lhes transitar somente no privado e fazendo com que tenham sua voz silenciada, apagada e principalmente de retirando a sua liberdade de decidir sobre o seu próprio corpo. Segundo Michelle Perrot (2017, p. 76), “corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade.” Essa carta evidencia a sociedade machista, e apesar de todo avanço e transformações sociais, fica explícito o corpo da mulher como algo imoral e conseqüentemente ainda visto como objeto de dominação.

Em março de 1991, um tema polêmico ganha as páginas da *Família Cristã*: “Pena de morte”. O leitor José Maria, de Fortaleza, Ceará, é a favor da pena de morte e questiona se, ao pensar assim, pode estar contra Deus:

Há pessoas capazes de praticar todo ato de desrespeito à vida. Não é mais possível viver numa sociedade como a nossa, onde a todo momento acontecem crimes horríveis. Acho que a sociedade tem o direito e o dever de se defender destas ameaças. Por isso, quando ouço falar de pena de morte, penso que talvez seja um ótimo remédio para nos livrar de pessoas que só nos fazem mal. Por que temos de respeitar a vida deles se eles não respeitam a vida de tantos inocentes? Pensando assim estou indo contra Deus? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1991, p. 32).

Dom Cândido Padim responde que muitos dos que estão presos nasceram em condições debilitadas de vida, cresceram sem uma base sólida familiar, financeira e que uma grande contribuição desta situação são os governos, pessoas que estão em posições de autoridade e que não fazem nada para melhorar a situação social do país:

As maiores vítimas dessa desordem são as crianças e os adolescentes que não puderam ter um lar e uma educação para a formação de sua personalidade. Sentindo-se abandonados pela sociedade, crescem sem normas de comportamento, tentando as maiores aventuras para garantir sua sobrevivência. Essa situação não justifica a prática do crime, evidentemente. Mas demonstra a parcela de culpabilidade dos que contribuem para manter esse sistema de vida social injusto, nada fazendo para modificá-lo. Temos parte nessa culpa quando não elegemos candidatos que se apresentam com sinceras propostas de transformação social, mas preferimos os que representam essa sociedade burguesa acomodada. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1991, p. 32).

Dom Padim afirma também que todo ser humano é recuperável, se utilizados os meios corretos, e afirma que os presídios necessitam de mudanças, uma recuperação certa e digna aos presos:

A finalidade da pena, porém, é garantir o bem da sociedade, e não praticar uma vingança contra o criminoso. O que se deseja é corrigir o seu modo de vida, usando dos meios adequados. Parte-se do princípio de que todo ser humano é recuperável, desde que tenha o devido tratamento humano. Infelizmente, as nossas prisões não estão equipadas com sistemas educativos de ocupação profissional dos presos. Essa transformação do sistema carcerário é que deve ser pedida por todos nós e não a morte do condenado. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1991, p. 33).

A Igreja, nesse período, tem um olhar para o próximo e condena toda atitude que atente contra a integridade da pessoa, nisto inclui a pena de morte.

### 3.2 EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Já o eixo Educação Religiosa foi destinado para as cartas com questões relacionadas à religião católica, como seus preceitos e dogmas, questões acerca de outras religiões, vida, destino, morte, superstição, santos e espíritos, o que pode ser atribuído ao caráter doutrinário e religioso da revista.

Na edição de maio de 1961, com o título “Destino”, José Humberto pergunta se existe o destino e se ele rege a vida das pessoas:

Tenho ouvido muitas vezes falar de DESTINO, mas não consigo criar ainda uma sólida convicção. Já muita gente me disse que não existe, mas eu em certo sentido estou convencido de que existe, embora tenha muitos pontos de incertezas. Eis alguns: Dois jovens amavam-se extraordinariamente, depois separaram-se e nunca mais se viram. Depois de seis longos anos o ex-noivo apareceu e na semana seguinte casaram-se. Não se trata de destino neste caso? Outro caso: um rapaz viajava num caminhão carregado de mercadorias, sucedeu um incidente e o jovem morreu. Não estava destinado? Peço ardentemente que me responda para que possa também responder: aos meus colegas. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1961, p. 3).

O diretor responde que se o destino regesse tudo não seria preciso tomar remédio, porque a cura era certamente resultado do destino ou, ao contrário, a morte seria certeza. E continua: “A doutrina católica ensina-nos que a vontade divina, sob o nome de Providência, dirige e conduz todas as coisas criadas ao próprio fim”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai.1961, p. 3). No final, coloca que a liberdade humana é um dogma de fé e ensina sobre a liberdade do ser humano para decidir suas vidas, mas considera que existe intervenção divina:

A providência no seu complexo e nos seus pormenores, é um mistério. Mas não é uma força cega. Pelo contrário é a grande auxiliadora de nossa livre vontade. Deus concedeu-nos a luz e os meios para podermos usar bem do livre arbítrio e assim prepararmos um destino eterno felicíssimo, onde veremos claramente como a Providência soube governar os homens e o universo com infinita sabedoria, justiça e bondade. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1961, p. 3).

A educação religiosa promovida nas cartas publicadas tinha como objetivo moldar pensamentos dos leitores, nortear seus valores, comportamentos e condutas sociais para uma direção marcadamente católica:

O falante, ao dar vida à palavra com sua entonação, dialoga diretamente com os valores da sociedade, expressando seu ponto de vista em relação a esses valores. São esses valores que devem ser entendidos, apreendidos e confirmados ou não pelo interlocutor. A palavra dita, expressa, enunciada, constitui-se como produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva. (STELLA, 2017, p. 178).

A editora, por sua vez, torna-se o falante ao direcionar seus discursos religiosos aos leitores, mostrando muitas vezes que os valores sociais são imperfeitos perante a Igreja.

Em julho de 1965, o tema foi “Vínculo de União com Deus”, e o leitor Guido R. C. pede uma opinião sobre a religião católica, as vantagens para ensinar nas aulas de ensino religioso:

Sr. Diretor, a finalidade desta é pedir-lhe que, se possível, publique nas páginas da “Família Cristã” de que sou leitor e admirador, algo sobre a religião católica, suas vantagens, etc. Dou aula de religião e procuro viver como bom católico. Isso, portanto ajudar-me-á a dar resumida e exata explicação a muitos que dela necessitam. Sumamente agradecido espero ser atendido. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1965, p. 3).

O diretor declara que a religião é a ligação do homem com Deus, através da fé, caridade e esperança. E assevera que,

Em toda religião, e mais nitidamente no cristianismo, encontramos três elementos básicos: o dogma, a moral e o culto, pelos quais o homem chega ao conhecimento de Deus e das verdades reveladas, ao serviço e ao amor de Deus mediante o culto devido, à oração que é o ato com que a criatura se dirige ao criador para adorá-lo, agradecer-lhe os benefícios, pedir-lhe perdão e graças. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1965, p. 4).

A religião perfaz a felicidade do homem. Conclui indicando vários livros: *Jesus, meu mestre*, *A tua religião na sua vida* e a *Revista pastoral catequética*.

O ensino religioso é um antigo método da Igreja Católica para disseminar seus preceitos e valores, e as suas aulas ensejam proclamar a religião como necessária ao ser humano, e, principalmente, a ligação entre Deus e o homem. São também uma forma de posicionamento da Igreja no campo social, pois, com o advento de outras religiões, a Igreja Católica necessitava afirmar seu espaço, fortalecer seus fiéis e ganhar mais adeptos.

Segundo Bourdieu (1987, p. 33-34), “A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações”. Dessa forma, a Igreja politicamente e socialmente engajadas era a mais alta aspiração por parte do clero.

Em julho de 1970, “Um moço de uma comunidade paroquial” questiona sobre as reformas litúrgicas: “Sr. Diretor, nestes tempos de reformas litúrgicas, encontram-se com frequência pessoas descontentes e contrárias a certas inovações. Como se poderia fazer para evitar esse inconveniente, sobretudo em relação à Missa?” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1970, p. 4).

P. Amati, na resposta, inicia compreendendo a situação do consulente e afirma que “[é] compreensível a situação denunciada pelo nosso jovem consulente. Hoje, em verdade, em muitas paróquias encontram-se pessoas que sentem aversão por qualquer mudança.” Ele acrescenta que mudanças também podem fazer a diferença, relata sobre as pessoas do canto/coral e fala como a união e fraternidade fazem diferença na missa, além de relatar também a participação dos jovens.

Sem dúvidas, nem tudo se realiza com o canto, mas tem ele parte preeminente na participação ativa da missa. Cabe aos jovens procurar

entusiasmar a assembleia, tornando-a consciente de sua parte de corresponsabilidade e dando exemplo com a proclamação da palavra de Deus que pode ser feita pelos leigos. Para tais inovações sejam aceitas de boa vontade, é preciso não ferir demais a sensibilidade dos indivíduos. Pelo contrário, procure-se introduzi-los gradualmente, sem, todavia, contemporizar demais. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1970, p. 5).

P. Amati defende que as mudanças, para que as missas evoluíssem, decorreram do Concílio Vaticano II, principalmente passando a contar com a participação ativa dos fiéis.

Na edição de dezembro de 1970, Dirce Lucas questiona sobre o cursilho, curso para casais, e reitera que os ricos participam para ajustar suas relações, e o questionamento da consulente chama a atenção novamente para um problema de classe. Ela questiona sobre como fica a situação dos pobres que não podem pagar:

Prezado senhor Diretor, sei que é fato conhecido de todos a existência do "Cursilho", onde são ministradas aulas de moral, amor e semelhante compreensão entre casais desajustados, etc. Enfim, um seminário que visa, única e exclusivamente, o bem-estar da pessoa que frequenta e o bem do próximo. Sendo assim, no meu entender, o cursilho, tanto da capital quanto do interior os frequentadores são pessoas de posses, pois pagam uma taxa que, e, hipótese alguma um pobre poderia pagar. Agora a minha pergunta, que desejo ver respondida nas colunas de "Família Cristã": Será que apenas eles merecem compreensão entre si? Será que apenas eles têm direito de levar uma vida calma, ajustada, sem questões entre sua consciência e a do seu semelhante? Conclui que é por isso que o pobre não frequenta o cursilho. Qual é a finalidade então do cursilho? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1970, p. 7).

O colunista Luís Leite Netto escreve sobre o Movimento de Cursilhos de Cristandade, do qual ele é presidente nacional do Cursilho de Cristandade, e assevera que os grupos são direcionados para todas as camadas sociais. Eles escolhem pessoas que possam influenciar outras pessoas:

Não se trata de pessoas social ou economicamente bem situadas, mas sim líderes de todas as camadas. Do operário ao empresário, do camponês ao fazendeiro, do pobre até o rico, do estudante ao professor, em qualquer profissão ou atividade, desde que apresente as condições necessárias, são recrutados os candidatos a Cursilhos. Uma das exigências do método, é a de que participem de um mesmo Cursilho pessoas de diferentes classes, atividades e idades. Isto podemos garantir que tem sido observado em todas as dioceses onde existe o movimento. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1970, p. 7).

Esse grupo é montado por cada pessoa de uma camada social, o que demora para que todos possam participar do grupo. Essa é uma estratégia da Igreja para



colocar os leigos que somente assistiam aos encontros para participar e trabalhar efetivamente na propagação do evangelho.

Em fevereiro de 1973, sob o título “A irreverência vai contra a infalibilidade”, o consulente Walter Santos relata que o Papa, como responsável maior pela Igreja, deveria ter a infalibilidade, pois suas palavras são contestadas até pelo clero:

Estou bastante preocupado com a situação atual da Igreja. Hoje, a palavra do Papa é contestada até pelo clero. Já não se deve acreditar na sua infalibilidade? O pior é que muita gente usa expressões pejorativas ao se referir ao Sumo Pontífice. Eu acho que, pela autoridade que ele tem e pela missão que ele exerce, mereceria maior respeito. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 5).

O Padre Paschoal Rangel inicia com 5 pontos, mas relata que é difícil responder, e menciona a teologia da crise, a teologia da contestação, a polêmica sobre a infalibilidade e a autoridade no mundo moderno. Sobre a teologia da crise, afirma:

As pessoas resistem à mudança enquanto podem. Por isso quase nunca se chega a uma transformação para valer senão aos trancos e barrancos, desarrumando e estragando muitas coisas boas na hora de jogar fora o que já não prestava. E é isto que estamos vivendo. Incomodamente. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 5).

Segundo Rangel, a teologia da contestação afirma que “muita gente descobriu que uma das formas de participação no governo, também na Igreja, é militar na oposição”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 6). A infalibilidade, para Rangel, consiste em

Discordar de certas normas, pôr-se a uma orientação do Papa ou discuti-la não significa não acreditar na infalibilidade. Acho que é importante saber em que consiste esse dom da infalibilidade que Cristo concedeu à Igreja na pessoa do Papa. O Papa, aliás, não recorre a uma declaração infalível senão em casos especiais em que esteja implicada a salvação dos homens. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 6).

A autoridade, no mundo moderno, contesta “estruturas e instituições, exatamente porque elas degolam a dignidade da pessoa humana”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 6).

Termina falando que o Papa, em alguns momentos, não consegue o contato e comunicação que deveria:

A inteligência aceita novas ideias muito antes de nossa afetividade aceitar novos valores. Mas se por sua mentalidade e por força de velhas estruturas nem sempre Paulo VI tem conseguido o contacto, a comunicação, há nele uma deliberada e sincera vontade de dialogar. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1973, p. 6).

A infalibilidade Papal se refere ao conceito de sucessor do Apóstolo Pedro, detentor das chaves do céu, como condutor da Igreja na terra. O Papa é a figura herdeira de soberania. Essa doutrina foi concebida no Concílio Vaticano I, em 1870. Neste período da década de 70, ocorria a emergência da teologia da libertação com os progressistas da Igreja que contestavam o posicionamento social da Igreja e o seu engajamento contra as desigualdades sociais.

Em abril de 1975, o(a) consulente P.H.M. questiona sobre a maçonaria e o posicionamento da Igreja diferentemente de antes:

A Igreja Católica sempre proibiu seus fiéis participarem da maçonaria. O direito canônico prevê rigorosas sanções contra os católicos que aderem à essa sociedade. Ultimamente, porém, houve mudanças de posição. No Brasil, por exemplo, o tema foi abordado de modo sereno e otimista pela Conferência dos Bispos na Assembléia Geral em Itaiçuba (SP), de 19 a 27 de novembro último. Pergunto: Qual a posição atual da Igreja Católica em relação à maçonaria? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1975, p. 8).

Padre Estevão explica a origem da maçonaria:

O nome 'maçonaria' quer dizer 'confraria de pedreiros'. Sabemos que os pedreiros da Idade Média se uniam em corporações, muito prestigiadas, que do século XVI em diante começaram a perder sua importância. [...], todavia, a maçonaria constituía (e ainda constitui) grupos secretos, cujos membros se obrigam por juramentos solenes. Além disto, professava a crença em Deus como sendo o Grande Arquiteto do Universo, e sugeria, naquela época, certo relativismo religioso. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1975, p. 8).

O padre cita nomes de bispos do 'cisma', mas coloca que realmente houve um estudo da Igreja sobre a maçonaria e que ficou determinado ao povo católico:

Praticamente a nova determinação da Igreja acarreta o seguinte: se algum católico é atualmente convidado a entrar numa Loja maçônica, deve procurar informar-se exatamente a respeito das intenções e atividades dos membros dessa loja, se julgar em consciência, que nada tem de anticristão entre e fique na loja até o dia em que venha descobrir aí algo que se oponha ao cristianismo; nesse momento terá o católico a obrigação rigorosa (sob pena de excomunhão) de abandonar a loja. Quem, ao contrário, entra numa loja que conhecida como anticristã, incorre em

excomunhão(caso se trate um católico que saiba haver excomunhão para quem comete tal falta).Quando àqueles que, antes de julho 1974, já pertenciam a uma loja maçônica que não conspira contra a Igreja, procurem o seu bispo diocesano ou sacerdote para regularizar a sua situação no foro eclesiástico. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1975, p. 9).

O assunto abriu frentes a pensar numa maçonaria que não ataque dogmas da Igreja Católica e cuja visão depende de cada padre com seus fiéis sobre a liberação para frequentar a maçonaria e, ao mesmo tempo, ser católico:

As interpretações da religião não são apenas uma atividade intelectual pura, mas também uma espécie de comportamento social, motivado por atos sociais. [...] A interpretação pode ser usada para atacar, litigar, corrigir ou desqualificar. Pode se conciliadora ou provocativa, diplomática ou audaciosa, triunfantemente auto-afirmativa ou ressentidamente cínica. (PADEN, 2001, p. 34).

A divergência entre Igreja Católica e a maçonaria é antigo. Antes da vinda da Corte em 1808, já havia boatos da disseminação da maçonaria no país, com padres e religiosos adeptos ao grupo. Tensões entre católicos e maçons mudaram os rumos da Igreja ao criar uma cisma entre a Igreja e o Dom Pedro II, no segundo reinado, que resultou na perda de sua aliança com o imperador.

Ao longo dos anos, muitas cartas eram enviadas e publicadas na revista com questões e dúvidas sobre a maçonaria. As primeiras respostas eram extremamente contra qualquer simpatia com a ordem maçônica. As respostas eram incisivas em mostrar que católicos não poderiam se aliar a esse tipo de seita. As últimas cartas, do final da década de 1970 e das décadas de 1980 e 1990, mostraram uma inversão de pensamentos, deixando a liberdade de escolha aos fiéis, mas ensinando que o catolicismo é a religião principal para o ser humano e que somente pode flertar com outra religião se não oferecer perigo aos dogmas e valores católicos.

Em novembro de 1975, sob o título “Perdidos num mundo que evolui”, o consulente “cristão conflitado” coloca questões sobre o que antes era pecado, certo e errado, a dialética sobre o que hoje não é nada explicado.

O mundo evolui. Transformou-se. Esta evolução atingiu todos os setores da vida humana. Até aqueles que pareciam imutáveis. Assim, ontem a gente afirmava categoricamente: isto é certo, aquilo é errado. Hoje, não! Agora, colocam-se em dúvida até as coisas mais sagradas. O próprio pecado foi posto em cheque. Existe ou não pecado? E Deus? Até que ponto ele entra nessa jogada? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1975, p. 32).

Padre Manoel Mueller C.M.F. cita as mudanças e, segundo ele, o “Concílio Vaticano II, como proclamadora de uma mensagem iluminadora”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1975, p. 32). Ele assume que a Igreja muitas vezes pode ter se precipitado em condenar o novo. Com o advento da psicologia, que presta grandes favores à sociedade, também a catequese moderna afirma que nem todo erro humano pode ser considerado pecado:

A psicologia prestou à moral um grande serviço, ainda inacabado. Mostrando a força dos condicionamentos inconscientes, faz com que o moralista evite a precipitação do seu juízo condenatório. Quando se diz, na catequese moderna, que o pecado apenas existe onde falta o amor de Deus e do próximo, exprime-se uma grande verdade. Nem todo erro humano constitui pecado. E quantas vezes um cristão se escandaliza e põe a mão na cabeça, espantado pelos passos em falso do seu próximo, sem refletir na própria falta de compromisso com Deus e os irmãos. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1975, p. 32).

A Igreja se posiciona como amiga e não mais como a religião condenadora. A humanização da religião se tornou o centro para as Igrejas, e elas passam a ter um olhar individualizado para o ser humano com relação aos pecados veniais. Já os pecados mortais eram repugnados.

Em maio de 1978, o consultante Luiz A. de Almeida, de São Paulo, questiona se as Comunidades Eclesiais de Base seriam somente para pobres:

Sou um pouco desligado da religião, mas ultimamente, indo à Igreja, percebi que está havendo algo de novo. Fala-se em Movimento de Igreja, Comunidades Eclesiais de Base, etc. Gostaria de saber se são coisas diferentes ou se é a mesma coisa, porque, em geral, quando se fala em Movimentos, entende-se gente da cidade e referindo-se Comunidades Eclesiais de Base pensa-se em periferia. Existe uma espécie de divisão de ricos e pobres? Todo mundo pode participar como quer? Não entendo muito bem. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 43).

Padre Alfonso Pastore, em um primeiro momento, trata sobre as diferenças dos Movimentos e da Comunidades Eclesiais de Base:

Antes de tudo é preciso dizer que CEB é bem outra coisa que movimento religioso. Cursilho, Movimento Familiar Cristão, Equipes de Nossa Senhora, TLC (Treinamento de Líderes Cristãos), e muitos outros são movimentos. Estes têm uma estrutura e finalidade próprias. Atingem determinados faixas etárias. Por exemplo, no TLC não participam casados, no Cursilho, não há crianças. E assim por diante. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 43).

E responde que as Comunidades Eclesiais de Base são grupos que vitalizam a Igreja, porque meditam a palavra de Deus e comprometem-se com as realidades locais, e “[s]implesmente, pode ser a família, a fábrica, a escola, os amigos de bairro. Contudo, tratando-se de CEB’s, é bem outra a vitalidade que a dinamiza”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 43). Os Movimentos Eclesiais de Base são pequenos grupos sociais organizados, com objetivos de suprir as necessidades de uma comunidade.

Entretanto, ele apresenta diferenças entre pessoas pobres e pessoas ricas nos grupos. Padre Alfonso coloca alguns pontos:

Na verdade, há algumas razões para isso, como o fato de ser mais difícil formar CEB’s nas classes sociais médias e alta, que nas periferias e zonas rurais. [...] Isto deve-se, antes de tudo, ao fato de a Igreja estar mais voltada para o pobre, o marginalizado. E a parte da Igreja, composta pelos padres, bispos, religiosos (na grande maioria) querer mesmo assumir a viver a sorte do irmão desamparado, estar com o pobre, o que é certo e justo, pois Cristo também fez isso. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 44).

E continua:

Um segundo motivo, pouco louvável para a Igreja, é o fato de ser mais fácil trabalhar com o pobre do que com pessoas de classe média e alta. Nas periferias da cidade e zonas rurais, toda reunião que se promove é bem recebida, e as pessoas sentem-se como se honradas. Elas não têm divertimento, compromissos, e quase não há quem, se preocupe com elas. Por isso, aceitam com sofreguidão o que aparece. Isto não ocorre com os indivíduos das classes média e alta, pois estão sempre presos a uma série de compromissos sociais, cursos, viagens, programas, ‘status’, tornando-se difícil dispor de tempo para uma reflexão. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 44).

O terceiro ponto para o qual chama a atenção é o fato de que, ao ensinar as pessoas mais carentes, os resultados são imediatos, pois é mais fácil de inculcá-lhes os ensinamentos, enquanto as pessoas esclarecidas são mais difíceis de convencer. Para Pastore, “Um terceiro motivo, pelo qual há mais CEB’s nas periferias, é que o homem de classe média questiona, ao passo que o pobre, o sitiante, o boia-fria aceita. O homem de cultura exige e interpela o pobre, a hierarquia.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1978, p. 44).

Em setembro de 1978, a seção apresenta o tema “Diversidade de Igrejas: qual a verdadeira?”. O consultante Armando de Goiás questiona sobre movimentos ecumênicos em unidade dos cristãos:

Existem, atualmente, muitas Igrejas, e outras estão sempre a surgir. No entanto, fala-se em movimentos ecumênicos, em unidade dos cristãos... Gostaria de saber quais são os sinais da verdadeira Igreja de Cristo e como reconhecê-los? E, também, se os esforços do ecumenismo são válidos ou não. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1978, p. 43).

Padre Estevão Bettencourt anuncia que a verdadeira Igreja é a Católica Apostólica Romana que advém da Igreja verdadeira, pois deriva de São Pedro, considerado a rocha ou o representante de Jesus Cristo na Terra:

Na verdade, somente a Igreja Católica Apostólica Romana preenche esta condição: através da sua história, ela retrocede, século por século, até Jesus Cristo: o seu chefe visível – o Papa – é o sucessor do apóstolo Pedro (primeiro bispo de Roma). Os bispos da Igreja Católica, em comunhão com Pedro e seus sucessores, são os continuadores diretos da linhagem e da missão dos primeiros apóstolos. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1978, p. 43).

E que as outras Igrejas, como a Ortodoxa, romperam com o verdadeiro cristianismo, e que outras foram criadas por homens, como o Protestantismo, Anglicanismo, etc.

Notemos bem que toda comunidade cristã que tenha um fundador próprio como Lutero, Calvino, Wesley, Joseph Smith, Hellen Gould White, e outros não retrocede diretamente de Cristo. Ao contrário tem um iniciador ou um ponto de partida humano, antes do qual determinada comunidade não existia. Sim, antes do século XVI não havia o Luteranismo, o Anglicanismo. Quanto às comunidades orientais, ditas 'ortodoxas', elas conservam a sucessão apostólica, mas no século XI (1054) separam-se da comunhão do sucessor de Pedro. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1978, p. 43).

Logo, a Igreja Católica vê-se como a religião perfeita e plena, pois, segundo a mesma, advém do verdadeiro cristianismo.

Em fevereiro de 1979, outro tema bem polêmico tomou as páginas da revista: "Posses do Vaticano e novos rumos da Igreja". A leitora Suely Correa da Silva quer saber se é verdade que o Vaticano é um país muito rico com ações em grandes empresas.

Gostaria de saber se é verdade que o Vaticano é um país muito rico, com ações na Companhia Automobilística Fiat, na Pirelli e outras firmas... Fiquei muito triste com isto. Mas continuo achando que é crítica de revistas, ou de alguém que procura pretextos para condenar a Igreja... Digam-me a verdade e expliquem, também, como vive o pessoal que trabalha no Vaticano. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1979, p. 43).

Monsenhor Roberto Roxo afirma que a Igreja investe dinheiro em firmas, mas que se exime de qualquer transgressão:

Não interessa à Igreja ter esta ou aquela firma. Mas fazer render mais. Note-se, porém, que se a Igreja investe, por exemplo, numa indústria farmacêutica e a um dado momento esta começa a fabricar produtos anticoncepcionais, não significa que ela tenha culpa nisto, pois investir não é sinônimo de decisão na firma. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1979, p. 44).

Monsenhor Roberto Roxo utiliza uma posição defensiva ao falar sobre as obras que a Igreja faz ao povo ao afirmar sobre o patrimônio cultural da Igreja Católica, como obras importantes de valor imensurável que estão disponíveis para visitação no Museu do Vaticano, o qual recolhe um valor de visitação para os pagamentos de todas as pessoas que trabalham na instituição:

Estas reflexões não querem justificar eventuais erros da Igreja: visam apenas fornecer critérios objetivos para discernir melhor as ocorrências. O dinheiro não cai do céu para ninguém, e a Igreja também precisa sobreviver. A maneira de conseguir a subvenção é que deve ser questionada. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1979, p. 44).

Roxo afirma, ainda, que a Igreja necessita se manter. Ao escrever sobre os novos rumos da Igreja, o Monsenhor Roxo fala sobre a nova realidade ao abordar a importância da luta pela desigualdade social, e se posiciona a favor da fraternidade: “A Igreja está desperta para este problema e toma um novo rumo: o da justiça internacional”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1979, p. 45).

A publicação desta carta aconteceu justamente em um período nebuloso dentro da Igreja, e principalmente no Banco do Vaticano, período precedido por mortes e situações que nunca foram reconhecidas formalmente.

Em maio de 1979, na carta “Teologia da Libertação: a esperança do oprimido”, Marcelo Campos, SP, quer saber sobre essa vertente:

Gostaria de saber exatamente o que   Teologia da Libertação, da qual tanto se fala, e, se a Igreja não está perdendo um pouco sua função específica, preocupando-se demais com a parte material do homem. Por que muitos condenam o trabalho da Igreja junto com os pobres? Não será talvez por ser um caminho para o comunismo? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1979, p. 44).

Para essa carta, Monsenhor Roberto Roxo responde falando sobre a Teologia da Libertação e cita *Puebla* e outros documentos. Segundo Monsenhor Roxo, a Teologia da Libertação apresenta o ideal de libertação do povo oprimido:

Existem, na realidade, grandes interesses em preservar o estado de opressão. E para se evitar qualquer trabalho, neste sentido, criam-se os monstros do comunismo e do marxismo, etc., identificando-os com um anseio legítimo e profundo do povo- a libertação. Não se pode esquecer que se trata de uma multidão e não apenas de alguns que necessitam de libertação. E as Comunidades de Bases surgem exatamente neste contexto para ajudar, aos poucos, o homem a tornar-se o construtor da própria história (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mai. 1979, p. 45).

A Teologia da Libertação foi criada a partir do Concílio Vaticano II e fomentada na Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968). Segundo Borges,

Nessa Conferência, a Igreja reconhece a necessidade de uma teologia articulada pelas mediações sócio analíticas, hermenêutica e na dialética teoria-práxis. É da articulação de duas realidades históricas, a sociopolítica e a cristã-ecclesial, que surge a teologia da libertação: é a reflexão da fé, a partir da realidade, no horizonte de uma prática libertadora. A teologia nesta ótica visa à libertação comprometida em abolir a situação de injustiça, na qual vivem tantos oprimidos, e a construção de uma nova sociedade. (BORGES, 2013, p. 59).

Em julho de 1984, o tema abordado “Igreja: diversidade e diálogo” por “Cristã preocupada do Ceará” fala sobre divisões na Igreja entre progressistas e conservadores:

Ao meu ver, a Igreja deve ser uma unidade. Por que então se escuta tanto falar em divisão dentro da Igreja entre “conservadores e progressistas”? Isto traz um bem à comunidade ou será um perigo para a fé do povo? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1984, p. 52).

Ao responder, padre Victor Hugo afirma que

Devemos admitir que, no interior da comunidade católica, existem pontos de vista diversificados, pluralismo na interpretação dos acontecimentos, propostas diferentes, chegando, em certas situações, a ser muito fortes as divergências. Naturalmente, isso chama a atenção, causa espanto, e as pessoas, as vezes até se escandalizam. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1960, p. 53).



Em outro momento relata sobre as diferenças que parecem grandes dentro da Igreja, mas ressalta que as linhas, ainda que diferentes, trabalham sempre em conjunto:

A realidade da Igreja e das atitudes reais de seus membros é muito mais rica e complexa. Se olharmos com atenção para o universo eclesial brasileiro, veremos que ele está menos dividido (no sentido de conflitos) e é mais diversificado (no sentido de posições diferentes). (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1984, p. 53).

O discurso de Padre Victor Hugo transpassa uma tensão que existe dentro da Igreja Católica em suas vertentes progressistas e conservadores, não convencendo o leitor sobre a unidade católica.

Os progressistas dentro da Igreja Católica tentavam promover novas práticas populares que estavam no bojo do Concílio Vaticano II (1966) e da Conferência Episcopal Latino Americano de Medellín (1968), enquanto e os conservadores da Igreja eram aqueles resistentes às novas mudanças e princípios. Em alguns momentos parecem concordar e caminhar juntos, como em discussões sobre temas como aborto, pílula anticoncepcional, pena de morte e casamento; contudo, em outros momentos divergem abertamente em relação às pastorais, comunidades eclesiais de bases voltadas ao povo necessitado, frentes de luta sobre a realidade social e convicções de mudanças sociais para igualdade a todos da sociedade.

### 3.3 EDUCAÇÃO FAMILIAR

A Educação Familiar, outro eixo de análise das cartas, abarcou temas relacionados à moral, valores, costumes, relacionamentos entre pais e filhos, famílias, educação dos filhos, conselhos na área comportamental e afetiva. Era inevitável que os preceitos da Igreja Católica estivessem imbricados em todas as respostas de maneira generalizada a todos os leitores, independentemente de sua religião.

Na primeira carta publicada, em fevereiro, 1960, para o lançamento da seção, nas páginas 3 e 19, a consulente Maria Ângela pede conselhos sobre a festa de Carnaval, questionando se “havia problemas deixar as filhas participarem e como elas deveriam se comportar”:

Sr. Diretor, como poderá ser celebrado o carnaval se ofender as leis de Deus e da Igreja? Haverá coisa útil nesses divertimentos? Desejaria uma resposta para saber se devo deixar à liberdade as minhas filhas participarem do mesmo e explicar a elas como deverão se comportar. Agradecida pela orientação que o Sr.me proporcionar, confesso-me leitora assídua e admiradora dessa revista. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1960, p. 3).

O diretor afirma que é permitido, sim, participar desta festa, e apresenta três dicas do que é permitido e três do que não é permitido. O diretor aborda “o carnaval como uma brincadeira para se passar com a família, amigos, danças divertidas com pessoas conhecidas e brincadeiras saudáveis” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1960, p. 3). Já o não permitido seria “estar com pessoas desconhecidas, usar máscaras para se ter atitudes ilícitas perante Deus e estar em lugares com pouca vigilância” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1960, p. 3).

Ao final do texto, o diretor leva o leitor a repensar sobre a oração e o conforto que ela proporciona:

No carnaval convém lembrar que, em certas circunstâncias da vida, não adianta chorar e nem rir, porque o único e verdadeiro conforto, o interior, alcança-se no silêncio da oração, prostrados diante de Deus para expiar nossas culpas e as dos outros. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1960, p. 19).

Para Dominique Julia (2001), essa forma de aconselhar ações leva a um “Remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.” (JULIA, 2001, p. 22). A Igreja necessita incutir suas normas e, através de meios como a revista, leva a sociedade a se autodisciplinar. Esse processo de regulação das condutas pela autodisciplina se aproxima da definição de Norbert Elias em relação ao processo civilizador, que permite entender as ações da Igreja na direção da formação do homem civilizado:

A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os *habitus* sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. (ELIAS, 1998, p. 14).

Na seção do mês de junho de 1966, a leitora da carta intitulada “As palavras das mães” compartilha um pedido aflito de “Sofredora Infeliz”, pseudônimo utilizado

pela consulente, ao relatar “a importância de aconselhar as mães que rogam pragas e xingam seus filhos, deixando-os desanimados e infelizes”:

Sr Diretor, escrevo-lhe esta a fim de solicitar a publicação de uma página para as mães que, por qualquer coisinha, rogam pragas aos filhos e dizem palavrões que ferem, deixando-os desanimados e infelizes. Por favor atenda-me o mais depressa possível, pois não quero que outras tenham tal desventura. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1966, p. 3).

O diretor inicia a réplica com a citação de F.X. Linsenmann, o qual diz “que não é raro que o costume de ‘rogar pragas’ se apresente como uma exclamação mais ou menos irrefletida e resultante de simples hábito, sem intenção má determinada” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1966, p. 3). Logo, o diretor “pede compaixão para estas mães e não ódio, e ensina os filhos a, com sabedoria, conversar sobre estas atitudes para que não ocorram mais” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1966, p. 3). Ao final, continua aconselhando aos filhos afirmando que

É preciso que, superando a própria dor e indignação, saiba cada filho ajudar validamente a mãe, advertindo-a da inconveniência de semelhantes expressões. E poderá ajudá-la antes de tudo com oração. Reze cotidianamente, pedindo a Nossa Senhora, mãe de misericórdia e mãe de todos os pecadores, que faça com que as mães compreendam a necessidade de dominar as palavras. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1966, p. 3).

A maternidade e a educação dos filhos foram responsabilidades atribuídas às mulheres, especialmente desde o século XIX, e, neste contexto da década de 1960, ainda lhes era reservado o cuidado do lar e dos filhos enquanto os maridos deveriam trabalhar para sustentar as famílias<sup>46</sup>. Para as mulheres, era uma disposição social ser mãe e dedicar sua vida aos filhos e maridos, pois, como afirma Carla Bassanezi Pinsky (1997, p. 634), essa, na época, era tida como “a sagrada missão feminina, da qual dependia não só a continuidade da família, mas o futuro da nação”.

---

<sup>46</sup> Embora esse fosse o modelo difundido de organização ideal das famílias, essa não era a realidade de parte significativa da sociedade brasileira. Mulheres do povo sempre trabalharam fora do lar para contribuir ou mesmo para garantir o sustento de suas famílias. Se, para as mulheres nomeadamente “burguesas”, esse modelo era algo possível, embora algumas mulheres desse grupo social já o contestassem; para as mulheres do povo, em larga medida, ele não só era inatingível como as sobrecarregava com uma dupla jornada de trabalho, sem apoio dos maridos, uma vez que a tarefa de educar e cuidar dos filhos foi produzida como essencialmente feminina.

A autodisciplina inculcada através dos meios de comunicação, como as revistas, ia sendo formada a partir do modelamento dos comportamentos, costumes e valores. Para Martins e Luca,

Concebidas como objetos de lazer, essas revistas, se revelavam essencialmente normativas, definindo o papel social e determinando os padrões de comportamento desejáveis para a mulher da época. Nesse discurso, a imprensa em geral e da feminina em particular, - a tônica recaía, sobre as formas de conduta da mulher no lar e no mundo. (MARTINS; LUCA, 2015, p. 117).

Neste âmbito civilizador de reforçar costumes para as mulheres, adequando-as para delimitados espaços na sociedade, Heloisa Helena Daldin Pereira afirma, em sua tese, que a Revista *Família Cristã* da década de 60 e 70:

Dedicava grande parte de suas páginas a ensinar a cozinhar, costurar, decorar a casa e cuidar do marido e filhos, com seções de Corte e Costura, Dicas de Beleza, Tricô, Culinária e textos dos padres jesuítas como articulistas [...] era este o discurso vigente quanto ao comportamento das mulheres, de um cristianismo dirigido pelo catolicismo. (PEREIRA, 2014, p. 262).

A educação familiar versa sobre questões de educação e comportamento dos filhos e como a família deve se comportar moralmente.

Em outubro de 1960, na carta “Não adianta censurar os editores”, a leitora Mãezinha preocupada reclama das fotografias indecentes nos jornais e as censuras.

Sr. Diretor, ao meu ver pouco adianta censurar o multiplicar-se de estampas e fotografias indecentes nos jornais. Estes cumprem seu dever. O que é preciso é fazer compreender a responsabilidade que assumem muitos pais diante de Deus, dos filhos e da família, deixando entrar em seus lares tais ilustrações, aliás, pagando até para que entrem. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, out. 1960, p. 3).

O diretor a incentiva a cuidar do tipo de impressos que entram nos lares, ou seja, o cuidado dos pais para com que os seus filhos leem, trazendo de volta à pauta o tema do controle das leituras: “Quais vigilantes e sentinelas guardem os pais seus lares, e defendam-nos contra tudo o que possa comprometer a educação dos filhos, a formação do caráter, e da personalidade dos filhos” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, out. 1960, p. 3).

Na década de 60, ocorreram quebras de paradigmas na sociedade, e, aos poucos, padrões e comportamentos foram ganhando novas formas. Uma sociedade

conservadora foi dando espaço a várias concepções de família. Pensando nas famílias, um movimento organizado por padre, freiras e casais católicos funda a Escola de Pais<sup>47</sup>, com objetivos de orientar as famílias na educação dos filhos. A colaboradora Alzira Lopes (1971, p. 35) afirma que “[a] finalidade da Escola de Pais é conscientizar os pais e atualizá-los no que se refere a sua tarefa educativa”.

Apesar de não ser um movimento religioso, é liderado por intelectuais católicos que colocam no cerne de suas orientações os valores propagados pelo catolicismo. Aliás, a Igreja temesse olhar para com as famílias por meio da formação de educadores, a fim de conservar o que para a Igreja é a base da sociedade a família, o que já é indicativo dos valores católicos sendo postos em práticas.

Na carta de abril de 1964, cujo título é “Juventude Transviada”, o consulente relata sobre a juventude corrompida, questiona se é culpa dos pais e como será o futuro desses jovens. Também pede que a editora promova algum movimento em relação a isso:

Sr. Diretor, por que a mocidade está tão corrompida? Tão transviada, atualmente? Será que os pais são culpados? Sinto uma grande tristeza ao pensar que será nosso Brasil, se a mocidade continuar assim. O que será dos nossos filhos no dia de amanhã? Por que nossa revista não faz uma campanha a esse respeito? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1964, p. 3).

O diretor inicia seu artigo expondo o propósito da revista de educar as consciências. Em seguida, reitera que os pais devem ser educados para conseguir compreender seus filhos e assevera: “É evidente que são culpados os pais que não vigiam sobre a conduta dos filhos, que lhes permitem companhias e amizades suspeitas.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1964, p. 3). Ele também chancela a afirmação do psicólogo J.M. de Buck, para quem filhos-problemas são consequência de pais-problemas

Em contrapartida, discorda do leitor de que os jovens, principalmente as moças, não sabem se defender, ao dizer que “[s]ob a aparência e o semblante despreocupado, as nossas jovens mostram que estão plenamente cômicas do

---

<sup>47</sup> A Escola de Pais Nacional é abordada na dissertação de Mestrado de Joana Gondim Garcia Skrusinski: “*Nós somos a História*”: O projeto de educação das famílias nas obras de Maria Junqueira Schmidt (2018); e no artigo de Evelyn de Almeida Orlando e Helder Henriques, com o título: *Nota prévia sobre a Escola de Pais no Brasil e em Portugal*, na Revista História da Educação, v. 21, n. 52, p. 56-80, maio-ago. 2017.

tesouro que possuem e sabem guardá-lo e defendê-lo a qualquer custo.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1964, p. 3).

Segundo ele, os adolescentes e jovens pedem para serem compreendidos, “Mas o que é compreender o adolescente? Muitos são os pais que dizem que compreendem os filhos, mas nunca falam com eles ou quando falam, é de assuntos que não interessam ao jovem. Para compreendê-los, devemos antes de tudo ouvi-los.” (LOPES, 1971, p. 43). O diretor propõe compreender o filho, auxiliar a passar todas as fases até chegar a vida adulta com segurança, equilíbrio e conhecimento.

Em dezembro de 1965, Sra. Elizete quer informações sobre alimentação infantil:

Gostaria que a V.S. publicasse algo sobre os procedimentos dos pais quanto a alimentação dos filhos. Há casos que vi com meus próprios olhos em que pais de família um tanto abastadas privam os filhos de alimentos que se fazem necessários para o pleno desenvolvimento físico das crianças, vendendo-os para fins lucrativos. Do ponto de vista moral, o que V.S. acha a respeito desses pais? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1965, p. 3).

Segundo o diretor, os pais devem zelar pela saúde e desenvolvimento dos filhos, “[é] pois dever primordial dos pais procurar o alimento necessário para os filhos, a fim de que se desenvolvam estes física e psicologicamente perfeitos, tendo em vista também a sua vida futura”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1965, p. 4). De acordo com Lopes (1971, p. 41), “A criança deve ter hora certa para se alimentar, para dormir e para tomar banho.” A revista *Família Cristã* direcionava artigos para os pais com o intuito de ensinar questões de educação dos filhos, desde alimentação, segurança, saúde e principalmente o afeto:

O afeto está para a vida a psíquica como o alimento está para a vida física. Quem não come morre, quem não ama, também, psicologicamente morre. Será que amar se aprende? Aprende-se. E se pensarmos que geralmente nos preocupamos em colocar nosso filho numa boa escola e nos esquecemos de uma coisa importantíssima- ensinar nosso filho a AMAR. (LOPES, 1971, p. 37).

Em julho de 1966, uma assinante de Jundiáí pede uma palavra sobre os casais que não conseguem ter filhos, e questiona se isso é a vontade de Deus, pois é sonho do casal ter filhos:

Sr. Diretor, ficaria muito contente se publicasse minha carta em “Carta do mês”. Sou casada há 4 anos e não tenho filhos, embora tenha feito

tratamentos, sem o menor resultado. Sou feliz com meu marido, que é muito bom para mim, mas achamos falta de uma criança no nosso lar. Gostaria que dissesse algo, pois, como nós há tantos casais com esse problema, e muitas vezes somos criticados por pessoas que não sabem como é triste ter um ideal e não conseguir. Li um verso numa revista o qual me deixou muito triste, a chorar. Dizia o verso: 'Afasta de nós Senhor, o verão sem flores, a gaiola sem passarinhos, a casa sem crianças! Que dizer de nós que não temos crianças, por que Deus assim quer? O que devemos fazer?' (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1966, p. 3).

O diretor fala sobre a importância de se ter amor ao próximo, ou seja, mesmo que a mulher não possa ter filhos, naturalmente poderá ter filhos de coração e amor com atitudes de devoção ao semelhante: “[...]neste mundo não existe só um tipo de maternidade, e que a esposa não mãe poderá convergir sobre os filhos de outrem ou sobre o próximo e o necessitado, toda a força de seu ideal de maternidade.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1966, p. 4). A orientação para este casal é a caridade, ajudar o outro, pensando sempre no bem ao que necessita de apoio.

A caridade se mostra a essência da Igreja neste momento histórico, objetivando sempre a harmonia entre a sociedade e fazendo parte de uma nova orientação social.

Em junho de 1968, sob a carta “Eles pedem amor e compreensão”, a consulente “Garota papo firme” afirma que o jovem quer ser compreendido:

Sr. diretor, costumo sempre ler os artigos da ‘Família Cristã’ sobre os jovens. O problema ‘juventude’ é hoje assunto de todos. Mas, ninguém tentou penetrar no coração do jovem para ver o que realmente há nele. Eu acho que os jovens não são um problema. Estão apenas vivendo num mundo que seus próprios pais construíram. Nossos pais não nos prepararam para viver nesse mundo novo... Chegamos de repente. Chamam-nos de inconstantes, de irresponsáveis. No entanto, não dão valor às nossas opiniões e não nos oferecem oportunidades para demonstrar nossa capacidade e responsabilidade. Que fazer? Eis a reação traduzida nas minissaias, nos cabelos, no iê-iê-iê, etc. O dia em que os jovens forem compreendidos e suas ideias valorizadas, quando sentirem que alguém confia neles... adeus cabeludos e minissaias! Para isso é preciso que os pais se adaptem a este mundo que eles próprios construíram: que adultos apoiem os jovens e deixem de criticá-los. O que vale é o caráter, o sentimento, o mundo interior da pessoa. Agradeço a atenção. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1968, p. 7).

O diretor relata que ocorreram mudanças significativas na Igreja, a qual passou a lançar um novo olhar para o jovem. “A Igreja deseja que esta sociedade que vós ides construir respeite a dignidade, a liberdade, o direito das pessoas: e estas pessoas sois vós.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1968, p. 7).

A Igreja desperta empatia pelas questões sociais postas e, nesse contexto, o adolescente e o jovem são estimados. Para Lopes (1971, p. 45), “o adolescente quer amor, não de proteção, mas de compreensão, e uma de suas queixas mais sofridas é: ‘ninguém me entende’.” Ao longo do discurso, a autora fala sobre a disponibilidade de ouvir o indivíduo, de dar segurança para que o adolescente e o jovem cresçam com equilíbrio, com autonomia e conhecimento.

Na década de 60, uma parte dos jovens no Brasil se mobilizaram socialmente para combater o autoritarismo vigente em todo país. Os movimentos estudantis apreenderam ideologias de lutas de classes e promoveram uma crescente adesão de universitários. Segundo Cancian (2007), “reivindicações educacionais e manifestações de protesto político contra o governo militar foram as principais bandeiras de luta do movimento na segunda metade da década de 1960”, e o movimento foi desmantelado pelo governo em 1973.

Na carta de abril de 1972, intitulada “Vamos valorizar nossos filhos”, a leitora “Flor à espera do orvalho” expõe o descaso dos pais, e principalmente o medo que sente deles, pois nunca elogiam suas atitudes:

Sr. Diretor, por favor fale sobre os pais quadrados, que não dão valor aos seus filhos. Não sou uma convencida, mas sou uma menina inteligente. Todo mundo me elogia, menos meus pais. Quando vem o boletim, recheado de notas boas, sabe o que eles falam? ‘Continue assim senão acabamos com sua vida’. Morro de medo de meu pai. Quando o vejo, estremeço. Sinto-me sozinha no mundo, é a mesma coisa que ser órfã. Pior ainda, chego a pensar que eles não são meus pais legítimos porque é demais meu sofrimento nesta casa. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1972, p. 4).

A resposta vem de Maria Flora de Stockler e Breia, da Escola de Pais Nacional, que escreve especialmente aos pais sobre como entender e cuidar de seus filhos com atenção, carinho e autoridade:

Nenhum filho nasce adolescente! Há muitos anos para prepara-los em seu aprendizado de pessoa- se, nós, pais trabalhamos com amor e capricho, a adolescência de nossos garotos é hora de nos mostrarmos confiantes no que são, fazem e sentem- é hora de sermos fonte de Amor, apoio, afeto, em qualquer experiência deles- é preciso confiar em nossos filhos para que eles possam confiar em nós e, muito mais sério, possam confiar em si mesmos!(REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1972, p. 5).



Em agosto de 1973, a carta cujo título é “Confiança: base de uma família feliz” apresenta duas cartas anônimas em que os pais não confiam nos filhos, por isso os filhos não têm liberdade e só saem de casa para estudar:

Meus pais não têm confiança em mim, não me dão nenhum tipo de liberdade, por exemplo, tomar parte da turminha de minha rua, que são colegas de colégio. Eles acham que só tenho de pensar nos estudos. Não tenho direito de me divertir e perder nota na escola. Diga-me, o que fazer? Não mande eu ter um diálogo em eles porque não teria coragem de enfrentá-los. Mesmo se tivesse, não adiantaria nada. Eles acham que estão certos. Não aguento mais. N.S.F. (anônimo). (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ ago. 1973, p. 46).

E, juntamente, a carta de L.T:

Não saio de casa, a não ser para ir à escola. Meus pais não confiam em mim. Quando vou à loja, ao mercado, eles mandam um irmão me vigiar. Meu pai me disse que se eu não passar de ano vou me arrepender para o resto da vida. Meus pais não gostam de mim, eu vejo. O que devo fazer para ser livre e feliz? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, ago. 1973, p. 46).

Maria Flora S. e Breia fala sobre atitudes que devem gerar o diálogo entre pais e filhos:

Meus amigos, nós todos, pais e filhos, precisamos saber que família feliz é a que dialoga, reconhece e procura corrigir suas faltas pessoais ou coletivas. É fácil falar em DIÁLOGO outra palavra-chave atual. No entanto, ele só pode existir onde houver RESPEITO, CONFIANÇA, VERDADE, geratrizes de LIBERDADE, RESPONSABILIDADE, DIREITOS e OBRIGAÇÕES. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, ago. 1973, p. 47, caixa alta no original).

Lopes (1971) abarca o assunto “confiança nos filhos” como tema para os encontros da escola. Segundo a autora, o filho deve ser ouvido e compreendido. Os pais devem mostrar seu afeto, complacência, segurança e, acima de tudo, dar autonomia ao filho. A autoridade deve ser exercida com discernimento, pois as atitudes dos pais contam muito ao propósito de educar:

Os pais auxiliam o adolescente nesta fase primeiramente deixando o filho arranjar amigos. Quando pais criam problemas na adolescência dos filhos. Quando o filho era pequeno ficava em casa, mas quando chega à adolescência quer mais amigos, quer um círculo de relações. Deseja a companhia dos colegas e não andar só com papai e mamãe. Isto é normal. Não devemos impedir aos filhos esta amizade, para não atrofiá-los. Os filhos devem ser emancipados à medida que crescem”. (LOPES, 1971, p. 43).

Em fevereiro de 1974, acerca do tema “Babá TV”, a consulente Marisa de Minas Gerais pede à revista uma matéria sobre a TV e suas programações para as crianças, porque muitas vezes propagam novos conceitos e os pais acabam deixando-os passivos frente à tv:

Quero solicitar um movimento de conscientização dos que lêem essa encantadora revista, no sentido de reclamarem para as crianças, melhor programação da TV no horário que lhes compete. Nós, pais, somos quase sempre comodistas. A TV é a melhor das ‘babás’ para prender no sossego de uma cadeira a criança irrequieta e nós nos esquecemos de ver se na sua quietude, nossos filhos não estão sendo trabalhados por uma arma pior do que as drogas. Debaixo das vozes macias que saem do vídeo, novos conceitos morais se formam na mente pura da criança: conceitos paganizantes, de falsos poderes e até de idolatria. Conto com o interesse e dedicação da ‘Família Cristã’ para sanar esse mal. Nem convém falar das novelas, (que hoje todos dizem) fontes de grandes verdades, mas que as crianças veem com olhos incapazes de entender. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1974, p. 25).

A resposta questiona se a televisão é realmente um mal, e afirma que este século é considerado o da comunicação. Também fala que as crianças podem assistir a programas que ajudem em sua formação e que os pais devem cuidar nesse sentido:

Cabe aos pais supervisionar os programas para a meninada, atuando como uma espécie de filtro, através do qual, atitudes, conceitos e valores apresentados não explicados, negativa ou positivamente. Novelas, das quais você se queixa, não foram feitas para crianças e nem a maior parte dos programas apresentados à noite, quando os pequenos já devem ter ido dormir. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1974, p. 25).

No percurso da história da televisão no Brasil, a década de 1970 foi considerada uma década de maturidade do meio de comunicação, mas havia ainda muitas famílias que não tinham condições de comprar uma televisão, além de que os programas passavam pela censura. Entretanto, a resposta para a consulente é justamente cuidar de tudo a que seu filho assiste, para adequar o conteúdo à idade, pois a televisão era uma abertura para conhecer o mundo.

Em março de 1974, para o tema “Trabalhar já era, estou na minha”, o leitor Omar escreveu sobre o filho de um casal de amigos que está virando hippie:

Desejo saber como devem agir os pais de um jovem que está seguindo o caminho dos hippies. Refiro-me aos jovens que abandonam a família e andam, sem lugar certo para morar, vendendo artefatos, vestidos de modo esquisito, etc. Afirmações dele:- ‘Trabalhar já era- estou na minha. Meus

pais devem me dar roupas e alimentos. Sei que meus pais precisam de mim, porque com essa vida que levo passam necessidades, ficam até doentes por não se conformarem comigo. Mas eu estou consciente de que essa é a vida que desejo'. Não sei explicar bem o caso. Respondam-me por favor e se for necessário enviarei novas explicações. Estou escrevendo porque os pais desse jovem são meus amigos e desejo ajudá-los. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1974, p. 20).

Maria Flora S. e Breia aconselha ter uma conversa séria com o rapaz, não cedendo às vontades dele, mas mostrando suas atitudes e erros. Breia assevera que “[n]ão há soluções milagrosas e receitas infalíveis, há, sim, previsões prováveis, baseadas no bom-senso, no conhecimento do comportamento humano e, sobretudo, no EXEMPLO da vida da família no seu cotidiano. Este é o elemento mais poderoso e indispensável dentro dum plano educacional!” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1974, p. 20, caixa alta no original).

A revista chancelava o diálogo como o melhor caminho para compreender o jovem: “Não obstante, sendo a adolescência período educativo ainda sob a responsabilidade dos pais, circunstâncias existem a reclamarem autoridade. Mas, esta autoridade só será educativa dentro de limites bem restritos” (LOPES, 1971, p. 143).

Em março de 1979, em “‘Discotheques’: o mito da felicidade”, Edmilson relata sobre a *discotheque* e o que a Igreja pensa disso:

Gostaria que a FC me informasse do tipo de divertimento que vem empolgando tanto a juventude: as discotecas. Será que o ambiente destas “casas de danças” não prejudica o jovem, ou o adolescente? Elas abriram as portas até para crianças, em alguns lugares... A música estridente, o frenetismo, as luzes ofuscantes não prejudicam? Ficaria muito grato em saber, também, o que a Igreja diz sobre tudo isso... (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1979, p. 46).

Dr. Silvio Luiz de Oliveira explica sobre o tráfico de drogas que ocorre dentro destes lugares. Padre Estevão defende que a verdadeira felicidade está em Jesus e diz que “[o]s jovens que vivem em uma sociedade como a nossa, que os seduz por seus atrativos alardeantes, mas vazios, diríamos que procurem, acostumar-se a fazer a sua escala de seus valores, usando, antes do mais, os critérios da sã razão e da fé.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1979, p. 47).

A Igreja Católica observava a transformação de valores sociais, principalmente pelos jovens que começaram a mudar atitudes, comportamentos. Com o objetivo de não perder seus jovens para o mundo, ela cria grupos eclesiais

de bases para que jovens continuem sob seus cuidados. Entretanto, para que isso acontecesse, foi necessário um remodelamento em todos os segmentos da Igreja, colocando os leigos à frente de vários trabalhos para evangelização.

### 3.4 ORIENTAÇÃO SEXUAL

A sexualidade era outro tema em voga nessa época. Para a Orientação Sexual, quinto eixo analisado nesta pesquisa, foram selecionadas cartas que citavam relacionamentos matrimoniais, amizades entre sexo opostos, namoro, noivado, sentimentos como ciúmes, amor e paixão, além de temas como aborto e pornografia, traição e homossexualidade.

Na revista referente ao mês de junho de 1964, foi publicada a carta intitulada “O namoro não é casamento”, em que uma leitora com o pseudônimo “Uma cruz à beira do abismo” relata que tem um namorado que está querendo tomar certa liberdade. Ela, por sua vez, quer chegar ao casamento “puro e honesto” e pergunta o que deve fazer:

Sr. Diretor, estou namorando e faço o possível para chegar a um casamento puro e honesto. Meu namorado, porém, quer tomar certas liberdades comigo, eu me recuso e ele diz: ‘Ou você concorda ou terminaremos o namoro’. Aconselhe-me como devo comportar-me e o que devo fazer. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1964, p. 3).

A resposta do diretor é clara sobre a prudência dentro de um relacionamento namorada-namorado e noiva-noivo:

Norma básica poderá ser esta: o moço que se acostuma a não respeitar uma mulher, não respeitará nenhuma. Em verdade, a mente corrompida tomará a mulher como simples instrumento de prazer. [...] A um moço e uma moça, aberta e sinceramente noivos, podemos dizer: comportem-se como amigos: rápidos, bem-intencionados, serenos nos sinais de afeto, sempre com cautela. Por fim, a um moço e uma moça que, não sendo apenas amigos, não são ainda noivos, mas namorados apenas, podemos dizer: comportem-se com extrema prudência. O fogo que se está acendendo dentro de seus corações torna demasiado perigosas as manifestações de cordialidade e afeto. É preciso antes estudar mais profundamente os próprios sentimentos, até chegar a uma clarificação dos novos impulsos interiores. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1964, p. 3).

Ele fala que “certas liberdades” como o sexo antes do casamento poderão, além de “ficar como um peso no coração, afastar sua alma de Deus”. Ele indica

tomar precauções como: “não fique sozinha com ele, em lugar algum, quando tiver que sair peça a sua mãe, a uma irmã, ou irmão que acompanhe.” E a questão religiosa sustenta a resposta, como o pedido de “rezar e convidar o namorado a rezar e a frequentar os sacramentos”.

O intelectual católico Alceu Amoroso Lima também se manifestou algumas vezes sobre a questão da sexualidade, chegando a escrever sobre o tema em livros, artigos e etc. Ao falar da juventude, dizia que “começamos então a ter duas idades, distintas ou não a de nosso espírito e a de nosso corpo. A mocidade é um campo de batalha entre paixões e a vontade, entre o transbordamento máximo das forças vitais instintivas e o sol da consciência já formada.” (LIMA, 1962, p. 73).

A sociedade, nesse momento histórico, requeria uma postura respeitosa, casta e contida dos jovens, mas especialmente das jovens. Carla Bassanezi Pinsky relata que

[...] as moças de família eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não se deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes. (PINSKY, 1997, p. 610).

As orientações veiculadas pela revista, ao mesmo tempo em que seguiam um padrão social já legitimado, contribuía para reforçar esse modelo como exemplo de conduta moral. O diretor, ao responder à leitora da carta sobre o namorado, coloca sua posição de que “o noivado e menos o namoro não é casamento. E, por conseqüências, as liberdades devem ser excluídas. [...] O noivado é feito para que os noivos possam se conhecer, não para se entregarem mutuamente.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1964, p. 3).

Além do exposto, Carla Bassanezi Pinsky (1997, p. 616) afirma que, na época, “o namoro era considerado uma etapa preparatória para o noivado e o casamento. Sendo assim, as moças não deveriam perder tempo ou arriscar-se com namoros que não tivessem chance de conduzi-las ao matrimônio.” Portanto, o comportamento das moças deveria ser prudente, sempre visando ao futuro.

Em janeiro de 1971, uma carta extensa foi publicada na revista *Família Cristã* com o título “Amor e desilusão”. A consulente Lina escreve uma carta para Laura, leitora da revista, e conta detalhadamente a história amorosa de sua vida. A amizade, o namoro, a gravidez indesejada, a falta de apoio, o abandono dos amigos

e do namorado. Lina se tornou mãe solteira e alerta sua colega Laura para cultivar boas amizades, não abandonar a Igreja e, principalmente, confiar em Deus: “Várias vezes, quase me desesperei, pensando em fazer coisas horríveis..., mas o remorso detinha-me. Não me atrevia a rezar.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1971, p. 4). A devolutiva da editora posiciona um alerta a todas as mulheres, jovens leitoras: “A carta que publicamos neste mês, mostra as consequências de um amor irresponsável e mal orientado. É uma história autêntica, escrita pela própria protagonista, dirigindo-se as jovens leitoras, de ‘FAMÍLIA CRISTÃ’ e alertando-as a que não sigam seu exemplo.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1971, p. 5).

A revista julga a consulente como uma pessoa imoral e reitera que “[a] Igreja sempre ensinou a iliceidade das relações pré-matrimoniais” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, 1971, jan. p. 5). Também comunica às leitoras sobre o verdadeiro amor, o sexo consentido dentro do matrimônio e assevera que Lina será cingida com a coroa de prata por Deus.

A maternidade sempre ressoou como uma obrigação social. Desde pequenas as meninas já eram educadas para formar uma família e ter filhos, como que uma missão para que continuassem a descendência de sua linhagem. Mas como Lina e outras mulheres, a maternidade sem casamento e sem planejamento acabava depreciando a mulher, e levando-a a ser excluída por seus próprios parentes, amigos e pela sociedade. Pinsky assevera que

A mãe solteira, mesmo que fosse reconhecida por sua coragem em arcar sozinha com as responsabilidades de um erro sem ter procurado uma solução mais fácil e imediata - o aborto-, ainda que monstruosa do ponto de vista moral, sofria fortes discriminações. Sua redenção poderia vir se passasse a viver respeitavelmente e em função do filho, tentando, com isso, minimizar seu grave erro. (PINSKY, 1997, p. 643).

Ao longo da história, as mulheres eram julgadas em seus comportamentos pela família, Igreja e sociedade. Existia uma repressão e um controle do comportamento feminino por conta dos valores sociais e da moral cristã.

A tensão dessa carta publicada ocorre justamente ao tentar alertar as outras mulheres a respeito de um exemplo que não deveria ser seguido, pelo julgamento da editoria da revista. A sociedade estava em mudanças, as mulheres militantes vinham ganhando notoriedade pela luta de igualdade de gênero, de trabalho e social. Movimento este que ganhou espaço, não somente no Brasil, mas em outros

países e continentes; aqui no país, estava instalado o regime militar, período agressivo em que todos os meios de comunicação passavam pelo controle da censura.

Nesse momento histórico, a Igreja da linha progressista, da Teologia da Libertação, lutava em conjunto com os militantes, em oposição ao regime militar instalado. Várias ações femininas que ocorreram se deram dentro da Igreja, e algumas mulheres se engajaram em frentes de luta por transformações sociais. Mesmo assim, o eixo conservador da Igreja não admitia os avanços das mulheres com relação ao comportamento sexual, ao matrimônio, aos relacionamentos e à sua emancipação. De acordo com Sarti,

Por inspiração desta Teologia, desenvolveu-se um amplo trabalho comunitário com as populações pobres, a partir dos anos 70, através das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), constituindo um grande foco de resistência ao autoritarismo vigente no país. As organizações femininas nos bairros pobres nascem e ganham força como parte desta linha de trabalho pastoral. Isto colocou a Igreja e o feminismo em constantes encontros, na busca de hegemonia nos grupos populares. (SARTI, 1988, p. 40).

A Igreja não renunciava a importância da mulher na constituição da família e do lar. Seu papel social estava prescrito e deveria passar, inexoravelmente, pelo cuidado, administração e educação de sua família nos preceitos cristãos. Essa foi uma estratégia da Igreja para continuar exercendo uma influência sobre as mulheres católicas e coibir a lutar por direitos e igualdades sociais.

Em abril de 1971, na matéria “Por que matar quem tem direito à vida”, a consultante V.A. Restehn opina a favor do aborto e pede uma resposta sobre o assunto:

Senhor diretor, eu não vejo razão por que não aceitar o aborto. A criança é um ilustre desconhecido que deve desaparecer sempre que se torne um intruso. Tenho a impressão que no futuro o aborto, não impressionará mais ninguém, aliás, hoje já é aceito quase em todas as camadas sociais. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1971, p. 4).

Padre Estevão Bettencourt impugnou a questão da consultante e lhe replicou dizendo que é proibido pela lei de Deus e injustificável o direito de tirar a vida de alguém. Além disto, é preciso pensar fundamentalmente na moralidade e ter a consciência da morte de uma criança, porque essa intervenção pode ocasionar problemas físicos e psicológicos à mulher:

Para responder, levemos em conta que o aborto é agressão mortífera desferida contra um ser humano inocente. Ora tal gesto, é peremptoriamente vedado pela lei de Deus; todo ser humano tem o sagrado direito de viver, de sorte que não nos é lícito tirar a vida de um inocente, mesmo que esse inocente não fale, nem dê manifestações de si, mesmo que seja enfermo, excepcional ou 'peso morto' para a sociedade. Eis o princípio que ilumina a consciência cristã diante do problema do aborto. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1971, p. 4).

A Igreja Católica se posiciona totalmente contra o aborto. Por muitos anos, ela luta veementemente contra a prática desta interrupção, que é combatido desde o ano de 847, com a proclamação do Concílio de Mogúncia. Papa Pio IX condenou a interrupção de uma gravidez com a encíclica *Apostolicae Sedis Moderationi* (1869), assunto também do Concílio Vaticano II, pelos quais a Igreja firmemente condenou tal ação.

Esta conduta da Igreja é oposta à inquietude da sociedade, que almejava liberdade em todas as esferas da vida, inclusive a sexual. Não por acaso, essa foi a época em que ocorreu a revolução sexual, o culto ao amor livre, a disseminação das drogas, a liberdade ao sexo e a ampla utilização da pílula anticoncepcional e preservativos, junto à notoriedade do divórcio e a possibilidade ensaiada de relacionamentos abertos.

A contracultura também ganhou popularidade no Brasil, vinda de outros países. Os hippies, que despontaram nos Estados Unidos e Europa na década de 60, chegam ao país e ganham grande força na década de 70, mostrando um novo estilo de vida aos jovens brasileiros. Aqui acentuaram críticas ao modelo capitalista e elitista, em oposição aos valores morais da época.

A temática estava no auge das páginas da revista de junho de 1971, com o título "O denominado amor livre". A carta apresentava a angústia de um leitor com o pseudônimo "Um jovem idealista", que falava sobre o amor livre e se mostrava desconfortável e sem esperança de viver um casamento:

Entre meus colegas fala-se com muita facilidade do amor livre, como uma coisa boa e justificada. Atestam que o amor livre, é o caminho para se libertarem pouco a pouco, da moléstia do ciúme, porque então ninguém será obrigado a viver com ninguém. Pergunto: podemos ter ainda perspectivas otimistas em relação ao casamento, sua dignidade, fidelidade? Qual seria o caminho e a condição para reconduzir de desvios jovens que aceitam e pretendem viver estas ideias? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1971, p. 4).



A réplica de Padre Estevão Bettencourt assevera que o sexo livre não é amor. Ele cita as consequências como doenças, filhos e doenças psicológicas, e deixa claro que tudo isso começou com o marxismo e a evolução da mulher em trabalhar, aproveitando a ocasião para culpar os marxistas daquilo que se considerava como mazelas sociais:

E, para terminar, uma observação curiosa: Os grandes mentores do marxismo (Engels, Guesde, Bebel...) apregoaram o amor livre. Eis palavras de Engels: 'A emancipação da mulher tem como primeira condição a entrada de todo o sexo feminino na indústria pública. Essa condição exige a supressão da família individual como unidade econômica da sociedade'. Engels julgava que a família monogâmica era instituição da economia burguesa e, por isto, devia ser combatida em favor do amor livre. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1971, p. 5).

Padre Estevão menciona autores marxistas como Engels, Guesde e Bebel em seu artigo e relata que os meios de comunicação mostram o sexo como um instinto que não se pode controlar. O marxismo, para a Igreja, estava atrelado ao comunismo e socialismo, combatidos também nas páginas da revista. Vários artigos relatam o receio da Igreja sobre as pessoas aderirem a essa ideologia. A encíclica *Quadragesimo anno*, 1931, do Papa Pio XI, reitera a encíclica *Rerum Novarum*, 1891, do Papa Leão XIII, contra a disseminação do socialismo. Papa Pio XI chancelou uma segunda encíclica a *Divini Redemptoris*, em 1937, condenando o comunismo.

A autora Silvia Rabusky (2008, p. 60) destaca que “[a] Igreja Católica, em vários documentos publicados ao longo desse período, salientou seu desprezo pelo sistema comunista. Julgava ser este um sistema ateu e desumano, que tinha como intenção banir a religião do seio das famílias brasileiras.”

Padre Estevão Bettencourt conclui se posicionando fortemente contrário à prática do amor livre. Segundo o padre:

As consequências do amor livre são desastrosas, levando a comportamentos irracionais, porquanto ‘o coração tem razões que a própria razão desconhece’. A prostituição do amor leva ao desequilíbrio psíquico e sexual, leva à apatia mental com psicoses obsessivas. A recuperação do inconsciente erotizado constitui um problema quase insolúvel para a psiquiatria.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1971, p. 4).

Os resultados dos relacionamentos livres para a Igreja eram considerados trágicos, pois o cerne da religião está na família, que, por sua vez, é pautada nos

dogmas e valores cristãos. O envolvimento de jovens em relacionamentos sem direcionamento ao casamento mostra que a Igreja estava perdendo campo social. Essas mudanças na sociedade fizeram com que as igrejas, de modo geral, tentassem se moldar para a atualidade dialogando mais de perto com os problemas do seu tempo, mas sem perder de vista a orientação moral que deveria encaminhar as ações dos indivíduos. Nas páginas da revista *Família Cristã*, esses temas se repetiram com certa frequência para asseverar o comportamento que não se deveria copiar, ao mesmo tempo descortinando uma sociedade que estava em constantes transformações.

Em novembro de 1971, na carta publicada com o título “Posso tomar a pílula?”, a consulente “Mãe de família preocupada”, casada, mãe de três filhos, toma pílula prescrita pelo médico, mas se sente mal ao ir à Igreja comungar:

Faz quatro anos e meio que sou casada. Tenho três filhos e receio ficar grávida de novo, pois sou muito irregular em meus ciclos. Disseram-me que podia evitar filhos como quisesse, então comecei a tomar pílulas que o médico me receitou. Mas, quando vou comungar penso que estou ofendendo a Cristo. Que devo fazer? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1971, p. 4).

A resposta de Padre Estevão Bettencourt inicia com a *Encíclica Humanae Vitae*, 1968, do Papa Paulo VI, para a qual a pílula contraria a natureza humana e, conseqüentemente, a lei de Deus, e relata dois processos de controle de natalidade que a Igreja aprovava: a medição de temperatura e a tabela. A pílula só era aceita como remédio, mas não como meio de evitar a contracepção:

A pílula como mero esterilizante ou meio anticoncepcional é moralmente ilícita, pois contraria à natureza do amor humano e, por conseguinte, à lei de Deus. Sim, o amor humano é, por si, unitivo (une os cônjuges) e fecundo. Se, pois, alguém subtrai ao amor a possibilidade de ser fecundo, mutila-o e desfigura-o. Há, sem dúvidas, certas fases em que a própria natureza humana é estéril; os cônjuges que então exerce sobre o funcionamento geral do organismo. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1971, p. 5).

A pílula anticoncepcional já estava liberada para comercialização no país desde a década de 60, não somente aqui no Brasil, como nas Américas. Estudos apontados por Joana Maria Pedro (2003) indicam que nesta época havia altos índices de natalidade, portanto, o uso da pílula se justificava para o controle de nascimento das gerações. Este movimento sobre a pílula deflagra mudanças no

povo, pois, existiam mulheres que faziam parte do movimento feminino católico ao mesmo tempo faziam uso da pílula, portanto, uma relação de ambiguidade por não terem aprovação da Igreja:

Esta geração, principalmente as mulheres nascidas nos anos 50, não prestou mais a mínima atenção às ordens papais, e mesmo assim as mulheres continuaram a considerar-se “boas católicas”. Elas encontraram, em pronunciamentos do próprio clero, argumentos para se considerarem livres e seguirem novos métodos contraceptivos. (PEDRO, 2003, p. 252).

As mulheres demonstravam ter atitudes sociais emancipadoras, contraditoriamente aos seus entendimentos religiosos vindos da palavra da Igreja. Algumas cartas foram publicadas nesse contexto pela revista. As confissões de mulheres que queriam escolher quando ter filhos, mas se sentiam cerceadas pela imposição da Igreja em não fazer uso de contraceptivos.

As mulheres se intitulavam católicas, mas não seguiam todas as normas e preceitos da religião, de modo que existia um afastamento dos fiéis com imposições rígidas da Igreja, diferentemente das mulheres das décadas de 1920 e 1930, que expunham suas intimidades nos confessionários e eram censuradas e constrangida a obedecer às leis naturais de Deus, “mas pude verificar que várias mulheres da ‘geração 20-30’, quando iniciaram sua vida reprodutiva, preocuparam-se com a inquirição do confessor sobre os métodos.” (PEDRO, 2003, p. 252). Existia uma pressão da Igreja sobre a mulher com relação ao assunto, porque “o discurso autoritário exige nosso reconhecimento incondicional e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras.” (BAKHTIN, 1998, p. 144).

Para as mulheres das décadas de 1920 e 1930, a Igreja adotou um discurso mais autoritário. Com o passar dos tempos e das mudanças ideológicas e sociais, a Igreja mudou sua conduta com discursos persuasivos, buscando orientar o novo comportamento das mulheres, das décadas de 1960 e 1970, com pretensões de moldar as condutas sociais para condutas chanceladas pelos preceitos religiosos.

Em janeiro de 1974, a carta publicada é de um leitor com o pseudônimo “Consciência culpada”; nela, o leitor relata a traição à esposa com uma mulher casada. Ele, católico ativo na Igreja, distanciou-se da religião. Ao final de sua carta, reitera que se sente incompleto sem a amante:

Sou casado e tenho filhos. Há algum tempo fiz cursilho e comecei a ser um cristão ativo. Mas aos poucos fui me afastando, pois deixei-me seduzir por uma mulher, também ela casada e com filhos. Nós nos víamos sempre que possível. Neste tempo minha fé diminuiu sensivelmente. Sentia-me como Judas atraindo Cristo. Não me animava a deixá-la, pois parecia-me tratar-se de um amor puro, desinteressado. Por diversas vezes fiz menção de terminar tudo, mas ela dizia-me ser impossível viver sem mim. Fui inventando desculpas e me afastando gradativamente. Mas ela vive ainda dentro de mim. Estou entre a cruz e a espada... a espada de Cristo, que ele me deu para levar no meu meio social e a sua mensagem. Porém faltam-me as forças. Gostaria de voltar a sentir a alegria de levar o evangelho aos outros, mas interiormente sinto-me fraco. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1974, p. 48).

A colunista Maria Flora S. e Breia responde sobre a realidade do consulente, que deve pensar em tantas pessoas envolvidas nessa situação que poderiam se machucar, então pede para ele tentar reconquistar a esposa e esquecer a amante:

Pense, reflita, analise, e crie coragem para fazer o que sabe e o que deve fazer. Amor real, forma um trinômio inseparável com respeito e confiança. Olhe que tudo isso não pode ser dado nem recebido em porções parciais. Sentimentalismo, atrações romanescas, sem alicerces, não resistem ao tempo, nem as provas. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1974, p. 49).

Esta carta apresenta uma resposta mais moderada, sem julgamentos incisivos, e sugere uma empatia com o sofrimento do consulente. As publicações demonstram um acolhimento aos fiéis por parte da Igreja, proporcionando esse olhar individualizado e o diálogo com o leigo. Segundo Miranda (2006, p. 234), “[a]o entrar em diálogo com seu interlocutor a Igreja não apenas fala, mas também escuta, aprende, se repensa, se questiona, se modifica, se atualiza”. A Igreja se adequou às demandas da sociedade, dado que as outras religiões estavam ganhando mais adeptos e aumentando seu espaço no campo. Em comum acordo, a sociedade também não rechaçava o marido infiel. Naquela época, a traição do marido era algo a ser encoberto e perdoado por suas esposas. Segundo Pinsky,

Para os homens, a situação era outra. Se o marido infiel mantivesse minimamente as aparências e continuasse provendo sua família com bens materiais, as esposas não deveriam se queixar. Afinal, a infidelidade masculina justificava-se pelo temperamento poligâmico dos homens. [...] A esposa teria de fazer tudo o que estivesse a seu alcance para sobrepujá-la, de preferência sem enfrentamento diretos e sim mostrando ao marido que ela, como boa esposa, poderia ser melhor companheira que a outra. (PINSKY, 1997, p. 643).

A sociedade dos anos de 1970 caminhava para alguns avanços de lutas das mulheres; em contrapartida, alguns ranços de valores morais ainda estavam arraigados como uma sociedade que tem a esposa como sua posse.

Em junho de 1975, a seção de cartas deu espaço para um tema muito propagado: “o divórcio”. O consultante Marco Ribeiro questionou a editora:

Há diferença, quanto a indissolubilidade do vínculo, entre casamento religioso e casamento civil? O casamento religioso poderia ficar indissolúvel, enquanto se concederia o divórcio para o casamento civil? Pode a Igreja anular o casamento religioso? Em caso positivo, em que circunstâncias ela o faria? O projeto do Senador Nelson Carneiro não é de anular o casamento, mas de legitimar uma união que já se concretizou pelo concubinato. A alternativa se dá entre desquite e divórcio, e não entre casamento e divórcio. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1975, p. 8).

Padre Estevão Bettencourt afirma que o casamento civil e religioso são dois atributos para o mesmo contrato. Ele assevera que o casamento é monogâmico e indissolúvel, pois o amor é único, doador e indivisível. Em seguida, ele escreve que, ao assumir um divórcio, o casal pode entrar em novo casamento e mesmo assim não obter a felicidade desejada. O resultado seria somente a multiplicação dos males. Para a Igreja, a derrocada da sociedade seria o divórcio legalizado: “O senador Nelson Carneiro não fala explicitamente do divórcio. Mas os seus projetos sempre procuraram, de maneira velada, atingir a dissolução do casamento”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1975, p. 11).

Bettencourt continua e defende que o governo deveria dar condições para se ter mais casamentos e consolidar as famílias ao invés de dissolver os casamentos por meio do divórcio: “Por sua vez, a Igreja se sente impelida a desenvolver intensa ação pastoral junto aos jovens e aos casais, a fim de que assuma com visão lúcida e responsável o casamento e a família”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1975, p. 11).

Pinsky afirma que, para a sociedade,

O divórcio, considerado por muitos um veneno para a estabilidade social por enfraquecer a instituição familiar ou servir como porta de entrada para o amor livre, só passou a fazer parte das leis brasileiras na década de setenta. Os argumentos, alardeados pela imprensa feminina, que pareciam sensibilizar mais as mulheres contra a separação conjugal – para além dos apelos religiosos e dos favoráveis à manutenção da ordem social – eram os que acenavam com a solidão, o desamparo moral e o inevitável sofrimento dos filhos. (PINSKY, 1997, p. 637).

As revistas femininas colocavam objeções sobre a mulher separada na sociedade, enfatizando que a mesma não teria amparo ou qualquer tipo de apoio e revelando resquícios de uma sociedade moldada para homens, na qual a mulher deveria ser eternamente dependente de seu marido.

De acordo com Almeida (2008, p. 181), “[a] partir daí o divórcio tornou-se uma questão altamente contenciosa que exigiu o contracheque rigoroso da Igreja Católica em todo o Brasil”. Esse ataque foi amplamente divulgado pela imprensa católica, como forma de lamentar pela família, pela sociedade, os precedentes que estavam abrindo ao se atentar contra a família. “Portanto, qualquer tentativa de incorporar o divórcio na legislação civil brasileira era firmemente rechaçada mediante a invocação de argumentos intimamente relacionados à ideia de família como instituição pertencente à ‘uma ordem sagrada’”. (ALMEIDA, 2008, p. 183).

A família é tida como ponto fulcral para todas as soluções políticas e religiosas. A esposa, como influenciadora de seu lar, é agente da religião e o lar como um celeiro de concepções e futuras transformações políticas. Segundo Almeida (2008), a modernidade tem, em si, a pura questão do individual, da satisfação de seus interesses, e o divórcio é um deles: “Em plena campanha antidivorcista, a imprensa católica mobiliza e difunde estereótipos ligados à definição de papéis sexuais, segundo os quais a tarefa primordial da mulher é cuidar do lar e dos filhos”. (ALMEIDA, 2008, p. 191).

Em abril de 1977, a carta do mês tem o título “Assunto é bebê de proveta”, e a consulente Eliete queria esclarecimento sobre a fecundação artificial. “Os jornais, as revistas e a TV estão enfocando o assunto de BEBÊ-PROVETA, ou seja, a fecundação artificial. Muita gente anda confusa e respeito. Gostaria de ter um esclarecimento através de FAMÍLIA CRISTÃ.” (FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1977, p.43, caixa alta no original).

O retorno parte de Padre Bettencourt, que afirma que a moral cristã condena a prática por casais católicos, pois vai contra a natureza do ser humano e a natureza de Deus. Segundo Padre Estevão,

A inseminação artificial fora do matrimônio faz com que uma criança nasça sem família ou de mãe solteira- o que é nocivo tanto à criança como à sociedade; a inseminação artificial dentro do matrimônio pode ser praticada ou por intervenção de um terceiro (doador geralmente anônimo e desconhecido), ou por doação artificial do próprio esposo. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1977, p. 43-45).

A explanação mostra que um terceiro doador caracteriza a fertilização como adultério, visto que seria material reprodutivo de outro homem. E mesmo sendo material do marido, a inseminação vai contra a moral da Igreja. Além disso, ele apresenta situações dos Estados Unidos e da Europa sobre casamentos desfeitos, filhos renegados pelo pai e tentativas de aborto, que foram ocasionados pela presença de uma terceira pessoa na concepção de uma criança de proveta.

Há uma vertente na Igreja que rechaça, por princípio, tudo o que é diferente às concepções religiosas. A concepção de uma criança que não pelos métodos naturais é rechaçada, como acusa a resposta de Padre Estevão Bettencourt.

A carta de julho de 1979 traz grandes tensões, porque o consulente com pseudônimo “Minha vida é assim” relata seu sofrimento desde criança, porque sentia atração por pessoas do mesmo sexo. O consulente assume a homossexualidade, porém pede ajuda, pois sente tristeza e angústia por ser assim. Ele conta a raiva que tem de seus sentimentos e pede ajuda, pois já pensou várias vezes em suicídio:

Desde que me lembro, eu já sentia atração pelo mesmo sexo. Sofria muito por isso e não queria fazer estas coisas... Não sei quem irá ler esta minha carta. Mas seja quem for... que me ajude em meus problemas, conflitos internos, momentos de angústia, depressão, tristeza, revolta com a vida. Por gentileza, aceita que eu use o pseudônimo “Minha vida é assim”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1979, p. 43).

Padre Marcio Fabri dos Anjos expõe que esse problema do consulente é individual e não permite aos leitores se identificarem com o exposto. Entretanto, pede acolhimento e compreensão de todos. O sacerdote é enfático ao afirmar que compreende profundamente o sofrimento do leitor. O padre também disserta sobre o sofrimento da pessoa homossexual que tenta levar uma vida dentro dos padrões sociais:

Não há dúvida de que a oração é importante para solucionar todo e qualquer problema. Mas ela não ser o único meio. Deus mesmo deseja que nos ajudemos com os meios que estão ao nosso alcance. Por isso, ficamos contentes ao perceber, a procura que essa pessoa faz de um psicólogo que possa orientar. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1979, p. 43).

Ao complementar sua resposta, padre Marcio reitera que o consulente tem um problema e não um pecado, por isso deve continuar na Igreja, comungando, mas faz uma ressalva: caso a comunidade se escandalize por conta de ser um fiel ativo

na Igreja tendo problemas, é melhor deixar de comungar, como um ato de caridade ao próximo.

A homossexualidade é um tema que ainda não tinha alcançado as páginas da revista *Família Cristã*, mas era tema presente em outros impressos e na sociedade.

Em 1978, surgiu um jornal homossexual, publicado pela imprensa alternativa, de nome *Lampião da esquina*, que teve circulação por três anos, que apresentava seção de cartas, entrevistas e seção cultural. Esse impresso tinha o objetivo de fazer emergir vários grupos marginalizados pela sociedade, como mulheres, negros, entre outros grupos.

A sociedade estava em constante transformações, atos sociais estavam provocando a substituições de valores, e a Igreja combatendo a eclosão destas concepções no meio católico. Um ano depois, em 1979, o país vivenciou o I Encontro nacional da comunidade gay, no Rio de Janeiro.

Em junho de 1981, a leitora Marilene, de São Paulo, relata quem refletindo com seu grupo eclesial de base, acredita que a pornografia e a permissividade sexual se tornaram contagiosos pecados sociais:

Refletindo com meu grupo, na Comunidade Eclesial de Base, a que pertenço, consideramos que a onda pornográfica e a permissividade sexual que estamos presenciando são um contagioso pecado social. Resolvemos, portanto, levar este problema à Família Cristã, por saber que ela é adotada pela Igreja e pelas CEB's, a fim de que esta revista tome uma posição diante desta realidade. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1981, p. 50).

A resposta é escrita pelo Dr. Roque Theophilo, psicólogo e sociólogo, que afirma que as pessoas “já não se conseguem facilmente distinguir o certo do errado, o verdadeiro do falso; num período de tão grandes transformações, reavaliações e questionamento de valores”. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1981, p. 50). A pornografia ganha força através de impressos, imagens e objetos, ganhando um nicho de pessoas que compram esse tipo de produção.

Dr. Roque denuncia a pornografia contra os bons costumes e valores familiares, e garante que estudos revelam que a pornografia incentiva o incesto. Ele alerta tal fato para que não se torne algo normal:

[...] Até o incesto é por ela estimulado, pois que seus falsos personagens aparecem como sendo portadores de conflitos emocionais. Ora, diante disso, pelo menos no plano consciente, o consumidor tende a aceitar, sem



grandes dificuldades, o incesto, uma vez que, a pornografia apresenta-o sem consequências maiores. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1981, p. 51).

A Igreja condena esta imoralidade que permeia as famílias. Sua metodologia é abrir para discussão assuntos que por anos foram censurados, mas que estavam entre as pessoas. Por intermédio de impressos, dos grupos *eclesiais* de bases, a Igreja objetivava um esclarecimento à população.

No mês de fevereiro de 1982, na carta publicada com o título “Casamento: não a rotina”, a leitora de pseudônimo “Cristã Confusa”, de São Paulo, pergunta se o casal pode ir a motel e assistir a filmes eróticos, e critica a Igreja que não dá enfoque à castidade como se dava antigamente:

Gostaria de obter de FC alguns esclarecimentos que as publicações cristãs normalmente não oferecem. Pergunto pois: marido e mulher podem para ‘quebrar a rotina’, ir a um motel? Em busca de motivação, podem recorrer a leituras e filmes eróticos? Pergunto, ainda, por que hoje não se dá enfoque prioritário aos pecados contra a castidade como há tempos atrás? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1982, p. 50).

A resposta é apresentada por Joreny Nasser, psicóloga e colunista da revista, que responde sobre a consciência de cada indivíduo e afirma que é difícil colocar como permitido ou proibido. Ela afirma que, “[d]e maneira geral, podemos dizer que tudo aquilo que, sem degradar a dignidade humana, venha favorecer um encontro mais completo e mais prazeroso do casal é legítimo. Tudo aquilo que não violenta a natureza e não a desvia de seus fins é igualmente legítimo”. Também ressalta que é o amor que salva o casamento, e não os recursos utilizados. Sobre o outro questionamento da leitora, acerca da castidade, Joreny Nasser assim se coloca:

Apresentaremos apenas uma pista dizendo que o motivo de hoje não se dar mais enfoque prioritário aos pecados contra a castidade deve-se ao fato de uma visão mais aberta e positiva da sexualidade. A fobia do sexo e o medo do corpo é que geraram essa distorção, ou seja, esse enfoque prioritário. O pecado contra a castidade era visto como o mais grave, o mais sujo e o mais feio de todos os pecados. Ora, sabemos que o pecado contra a castidade, frequentemente, é muito mais o resultado da fragilidade humana do que de malícia, fruto de uma visão negativa e fechada de sexualidade. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, fev. 1982, p. 51).

Nasser apresenta uma visão mais aberta em relação às questões sexuais. O progresso da Igreja fez com que surgissem outros temas para o diálogo, além das mudanças nos comportamentos sociais e respostas amigáveis por parte da

instituição. Na seção de cartas de abril de 1987 havia várias cartas publicadas, mas nos chamou a atenção a de título “Concorrente do marido”, na qual a consulente A.G.M, do Rio de Janeiro, relata sobre os tolhimentos do marido com relação ao seu crescimento profissional. Ela destaca que as promessas antes do nascimento dos filhos eram que ela poderia estudar e se colocar no mercado profissional. Porém, sempre que ela conseguia um cargo qualificado, o marido, de forma incisiva, mostrava que ela não precisava trabalhar. No final, ela reitera que, “[q]uando almejo ser alguém, quando começo a levantar-me, sou totalmente podada pelo meu marido”.

A resposta de Joreny Nasser leva a consulente a analisar que seu marido foi educado de forma machista e que não quis realmente que a mulher conseguisse uma posição profissional na sociedade, além de fazer com que a leitora observe que fez muitas concessões ao marido, não discutindo seus objetivos de vida:

Já era o tempo em que o marido, como dono de mulher e filhos, decidia e eles o acompanhavam sem nenhum direito de opinião. Se o seu marido tem esse comportamento, você deve lutar por uma mudança de situação; precisa conquistar seu espaço de companheira e participante de todas as decisões que envolvam sua família. Isso é direito seu. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1987, p. 45).

A leitora é levada a ser firme em suas decisões, sempre pensando em ter o marido como aliado em todas as suas conquistas.

Esse posicionamento da editora demonstra transformações significativas da mulher no espaço social e a abertura da Igreja para essa compreensão. As primeiras cartas publicadas mostravam valores relacionados à mulher que era a dona de casa, responsável pela sua família, para quem o trabalho e sustento era obrigação masculina. As mulheres burguesas não eram incentivadas a trabalhar profissionalmente. Já as mulheres de classe baixa trabalhavam nas casas das famílias de elite, muitas vezes renegando esse papel da mulher colocado pela sociedade, para garantir e auxiliar o sustento da família.

Podemos perceber uma mudança significativa em relação ao discurso de orientação da mulher veiculado pela revista na década de 1960. Em agosto de 1962, a consulente Rosemary questiona “Será possível que estes benditos homens devam ser servidos e adorados?”, e conta que o marido cobra que ela esteja sempre as suas ordens.

O diretor começa falando da importância da mulher cuidar do lar e cuidar-se fisicamente para o marido, porque deve estar bonita na própria casa e não fora dela. Ele reitera que a modernidade ocasionou mulheres e maridos fora de casa, que vão trabalhar e voltam somente para dormir, tendo a casa como estalagem, mas ele defende que são precisos a atenção e o carinho com o próximo. Nas palavras dele: [...] nos desígnios de Deus, a mulher deve aparecer mais bonita na própria casa do que fora dela. Esqueceu-se dessa regra o mundo e, julgando-se sábio, tornou-se estulto e fátuo.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, ago. 1962, p. 3).

As cartas apresentam posicionamentos diferentes da editora e deixam claro como os movimentos da sociedade acabaram por interferir no posicionamento da Igreja em relação a alguns temas, obrigando-a a revisar questões relacionadas à vida social da mulher e a luta por maior igualdade e respeito. A carta de 1962 revela uma sociedade ainda muito patriarcal<sup>48</sup>, em que o homem é o responsável pela família, além de ser autoridade sobre sua esposa e seus filhos.

O machismo é visto como uma coerção aos anseios femininos na busca por igualdade de gênero. Tão arraigado na sociedade, ele vai perdendo sua legitimação à medida que as mulheres alcançam os papéis de destaque sociedade. Passados algumas décadas, podemos perceber a mudança de paradigma, porque as mulheres sendo incentivadas a buscar qualificação profissional, recolocação no mercado de trabalho e, principalmente, seu lugar no ambiente social.

### 3.5 EDUCAÇÃO FORMAL

O penúltimo eixo de análise desta pesquisa – Educação Formal – trata de questões sobre a Natureza e a Ciência, relacionadas a conteúdos formais aplicados nas salas de aula. Na primeira carta publicada, em junho de 1962, intitulada como “A teoria ateísta de Darwin”, o leitor Pedro pergunta sobre a teoria de Darwin. “Sr. Diretor o que pensar da teoria de Darwin?” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1962, p. 3). O leitor é respondido com um pequeno artigo do autor Luís Rodrigues, que declara que homens não são produtos de transformações sucessivas, contrariando, assim, a teoria do naturalista britânico:

---

<sup>48</sup>Patriarcal do entendimento que a bíblia afirma que “o marido é o cabeça da mulher...assim como a Igreja é sujeita a Cristo, da mesma forma o sejam também as mulheres em tudo aos seus maridos’ (EFÉSIOS, 5.23-24)” (MESQUIDA, 2017, p.102-103).

A verdade cedo ou tarde vem a lume. Não obstante o esforço que se faz para cotejar o homem com o antropoide, um nada tem de semelhante ao outro. Senão, vejamos: o homem é racional, tem inteligência e possui uma alma imortal, o mono, pelo contrário, é irracional, só tem instinto e não tem alma ou será que Darwin soprou-lhe alguma?!... Ainda mais: o homem é bípede, o macaco é quadrúmano. Aquela fala, este não tem sequer cordas vocais, é um bruto... Onde está a semelhança entre um e outro? Fala-nos ainda a Bíblia que as plantas e todos os animais viventes sobre a terra (aves, peixes, répteis e quadrúpedes) foram criados cada um segundo a sua espécie, donde se deduz que os seres atuais e principalmente o homem não são produto de transformações sucessivas (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jun. 1962, p. 3).

O artigo não deixa margem para o leitor titubear e acreditar na ciência. Rodrigues coloca seu artigo embasado em passagens bíblicas e, com isso, testifica a religião como única detentora do saber.

Em setembro de 1969, a revista publicou a carta “A hibernação”, trazendo a pergunta de Valter sobre a técnica de congelar o corpo para conservar a vida do homem: “Sr. Diretor, ouvi falar que estão sendo realizadas experiências para conservar a vida do homem por muitos anos no gelo. Gostaria de saber algo sobre isso e o que pensa a moral cristã desse congelamento.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1969, p. 4).

Quem o responde é Bernhard Häering, que explana sobre a reanimação do corpo, como também acontece nos hospitais; ele acredita que assim será a hibernação, mas que a medicina não tem poder de chamar vida aos mortos. Entretanto, discorda em um ponto:

Julgo, pelo contrário, negativamente a hibernação de uma pessoa sã, com a finalidade de reanimá-la depois de muitos anos, dado que o êxito não é seguro e os riscos para sua normalidade psíquica são grandes. Mesmo abstraindo desse risco, absolutamente desproporcionado com a vida e a saúde – o que é suficiente para declarar ilícitas experiências arbitrárias – é preciso ponderar que, devido à rápida mudança das atuais condições de vida, o despertar após longos anos poderia ocasionar neuroses e psicoses de todo o gênero. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1969, p. 4).

Em abril de 1973, Eliane questiona sobre o congelamento do corpo ser lícito após constatada a morte. “Li na revista ‘O Cruzeiro’ que uma menina morreu e foi congelada. Qual é a opinião da Igreja a esse respeito? Ela manda enterrar os mortos, não é verdade? Acha que o congelamento pode ressuscitar alguém? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1973, p. 5).

Padre Estevão responde que a medicina tem recorrido à 'crioterapia', e a Igreja não se opõe a essa modalidade, visto que os médicos estão somente deferindo no momento de morte. "Ademais, o congelamento dos organismos ainda hoje não teve resultados comprovados. Baseia-se em hipóteses um tanto fantasistas e imaginosas, cujos frutos são ainda muito incertos." (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1973, p. 5).

Naquele momento, a medicina estava em crescente evolução e uma nova visão de mundo e suas possibilidades na atuação médica vinham despontando no campo científico, chegando à sociedade e, conseqüentemente, desestabilizando a legitimidade da Igreja como única detentora da verdade, que se apoia na fé e na moral.

Em abril de 1976, a consulente Lucinda Maria Toresan pede esclarecimento sobre a origem do ser humano, uma vez que na escola o professor falou sobre uma única célula que foi evoluindo:

Nosso professor falou sobre a origem do homem e do mundo, deixando-nos confusas. Disse que tudo teria surgido de uma única célula criada por Deus. Podemos aceitar o evolucionismo, considerando Adão e Eva apenas como símbolos ou devemos acreditar no que a Bíblia afirma? Existem provas do que o homem atinge cada vez mais a perfeição. Ele atinge aqui ou só depois da morte? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1976, p. 28).

A resposta de Padre Estevão Bettencourt é para que a consulente acredite sempre no que a Bíblia mostra, mas com discernimento, pois ela apresenta muitos gêneros e pode ser interpretada de forma errônea. Bettencourt recupera a história da Adão e Eva, os primeiros homens na Terra e assevera que a evolução humana se estabilizou: "A evolução da espécie humana parece ter se estabilizado. O tipo humano fisicamente parece não evolui mais, pois se especializou para o seu gênero de vida". (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, abr. 1976, p. 28). O padre termina mostrando que mesmo com tanta evolução humana os sentimentos são primitivos, sentimentos maus, de ódio, de cobiça e violência.

Ao publicar a encíclica *Humani Generis*, em 1950, o Papa Pio XII defende o monogenismo, ou seja, todos os seres humanos descendem de um único casal, Adão e Eva, historiados na Bíblia. Muitas discussões sobre o assunto, que envolvem outros posicionamentos da Igreja, foram feitas, até mesmo dando margem à

interpretação metafórico da Bíblia, por meio da constituição dogmática do *Dei Verbum*.

Em outubro de 1969 e em novembro de 1978, a revista apresenta, curiosamente, o assunto sobre esportes perigosos, por se tratar de uma modalidade que necessita de um ensino, de um tutor, ficou classificada no eixo da educação formal. A primeira carta de novembro de 1969, a pergunta é sobre os esportes perigosos como pugilato, motociclismo e automobilismo. “Sr. Diretor, como se devem julgar as competições esportivas: automobilismo, pugilato, motociclismo, que envolvem grave perigo para a vida humana?” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, out. 1969, p. 14).

A segunda carta de novembro de 1978, da consulente Maria de Souza de São Paulo, questiona sobre os jogos perigosos, que colocam em risco a vida humana, como, no caso, boxe, judô e automobilismo:

Sempre considerei o esporte como algo saudável. Mas hoje em dia, vêm se desenvolvendo certos tipos de esportes que me parecem ofensivos à vida, pela sua violência: por exemplo, o Automobilismo e o Boxe. Pergunto, então, até que ponto é lícito praticar e incentivar estes esportes? E o judô se enquadra entre os jogos perigosos? Qual a posição da Igreja Católica sobre isto? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1978, p. 43).

Na primeira reposta, o diretor chancela as palavras do Papa Pio XII:

O desporto e o esporte têm como fim próximo, educar, desenvolver e fortificar o corpo, do ponto de vista estético e dinâmico, como fim mais remoto, a utilização, por parte da alma, do corpo assim preparado, para o desenvolvimento da vida interior e exterior da pessoa, como fim mais próximo, contribuir para a sua perfeição [...]. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, out. 1969, p. 14).

Na resposta à segunda carta, Padre Estevão Bettencourt cita o Papa Pio XII e admite suas palavras ao falar que: “O cristão procurará ser bom atleta do corpo, para tornar-se mais plenamente personalidade disciplinada e imbuída de espírito comunitário.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov.1978, p. 44).

Padre Estevão também critica atividades físicas que colocam em risco a integridade da pessoa, e finaliza defendendo a ideia de que o esporte deve ser fonte de grandeza interior ou espiritual do atleta:

Concluindo, o esporte, em geral, deve ser fator estimulante de grandeza interior ou espiritual do atleta e jamais o contrário. É somente na perspectiva da educação da personalidade do esportista que ele pode ser entendido. Se alguma modalidade de esporte, na prática concreta, contraria a estes objetivos, deve ser posta de lado. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, nov. 1978, p. 44).

Para a Igreja Católica, o pecado está no risco de vida que o indivíduo se coloca ao praticar um esporte perigoso, como consta no V mandamento do Decálogo: “Não matarás” e nem atentará contra ti, salvaguardando sua própria vida.

Este eixo apresentou o menor número de cartas, pois, ao que parece, o intuito da revista é destacar temas como as relações sociais, familiares e matrimoniais, relacionados ao trato com pessoas e à conexão com o outro.

O diretor da seção, além de expor sua opinião aos leitores por meio da seção de cartas, teve o cuidado de trazer artigos quando não se sentia apto a responder, isto é, chancelava suas ideias por meio de indicações de livros sobre o tema, muitas vezes publicados pela própria editora.

O que esse eixo revela é que educação formal não era alvo da Igreja naquele período. A educação formal do período da ditadura era voltada ao tecnicismo, com o objetivo de formar o educando para o mercado de trabalho, ou seja, era uma educação que visava a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho. Além disso, a censura contribuía para que todo material cultural fosse segundo os moldes do governo.

### 3.6 ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA

A orientação psicológica visou a apreender cartas que relatassem problemas emocionais, alcoolismo, situações em que o indivíduo necessita de uma ajuda profissional psicológica, além de apresentar conselhos fomentados pela revista aos leitores.

Em março de 1966, foi publicada a primeira carta deste eixo, com o título “Álcool praga da humanidade”, através da qual a “Leitora assídua” pede para colocar artigo sobre alcoolismo, que está afetando o marido e a família:

Sr. Diretor, meu marido, que por bastante tempo foi bom, econômico, interesseiro, ultimamente começou a reunir-se nos bares com os amigos, os piores elementos da cidade, gastando, bebendo até tarde, esquecendo-se dos filhos e do lar. Tudo o que ganha gasta; nesses momentos ele não

pensa em nada. Em casa quase chega a falar o necessário, se não fossem os meus esforços. Peço-lhe que publique alguma coisa contra o abuso de bebidas pois sei que meu marido lerá, todos os meses lemos e relemos a revista. Quem sabe lendo melhorará um pouco... (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1966, p. 3).

O diretor coloca tópicos como ação patológica, psicoses alcóolicas e questões sociais e aspecto moral para reflexão, além de indicar um livro sobre alcoolismo de Henri Duchaêne:

Foi calculado (Grehant) que 15% da quantidade de álcool ingerido, se eliminar através dos rins, da pele, dos pulmões, e o restante 85% ficam no organismo para serem queimados. Todos os órgãos do corpo são mais ou menos prejudicados pelo alcoolismo crônico, especialmente o fígado, o coração, o estômago, o sistema nervoso. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1966, p. 3).

Ele continua:

O alcoolismo crônico que se verifica na maioria dos beberrões inveterados, (sic) manifesta-se com o progressivo enfraquecimento das atividades psíquicas e desemboca fatalmente, quando o hábito não é corrigido em tempo, num estado de demência. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1966, p. 3).

Ao final, relata os problemas sociais que o alcoolismo produz:

A multiplicidade e gravidade das consequências do alcoolismo que não ameaça apenas o alcoólatra, mas incidem notavelmente também no ambiente e se projetam na descendência, preocuparam e continuam a preocupar os governos, que, como já dissemos, estudam meios para prevenir e reprimir esta verdadeira praga da humanidade. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1966, p. 3).

Para finalizar a resposta, o diretor trata do aspecto moral e diz que

O ato de embriagar-se constitui por si um pecado, que tem por efeito privar do uso da razão. Além disso, pelo abuso de bebidas alcóolicas, o homem pode cometer outros pecados, por exemplo, prejudicando a saúde corporal. [...] O alcoólatra degrada-se a si mesmo, nivelando-se (embora por tempo limitado) com os irracionais. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, mar. 1966, p. 4).

Em janeiro de 1972, foi publicada a carta de uma filha que pedia orientação para consolar a mãe e ajudar o pai com o alcoolismo:

Sr. Diretor, sou uma jovem de 19 anos. Minha mãe é uma santa. Meu pai, ah! Eu me envergonho dele. É um viciado alcoólatra. Nunca ouvi dele uma palavra boa, nunca vi um bom exemplo para poder formar-me uma personalidade com bases sólidas. Minha vida é um contínuo tormento e a de minha mãe é pior que uma tortura. Ainda ontem eu estava na sala



escutando com minhas colegas quando ele chegou cambaleando, falando coisas extravagantes. Senti-me destruída, infeliz, minorizada ante minhas colegas que se entreolhavam espantadas. Dando algumas desculpas, deixaram minha casa logo em seguida. Minha mãe sofre muito. É uma heroína. Frequentemente ela me pergunta o que poderia fazer para ajudá-lo. Sr. Diretor, peço-lhe que console minha mãe, que a ajude a ser forte, pois a saúde dela também está abalada. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1972, p. 4).

A resposta é um artigo do Dr. Jorge Vallés, do Texas. O texano aborda a importância da esposa e da família em ajudar um alcoólatra:

Voltamos a insistir num ponto básico: o alcoólatra precisa estar disposto a aceitar ajuda para compreender a si próprio, a fim de poder solucionar seu problema. Você esposa, precisa estar igualmente disposta a procurar e aceitar tal ajuda, primeiramente para entender o problema e, em segundo lugar, para colaborar positivamente na sua solução. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1972, p. 5).

Ele finaliza requerendo uma empatia e ajuda da esposa para o convívio com o alcoólatra em recuperação, porque “encorajamento, paciência e elogios são instrumentos mais eficazes à disposição da esposa de um alcoólatra.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jan. 1972, p. 9).

Em outra carta, de setembro de 1984, “Loira triste”, de Goiás, pergunta sobre o que fazer com um alcoólatra:

Problemas sempre existem, em qualquer lar, mas como o de aguentar um alcoólatra, é demais. Desde que me casei, essa cruz me acompanha. Meu marido não é um bêbado, mas é pior que isso. Se ele bebesse bastante, tomasse um ‘porre’, cairia e ficaria quieto. Acontece que ele bebe um pouco e já fica nervoso, agressivo, não mede palavras para ofender a mim e aos meus filhos. Quando ele está sóbrio, é um homem excelente. Trabalha com interesse, frequenta a igreja, fica ao lado dos filhos, é bondoso, amoroso, amigo e companheiro. É incrível como a bebida pode mudar tanto um homem. Num período curto, consegui que ele deixasse a bebida. Agora, porém voltou a beber. Tentei ajudá-lo de todas as maneiras, mas foi tudo em vão. A vida em minha casa é um verdadeiro ‘inferno’. Sinto pelos meus filhos, que só veem um ambiente frio, sem diálogo e de revolta. Ajude-me por favor. Já tentei tudo o que estava em meu alcance. Estou desesperada, não quero me separar de meu marido unicamente por causa da bebida. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1984, p. 52).

A resposta é da doutora Alexina J. Medeiros, médica que comentou o sofrimento de ter uma pessoa alcoólatra e como os grupo de Alcoólicos Anônimos (A.A.) auxiliam com tratamentos psicológicos. Ela orienta sobre o comportamento da esposa em relação ao marido alcoólatra:

Bem, loira triste, reclamar e xingar quando o marido está alcoolizado não resolve nada. O importante para você no seu caso, é saber as causas que o levam a procurar a bebida. E por isso poderá ser feito quando ele estiver sóbrio, através de uma conversa aberta com ele, sem culpá-lo, valorizando seu lado positivo e exaltando as qualidades que ele tem e que você tão bem descreveu em sua carta. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1984, p. 52).

As três cartas citam o sofrimento da família em ter um parente alcoólatra e as respostas se adequam ao encaminhamento de tratamento com psicólogos e pessoas especializadas, como o grupo A.A. As famílias com pessoas alcoólatras sofrem emocionalmente, pois o alcoólatra, além de atingir o próprio corpo, pode repercutir socialmente, ao prejudicar ou atentar contra a vida de outras pessoas. A pessoa alcoólatra perde o controle de seu corpo biológica e psiquicamente.

As cartas pretendiam auxiliar as famílias de como encaminhar uma pessoa alcoólatra para o tratamento, além de dar uma palavra de consolo e auxílio para as famílias.

Nas décadas de 60, 70 e 80, ocorreu uma onda de alcoolismo. As propagandas eram grandes incentivadoras para que o público consumisse bebidas e cigarros. Propagandas que queriam persuadir seu público apresentavam pessoas elegantes e uma satisfação pessoal e social por estar utilizado o produto.

Em julho de 1970, o leitor de pseudônimo “solitário pesaroso” compartilha sua timidez e solidão por não ter amigos:

Sr. Diretor, sou extremamente tímido. Não tenho amigos e muito menos amigas. Todas as vezes que me encontro com uma moça, não sei o que dizer. Entrei num clube, mas depois de um ano retirei-me, porque estava sempre sozinho. Prefiro ficar em casa e a tristeza é minha permanente condição. Que devo fazer? Não me importa o ser tímido: o que quero é ter amigos e amigas, porque já não suporto esta solidão. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1970, p. 4).

O diretor fala sobre a timidez e a solidão e incentiva o tratamento com médico ou psicólogo. Além disso, apresenta um livro: *Diário de um poeta*, de Vigny, para complementar sua orientação:

Para se vencer, prezado consulente, é bom que além do estudo, tenha um trabalho manual, pratique esporte e ginástica. Caminhe de cabeça erguida, fale com voz firme, segura, sem medo de cair no ridículo. Sobretudo, procure dar-se. Amar, preocupar-se com os outros. Compartilhar de suas experiências. Verá como sua vida se transformará, tomará novo vigor e entusiasmo. Recursos eficazes para a vitória são também um meio ambiente acolhedor e familiar, a participação a reuniões, excursões, passeios, etc. unidos à direção apropriada, que antes sugerimos, e que

you will find in a priest, in a good doctor or psychologist. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, jul. 1970, p. 4).

In the 70s, psychology favored interpersonal therapeutic treatments. In schools, the methods also received orientations from psychology for the child, so that there would be a care for the human being with its internal relationships, feelings, emotions. Psychology promoted to the individual the development of actions, attitudes and values, in order to guarantee a healthy mental life.

A letter from September 1987 is a testimony of a reader who assumes to be possessive and aggressive because of a sick love:

Como toda jovem – tenho 19 anos – ando cheia de problemas. Meus pais se separaram quando eu tinha 10 meses de vida e meu irmão mais velho, 8 anos. Nós dois ficamos com minha mãe. EM toda a minha infância, até os 15 anos, nunca saí com ninguém, a não ser com minha mãe. Tornei-me uma pessoa fechada e de pouca conversa. Namoro um rapaz há dois anos, mas percebo-me possessiva e nervosa demais. Quando ele chega atrasado, falo o que não devia, chegando a ofendê-lo. Ele tenta me ajudar e por um tempo fico boa, mas torno a agir da mesma maneira. Faço de um copo d'água uma tempestade. Sou insegura e medrosa, mas não sei como me curar. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1987, p. 36).

Joreny Nasser Kedi, psicóloga e orientadora educacional, responde o questionamento da consulente, expondo alguns sentimentos que a leitora relata em sua carta:

O que você chama de nervosismo pode ser também a confluência de vários fatores indesejáveis, provenientes de sua história de vida. Com pais separados desde muito pequenina, cresceu carente, ou seja, muito necessitada de provas de amor, muito voraz (quer sempre mais), cheia de cobranças. É possível que, por desvalorização pessoal e insegurança, tenha a necessidade de estar sempre pondo à prova o amor das pessoas, para certificar-se de quanto elas aguentam, até onde vão. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1987, p. 36).

The consultant is led to think about the need for a psychological treatment for this question, since “[...] the help most indicated for your problem would be that of a psychologist.” (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, set. 1987, p. 36).

This feeling of possession permeates various loving relationships. In the letter, the interesting part is that of a woman, who, in the 80s, was already able to express her feelings with greater freedom, a breaking of paradigms, compared to previous decades, when there were similar cases, but without

exposição dos sentimentos para outras pessoas. Neste período, os sentimentos ganharam mais liberdade de expressão e experimentação.

Na carta de dezembro de 1987, a leitora Maria Lucia quer saber sobre a esquizofrenia. Menciona como é o comportamento de um parente e, ao final, pede auxílio sobre como ajudar:

Tenho em minha família, uma pessoa cuja doença foi diagnosticada como esquizofrenia. Por desejar receber orientações a respeito, descrevo os sintomas que ela apresenta: é agressiva e revoltada com a própria mãe. É pouco chegada às suas irmãs, e age como se elas não existissem. Não assume qualquer tipo de trabalho e, pelo que demonstra, sente-se isolada, inferior e é muito traiçoeira. Há momentos em que chora, outros em que ri, sem falar nada, e quando ouve notícias tristes se desespera, só se acalmando com remédios. Antes de apresentar tais sintomas ela era uma pessoa normal. Por isso pergunto: que fatores a influenciaram para chegar a isso? A esquizofrenia é uma doença hereditária? Como devemos tratá-la e agir diante de suas reações? (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1987, p. 37).

Joreny Nasser Kedi responde sobre a doença e a necessidade de tratamento com psiquiatra:

Um dado importante a ser levado em consideração é o de colocá-la sobre os cuidados de um psiquiatra competente. Pessoas com tais problemas não podem ficar sem tratamento, pois as crises tendem a se tornar mais graves e frequentes. Mais do que 'cura' podemos falar em compreensão do esquizofrênico. (REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ, dez. 1987, p. 37).

A psicóloga apresenta uma resposta pensando na compreensão do indivíduo portador de uma doença mental, porque a sociedade estava mudando seus conceitos com relação a esse grupo de pessoas portadoras de doenças mentais.

A década de 1980 foi importante para o desenvolvimento da psiquiatria, grandes movimentos fomentavam uma reforma tanto na área médica psiquiatria como uma reforma sanitária, apontando a necessidade de um sistema de saúde a toda a população (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Esses movimentos queriam modernizar os serviços prestados às pessoas que necessitavam de um tratamento e falava-se muito em tratamento preventivo, e também da liberdade de pessoas portadoras de doenças mentais para conviverem socialmente sem estarem internadas em hospitais psiquiátricos (BRITO; VENTURA, 2012). Médicos, psicólogos e pessoas da área da saúde lutavam a favor do fechamento desses lugares, pois se acreditava que os hospitais psiquiátricos, conhecidos como manicômios ou hospícios, violavam os direitos do ser humano. Independente da doença, todos eram taxados como loucos

ao serem internados em um hospital psiquiátrico, asseverando o conceito de Foucault (2006, p. 261) de que “os loucos são excluídos da sociedade comum por um sistema de exclusão isomorfo”. Aos poucos, essa realidade mudava rumo a novos horizontes para uma assistência individualizada do ser. Logo, paulatinamente a Igreja vai assumindo o ideário de uma sociedade a ser medicalizada.

A construção desse diálogo através da seção de cartas mostra os caminhos que a revista queria para a sociedade, principalmente sobre as convicções religiosas. É preciso ressaltar que foram analisadas as cartas através do olhar do editor, pois não foi possível o acesso às cartas privadas enviadas pelos consulentes, ou seja, o olhar ficou direcionado somente ao que veio a público, o que dificulta perscrutar mais a fundo os principais temas abordados pelo leitor em sua carta. Os eixos versaram sobre temas do cotidiano das pessoas. As cartas abordaram os mais variados assuntos com o intuito de suprir as dúvidas dos consulentes.

O eixo educação social abordou relacionamentos sociais e situações que a população vivenciava, e, com as publicações das cartas, recebia os conselhos e direcionamentos. A educação familiar tratou de várias questões envolvendo a família, como o centro dos preceitos morais que a Igreja gostaria de passar para seus fiéis. As cartas para o eixo educação religiosa mostravam questões e dúvidas sobre os dogmas e ritos a serem seguidos, como também as dúvidas sobre outras religiões que surgiram na época. O eixo orientação sexual revelou cartas sobre casamento, sexo, relacionamento amoroso e divórcio; essas cartas davam o tom de confissão e ao mesmo tempo pedido de ajuda. O suporte educação formal foi o de menor adesão pelos consulentes, que enviaram poucas cartas acerca de questões envolvendo ciência, que, de alguma forma, contestavam questões religiosas. O último eixo, de orientação psicológica, abordou situações em que leitores necessitavam de auxílio e orientação para os mais variados temas. Na maioria das respostas publicadas era indicado o tratamento com médicos psiquiatras e psicólogos, pessoas especializadas para auxiliar o leitor.

A Revista *Família Cristã* produziu um conjunto de saberes pedagógicos endereçados à educação do povo, tendo as famílias como espaços privilegiados de atenção. Foi um veículo de produção e mediação cultural a serviço do catolicismo que mobilizou diferentes estratégias retóricas para se aproximar de seus leitores como a própria seção de cartas. Ao se analisar essas cartas publicadas, podemos perceber a indicação de vários livros para complementar as respostas dadas pela

editora com o intuito de expandir os conhecimentos de seus consulentes, assumindo, dessa forma, o papel pedagógico deste processo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Família Cristã*, publicada pela congregação das Irmãs Paulinas, fez parte de um projeto maior da Igreja Católica de recatolicizar a sociedade, visando recuperar o espaço político e social, enfraquecido desde a instauração da República. Ao longo de toda a sua existência, produziu um conjunto de saberes pedagógicos endereçados à educação do povo, tendo as famílias como espaços privilegiados de atenção. Também foi um veículo de produção e mediação cultural a serviço do catolicismo, e que mobilizou diferentes estratégias retóricas para se aproximar de seus leitores, como a seção “A carta do mês”. Como empreendimento editorial, conseguiu realizar seu propósito de circulação em âmbito nacional, não somente para leitores católicos, agregando seu potencial educativo como um instrumento para professores, catequistas, educadores.

Podemos dizer que a seção de cartas aqui analisada, assim como toda a revista *Família Cristã*, tinha uma função pedagógica com uma disposição formativa para educar as famílias ao estabelecer com elas um diálogo. Cartas foram utilizadas como estratégia por muitos educadores no sentido de orientar as pessoas quanto aos princípios e valores que deveriam assegurar a harmonia da família. Além disso, foram também utilizadas como uma estratégia de cooperar com a educação que vinha sendo trabalhada nas escolas, assentada em princípios científicos e considerada, portanto, mais eficaz, sem perder de vista a baliza da doutrina católica. Ademais, ao analisarmos essas cartas, podemos perceber a indicação de vários livros para complementar as respostas dadas pela editora com o intuito de expandir os conhecimentos de seus consulentes, assumindo, assim, o papel pedagógico deste processo.

Como toda revista confessional, os artigos eram chancelados pela Igreja Católica e, por isso, difundiam princípios e valores cristãos. No período de 1934 a 1960, a revista veiculou um conjunto de saberes pedagógicos alinhados com a vertente mais conservadora da Igreja Católica com relação às famílias, a educação dos filhos, principalmente a das mulheres, as quais deveriam se dedicar aos seus lares e famílias.

Entretanto, a partir da década de 1970, o editorial apresentou mudanças significativas, alinhando-se aos preceitos do Concílio Vaticano II, visando um olhar específico ao ser humano e às demandas sociais, bem como uma empatia aos

problemas das minorias da época, que prevalece até os dias de hoje. Do ponto de vista político, por sua vez, diante do cenário instaurado na década de 60, a revista se manteve “neutra”, evidentemente a editora não quis se comprometer em arriscar o negócio e manifestar uma posição política, pois poderia perder leitores que não concordassem com seu posicionamento, ou, ainda, por receio da censura.

Ao investigar a seção “Carta do Mês”, o objetivo era analisar os saberes pedagógicos fomentados pelo diálogo com o leitor, tentando compreender conjuntamente como acontece a construção do diálogo da revista com o leitor. A construção desse diálogo através da seção de cartas mostra os caminhos que a revista queria para a sociedade, principalmente sobre as convicções religiosas. E as tensões emergentes destas vozes: Igreja e sociedade?

Em alguns momentos, a revista pareceu omitir-se diante de grandes situações e percalços por que a sociedade passava, em outros revelava situações de embates entre o advento da modernidade na sociedade e os preceitos conservadores da Igreja Católica, demonstrando também os reverses que a Igreja assumiu através das mudanças sociais e demonstração de uma adequação para continuar no campo do poder.

É importante ressaltar que o recorte de cartas analisadas nesta pesquisa teve a baliza do olhar do editor. Uma vez que não foi possível o acesso a todas as cartas enviadas pelos consulentes, o olhar ficou direcionado somente ao que veio a público, o que dificulta perscrutar mais efetivamente sobre os principais temas abordados pelo leitor, além de um possível perfil desse leitor e a política de seleção de cartas a serem publicadas pela revista.

Com esses limites, voltamos à nossa questão principal: qual o discurso pedagógico veiculado pela revista nesse diálogo com o leitor? O discurso pedagógico veiculado em resposta às cartas eram orientações para os problemas diários dos leitores e sobre as situações que deveriam perpassar antagonicamente ao advento das questões modernas que surgiam na sociedade. Dessa forma, o discurso visou a formação um leitor crítico com posicionamento social assentado nos preceitos religiosos.

As reflexões passaram pelas questões sociais e, em forma de denúncia, relatavam os preconceitos vivenciados pelas pessoas nas relações sociais, como exemplifica a carta “Preconceito de cor”, os diálogos apresentados sobre o trabalho e as desigualdades sociais na década de 1960. O discurso voltado às orientações



religiosas esclareceu aos leitores sobre movimentos do catolicismo, as mudanças como as novas comunidades *eclesiais* de bases, os trabalhos com os leigos, além de apresentar uma explanação sobre outras religiões que emergiam na sociedade, como as religiões protestantes em suas variadas vertentes, e a umbanda, o candomblé, o espiritismo e a maçonaria foram discutidos nas cartas, que constantemente alertavam para a dualidade entre ser católico e simpatizar com outras religiões.

O discurso pedagógico permeou orientações para as relações familiares, a educação dos filhos, sobre como ser uma boa mãe, como cuidar da alimentação dos filhos e como entender os adolescentes frente as mudanças sociais. O discurso pedagógico permeou as relações amorosas, matrimoniais e aconselhou casais sobre traição e divórcio, no intuito de zelar pela família constituída, e também apresentou apontamentos sobre o comportamento dentro de um namoro e do noivado sem deixar de seguir os ensinamentos bíblicos. Cartas com pedidos de amparo e elucidações ao relatar sobre homossexualidade, o uso pílula anticoncepcional e aborto revelaram ensinamentos que oscilavam entre admoestações de cunho religioso e empatia com os consulentes.

O enunciado para a educação formal trilhou o caminho com menor adesão, visto que poucas cartas revelavam o interesse da sociedade pelos conteúdos formais ensinados em salas de aulas. Alguns questionamentos passaram pelas relações dialógicas entre a teoria e os ensinamentos religiosos, como a dúvida sobre a teoria de Darwin. Com a ampliação da exposição de problemas psicológicos, foram gerados questionamentos dos leitores sobre o assunto, e o posicionamento da editora direcionou as respostas para acompanhamento com médicos psiquiatras e psicólogos, além de sugestões de leituras de livros que ajudassem a superar problemas como alcoolismo, depressão e doenças psicológicas que ganhavam relevo no contexto social.

Durante os trinta anos aqui pesquisados, foram 489 cartas publicadas com o objetivo de promover uma orientação mais efetiva junto a seus leitores, fomentadas por um espaço de interação que permitia uma identificação do leitor não apenas com a revista, mas sobretudo com a educação e a cultura católica. A seção de cartas perpassou várias décadas, contribuindo com informações, opiniões, pareceres, conselhos, embora não se distanciasse das missões, pois tudo ocorreu a serviço da evangelização do povo.

Além disso, a seção também contribuiu para a formação do leitor. Se, por vezes, algumas cartas eram confrontadas pelo diretor; em outras, eram cancelados conceitos e opiniões, afirmando valores, crenças e conformidades com as orientações da Igreja. Ou seja, por meio da seção “A carta do mês”, a revista *Família Cristã* contribuiu para a formação do leitor como um crítico em consonância com a moral e a doutrina católica.

O trabalho de base da Igreja Católica, utilizando o impresso como um instrumento para educar, foi efetivo ao conseguir, aos poucos, ampliar seu espaço social. A revista tinha adesão pelas famílias que concordavam com os conteúdos trazidos em suas páginas, e, conseqüentemente, tornava-se auxiliar em seu processo educacional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zamar, 2002.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. A imprensa católica e o combate ao divórcio em Goiás 1950-1970. In: QUADROS, Eduardo Gusmão; SILVA, Maria da Conceição; MAGALHÃES, Sonia Maria (orgs.). **Cristianismos no Brasil Central: história e historiografia**. Goiânia: UGC, 2008, p. 181-196.

ALVES, Aparecida Matilde. **Tudo é obra de Deus: Irmã Dolores Baldi, primeira missionária paulina**. São Paulo: Paulinas, 2004.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (org.). **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 9-25.

AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Revista de filosofia Síntese**, v. 4, n. 10, 1977. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época 1930-1964**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 23-79.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARROS, Sergio Miceli Pessoa de. Fontes para estudo da elite eclesiástica brasileira (1890- 1940). In: **Revista BIB**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 45-70, 2º sem. 1984. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-22/384-historiografia-e-fontes-1930-1954/file>> Acesso em: 22 jun.2018.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Prefácio. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 5-9.

BELÉM, Maria de Lourdes. **Novo jeito de ser Igreja: missão e mulher na obra de Padre Alberione**. São Paulo: Ed Paulinas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tiago Alberione e Tecla Merlo: uma nova missão na Igreja e no mundo.** São Paulo: Paulinas, 2011.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. O livro e o selo: editoras católicas no Brasil. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 117-137, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642483/9993>> Acesso em: 07 mai. 2017.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/ enunciado concreto/ enunciação. In: BRAIT, Beth. (org). **Bakhtin: conceitos-chave**.5 ed. São Paulo: Contexto, 2017, p.61-78.

BRITO, Emanuele Seicenti; VENTURA, Carla Aparecida Arena. Evolução dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais: uma análise da legislação brasileira. In: **RDisan**. São Paulo. 2012, jul./out. v.13, n.12, p.41-63. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/276389787\\_Evolucao\\_dos\\_direitos\\_da\\_s\\_pessoas\\_portadoras\\_de\\_transtornos\\_mentais\\_uma\\_analise\\_da\\_legislacao\\_brasileira](https://www.researchgate.net/publication/276389787_Evolucao_dos_direitos_da_s_pessoas_portadoras_de_transtornos_mentais_uma_analise_da_legislacao_brasileira)>Acesso em: 01 out. 2018.

BORDEGHINI, Maria da Glória. **Depoimento para a Comep**. Disponível em:<[www.paulinas.org.br/comep/ptbr/?system=paginas&action=read&id=361](http://www.paulinas.org.br/comep/ptbr/?system=paginas&action=read&id=361)>. Acesso em 29 set. 2018.

BORDEGHINI, Maria da Glória. Entrevista cedida a Karolyne Amancio de Paula. Curitiba, 02 jun. 2017.

BORGES, Valdir. **A reconstrução de uma ética pedagógica libertadora à luz de Paulo Freire**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva,1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOUZINAC, Geneviève Haroche. **Escritas epistolares**. São Paulo: Ed. Edusp, 2016.

BRUSCATO, Maria Antonieta. Irmãs Paulinas: cem anos de história sem fronteiras. In: **O cooperador paulino: Irmãs Paulinas**. Ano 78, no 109, maio-agosto 2015. Disponível em: <<http://www.paulinos.org.br/home/wp-content/uploads/2015/05/O-cooperador-paulino-109.pdf>>.Acesso em: 27 set. 2018.

CALDANA, Regina Helena Lima; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Educação de crianças: idéias numa revista católica brasileira (1935 a 1988). **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 4, p. 37-44, jul. 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out. 2018.

CANCIAN, Renato. **Movimento estudantil: O foco da resistência ao regime militar no Brasil**. 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia->

brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.htm>. Acesso em 25 fev. 2018.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**: v. 10, n. 20, p. 115-130, jul.-dez. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928/842>> Acesso em: 01 out. 2018.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

\_\_\_\_\_. **A aventura do livro: do leitor ao navegador, conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Universidade, 2002a.

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: EDIFEL, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2002c.

\_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger; PAIRE, Alain. **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011b, p. 77-106.

\_\_\_\_\_. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CHARTIER, Roger; PAIRE, Alain. **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011a. p. 19-23.

COLLESEI, Gabriella. **Venerável Tecla Merlo: mil vidas pelo Evangelho**. São Paulo: Paulinas, 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos. “Por hoje é só...” Cartas entre amigas. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p.181-204.

DALMOLIN, Aline Roes. **O discurso sobre aborto em revistas católicas brasileiras Rainha e Família Cristã (1980-1990)**. 2012. 224f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo,

2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3931>>. Acesso em: 01 out. 2018.

DANTAS, Maria José. **Revista Cidade Nova e as propostas de educação**. 2008. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 75-88.

DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira, volume 3: República – Memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

DESAULNIERS, Julieta B. Ramos. A formação via impresso. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 127-154.

DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**. São Paulo: Edusp, 2016.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARIAS, Ignez Cordeiro. Os militares e a política: depoimento do Coronel Paulo Pinto Guedes. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996, p. 164-172.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875). In: **História da Igreja no Brasil: segunda época – século XIX, tomo 2/2**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREITAS, Marcos Cezar. Por quem os sinos dobram? As cartas pastorais e a contribuição da história da educação à história das mentalidades. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 57-74.

FRUTUOSO, Moisés. Circulação de impressos e antilusitanismo em Rio de Contas, Bahia (1822-1831). In: Bessone, Tania, et al. **Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 45-64.

GARCIA, Maria Alba Vega. Depoimento concedido a Karolyne Amancio de Paula. São Paulo, 30 jul. 2017.

GIACOMELI, Mara de Paula. Fitolito: a peça chave para uma boa impressão. (s/d). Disponível em: <<http://www.oserigrafico.com/fitolito-peca-chave-para-uma-boaimpressao/>> Acesso em: 27 out. 2018.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais Mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras:** história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 13-56.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. São Paulo: Edusp, 2005.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. v. 2. Petrópolis: Vozes, 1977-1992.

JOUBE, Vicent. **A leitura.** São Paulo: Unesp, 2002.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: [www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281](http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/273/281). Acesso em: 8 nov. 2017.

KABENGELE, Munanga; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 1. ed. São Paulo: Global, 2006.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. In: **MNEME – Revista de Humanidades**, n. 11, p. 132-148, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/1022/973>> Acesso em: 07 mai. 2017.

KREUTZ, Lúcio. Livros escolares e imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil, 1870-1939. In: **Revista Educação em Questão**, v. 31, n. 17, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3904>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996, p. 33-47.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEONARDI, Paula. Igreja Católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista HISTEDBR On-line**, n.34, p. 180-198, jun. 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/art12\\_34.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/art12_34.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

LIMA, Alceu Amoroso. **Idade, sexo e tempo**: três aspectos da psicologia humana. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **Jornal O Apóstolo (1866 – 1893)**: ações católicas na imprensa e na educação. Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-apostolo-1866-1893-acoes-catolicas-imprensa-educacao>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LOPES. Alzira. **A escola de pais no Brasil**. [s.l.]: [s.e.], 1971.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa no Brasil na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <[www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Tania-Luca.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf)>. Acesso em: 22. jun. 2018.

\_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil República**: cem anos de compromisso (1889-1989). Col. Estudos e debates latino-americanos. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACCARI, Natália; CAIAZZA, Anna; GASSER, Annamaria. **Paulinas**: 100 anos a serviço do Evangelho com a comunicação. Edição especial para celebrar os 100 anos de fundação da Pia Sociedade Filhas de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 2015.

MACHADO JUNIOR, Claudio. Fotografia, imprensa de variedades e educação: discursos visuais e textuais sob o foco de uma pedagogia de revista. In: **Revista Hist. Educ.** [online] Porto Alegre v. 19 n. 47 set./dez., 2015 p. 109-128.

\_\_\_\_\_. **Fotografias e códigos culturais**: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista *Careta* (1919-1922). 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Em nome da família: imprensa católica e debates educacionais brasileiros (anos 1930 e 1950/60). In: ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Histórias da Educação Católica no Brasil e em Portugal**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 25-48.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. IN: **Revista História** 22, vol. 1. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v22n1/v22n1a03.pdf>> Acesso em: 29. out. 2018



MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

MATOS, Henrique Cristiano J. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 2 – período imperial e transição republicana. Col. Igreja na história. São Paulo: Paulinas, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 3 – período republicano e atualidade. Col. Igreja na história. São Paulo: Paulinas, 2002b.

MESQUIDA, Peri. Educação e hegemonia católica no Brasil (1870-1900). **Revista Diálogo Educacional**, v. 2. n. 3, p. 113-128, jan/jun. 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1891/189118142008/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Stella de Faro: uma luz no caminho da restauração católica. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Histórias da Educação Católica no Brasil e em Portugal**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2017.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de ideias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 115-136.

MIRANDA, Mario de França. O Concílio Vaticano II ou a Igreja em contínuo Aggornamento. **Revista Perspectiva Teológica**, v. 38, p. 231-250, 2006. Disponível em: <[faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/270/504](http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/270/504)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-43.

NASCIMENTO, Maria Natividade. **A religiosidade popular na Revista Família Cristã: uma análise das matérias que aparecem na seção cultura popular das edições de 1980 a 1981**. 2007.149f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **A alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Unesp, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=89057](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=89057)>. Acesso em: 01 out. 2018.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Educar-se para educar: o projeto pedagógico do Monsenhor Álvaro Negromonte dirigido a professoras e famílias através de impressos (1936-1964)**. 2013. 360f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013a.

\_\_\_\_\_. O uso da imprensa periódica educacional pela Igreja Católica na formação das professoras mineiras. In: XI Congresso Nacional de Educação - formação docente e sustentabilidade: um olhar transdisciplinar, 2013, Curitiba. **Anais do XI Congresso Nacional de Educação**, p. 22321-22330, 2013b.

PADEN, William E. **Interpretando o sagrado**: modos de conceber a religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan-mar. 2014, p.15-35. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-21-1-00015.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16527.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PEREIRA, Heloísa Helena Daldin. **O habitus cajuruense: cultura escolar do curso normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na década de 1960**. 2014. 332 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle. (org.) **História da vida privada 4**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.91-106.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. “Mulheres dos anos dourados”. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PINTO, Adriana Aparecida. **Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880-1910)**. 2013. 348f. Tese. (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101505>>. Acesso em: 01 out. 2018.

PUNTEL, Joana Teresinha. **Cultura midiática e Igreja**: uma nova ambivalência. São Paulo: Paulinas, 2008.

RABUSKY, Silvia Regina Etges. **A revista Família Cristã e o discurso anticomunista (1960-1964)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2008.

SANTAMARINA, Anderson. O subdiaconato católico no contexto atual. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. Vol. 5, n. 7, jan/jun., p. 46-52, 2011. Disponível

em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto/article/viewFile/7697/5635>> Acesso em: 26 out. 2018.

SANTOS, Michele Candiani; CALDANA, Regina Helena Lima; ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. O papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, p. 57-68, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2001000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2001000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out. 2018.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988. Disponível em: <[publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182](http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182)>. Acesso em: 01 jun. 2018.

SERPA, Elio Cantalício. Igreja e poder na primeira república em santa Catarina. In: **Cristianismos no Brasil Central: história e historiografia**. QUADROS, Eduardo Gusmão; SILVA, Maria da Conceição; MAGALHÃES, Sonia Maria (orgs.). Goiânia: Editora da UGC, 2008.

SESTINI, Dhärana Pérola Ricardo. **A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o golpe de 1964**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social). USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13032008-134513/pt-br.php>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SILVA, Antonio Jose da. **Pro Aris et Focis: a revista das Faculdades Campineiras e a divulgação do ideário católico para a educação no Brasil (Campinas 1954/1962)**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008a. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10653>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SILVA, Monica Martins. O catolicismo Popular em Goiás e o regulamento para festividades e funções religiosas. In: **Cristianismos no Brasil Central: história e historiografia**. Org.(s): Quadros, Eduardo Gusmão; SILVA, Maria da Conceição; MAGALHÃES, Sonia Maria. Goiânia: Editora da UGC, 2008b, p. x-y.

Silva, Luciandra Gonçalves da. **“Sob o símbolo da cruz”**: questão social, família e educação nas relações entre Estado e Igreja no Brasil (1930-1945). 2010.145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2008\\_1-417-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2008_1-417-ME.pdf)> Acesso em: 26 out. 2018.

SILVA, Michele Boff da. **Comunicação - Jornal Versão Semanal e Revista Família Cristã: uma abordagem hermenêutica**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/infotec/teses00-02/resumo\\_979.html](http://www.ufrgs.br/infotec/teses00-02/resumo_979.html)>. Acesso em: 01 out. 2018.

SILVA, Marisa Torres da. **As cartas dos leitores na imprensa portuguesa** :uma forma de comunicação e debate público. Covilhã: Livros Labcom Books, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro – FGV, 2003, p. 231-270.

SKRUSINSKI, Joana Gondim Garcia. “**Nós somos a História**”: o projeto de educação das famílias nas obras de Maria Junqueira Schmidt. 2018. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional e as fontes para a história da cultura escolar brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 37, p. 177-183, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71310>>. Acesso em: 01 out. 2018.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. **A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos**. 2013. 378f. Tese (Doutorado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações). Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13272/1/2013\\_KarinaMendoncaVasconcelos.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13272/1/2013_KarinaMendoncaVasconcelos.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2018.

VELOZO, Joel de Carvalho. **Família cristã: espiritualidade, amor e violência**. 2007. 68f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST IECLB, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST\\_58083da48ee4187114c1e61b3efb3ec0/Details](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/EST_58083da48ee4187114c1e61b3efb3ec0/Details)>. Acesso em: 01 out. 2018.

VENANCIO, Giselle Martins. Sopros inspiradores: troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Viana. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. (org.) **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 216-242.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

VIEIRA, Dilermando R. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. São Paulo: Santuário, 2007.

ZULIAN, Rosângela Wosniack. **Identidade e experiência: uma escola confessional na República Velha**. Curitiba: Champagnat, 2005.



**FONTES DOCUMENTAIS CITADAS**

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Carnaval, fev. 1960, p. 3, 19.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Não adianta censurar os editores. Out, 1960, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A teoria ateísta de Darwin. Jun. 1962, ano XXXIII, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: será possível que esses benditos homens devam ser sempre servidos e adorados? Ago. 1962. ano: XXVIII, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Bailes modernos. Nov. 1962, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Nossos políticos necessitam de orações. Fev, 1964, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Juventude Transviada. Abr. 1964. ano. XXX, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O namoro não é casamento. Jun. 1964, ano XXX, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Apelo de Laerte. Fev. 1965, p. 3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A ociosidade. Mar. 1965, p. 3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Todos os homens são iguais. Jun. 1965, p.3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O quarto poder: leituras imorais. Nov. 1965, p.3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O pão nosso de cada dia. Dez. 1965. ano XXXI, p. 3.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Álcool: praga da humanidade. Mar. 1966, p. 3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O salário aos que trabalham. Abr. 1966, p.3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O lar sem crianças. Jul. 1966. Ano: XXXII, p. 3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: As palavras das mães. Jul. 1966. Ano: XXXII, p. 3-4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Eles pedem amor e compreensão. Jun. 1968: ano XXXIV, p. 7.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A hibernação. Set 1969. Ano: XXXV, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Esportes perigosos. Out. 1969. Ano: XXXV, p. 14.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Amor e desilusão. Jan. 1971. Ano: XXXVII, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Por que matar quem tem direito à vida. Abr. 1971. Ano. 37, n. 424, p. 4.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Um denominado amor livre. Jun. 1971. Ano 37, n.426, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O conflito das gerações: brotinho e coroas. Jul. 1971, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Posso tomar pílula? Nov. 1971. Ano 37, n.431, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A outra. Jan. 1974, p. 48-50.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A Igreja mudou sua posição em relação à maçonaria. Abr. 1975. Ano: 41, n.472, p. 8-9.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Perdidos num mundo que evolui. Nov. 1975. Ano 41, n. 473, p. 32-34.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Comunidades Eclesiais de Base: só para pobres? Mai. 1978, p. 43-45.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Diversidade de Igrejas: qual a verdadeira? Set. 1978, p. 43-44.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Posses do Vaticano e novos rumos da Igreja. Fev. 1979. Ano 45, n. 518, p. 43-44.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Teologia da Libertação: a esperança do oprimido. Mai. 1979. ano 45, n. 521, p. 44-45.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: O divórcio. Jun. 1975, p. 8-11.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Assunto é bebê de proveta. Abr. 1977. Ano 43, n. 495, p. 43-45.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Congelamento do organismo. Abr. 1973. Ano 39. n. 448, p. 5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Criação e evolução: realidades opostas? Abr. 1976, p. 28-29.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: automobilismo, boxe e judô. Nov. 1978. Ano44, n. 516, p. 43-44.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Vamos valorizar nossos filhos. Abr. 1972, p. 4-5.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Confiança: base de uma família feliz. Ago. 1973. Ano 39, n. 452, p. 46-47.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: A irreverência vai contra a Infalibilidade. Fev. 1973, p. 5-6.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Babá TV. fev. 1974. Ano 40, n. 458, p. 24-26.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Trabalhar já era, estou na minha. Mar. 1974. Ano 40, n. 459, p. 20.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: *Discotheques*. Mar. 1979, p. 46-47.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Conflitos na área da sexualidade. Jul. 1979. Ano 45, n. 523, p. 43-45.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Pornografia e permissividade sexual. Jun. 1981. Ano. 47, n. 545, p. 50-51.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Casamento não é rotina. Fev. 1982. Ano 48, n. 554, p. 50-52.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Igreja, diversidade e diálogo. Jul. 1984, Ano 50, n. 583, p. 52-55.

REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ. A Carta do Mês: Preconceito de cor. Jul. 1987, p. 42.



## ANEXOS

## ANEXO A – ENTREVISTA TRANSCRITA DE ÁUDIO

Irmã Maria da Glória Bordeghini

1) Como colaborou com a implantação com a Revista Família Cristã?

Bordeghini: Sempre trabalhei na divulgação da revista. A *Família Cristã* era quase que a única revista católica de evangelização para a família. As pessoas acolhiam com muito carinho e a gente tranquilamente fazia de 180 a 200 assinaturas em cada viagem missionária que fazíamos, indo de porta em porta. O nosso primeiro objetivo era oferecer a revista *Família Cristã* e as pessoas realmente gostavam da revista, digo que a revista *Família Cristã* não tinha toda diagramação que tem hoje, e também os conteúdos. Aliás, a gente sempre primou por conteúdos de evangelização, de promoção para a família e ela sempre se distinguiu com as áreas para as famílias, para os esposos, para a juventude, para as crianças e adolescentes. Ele sempre tinha seções específicas, dirigidas a esses destinatários, leitores.

2) E atualmente, o que mudou na revista?

Bordeghini: Hoje em dia ela evoluiu bastante, tem uma parte de liturgia, com a explicação dos evangelhos para cada domingo do mês. Isso é muito bom e continua sendo muito apreciado.

3) Cite uma experiência com a revista.

Bordeghini: Minha experiência de trabalhar era feito com carinho, era a primeira revista, se não me engano só tem uma na frente. Havia poucas opções, as irmãs chegaram no Brasil em 1931 e começou, em 1934, um folhetim, assim pobrezinho, mas uma semente que cresceu. Ela chegou a ter mais de 220 mil assinaturas, assinantes que mensalmente recebiam em suas casas a revista.

4) Qual a ligação da revista *Família Cristã* com a revista *Família Cristã* da Editora Paulus?

Bordeghini: No Brasil ela sempre nasceu com as Irmãs Paulinas, acontece que na Itália a revista *Matter/mãe* nasceu na Itália da Paulus, uma revista bem grossa, era

semanal, e que iria mudar para mensal, mas a *Família Cristã* fora da Itália é das Paulinas, no Brasil, Colômbia. Mas depois lá fizeram outros tipos de revista e também houve nos Estados Unidos e Portugal. Ela teve raiz na Paulus com o Padre Tiago Alberione, e ainda continua, só tenho minhas dúvidas se é semanal ou mensal, e a Argentina que tem também. Aqui nasceu e cresceu uma revista mensal, teve uma evolução muito, muito bonita, aqui já entrou a arte moderna, as cores, a diagramação toda, melhorou muito; nossa, hoje está uma revista que compete tranquilamente com a *Veja* ou qualquer outra revista. Aliás, eu diria, ela supera, porque se você pega a *Veja*, você engole 25 páginas de publicidade e uma página e meia, duas quando muito de conteúdo, né, o conteúdo dela.

5) E o início da Revista Família Cristã na Itália?

Bordeghini: Eu morei seis anos em Roma, visitei lá, isso há uns 20 anos atrás (sic), visitei as gráficas lá em Milão. O Tiago Alberione, que é o fundador dos Irmãos Paulinos e Irmãs Paulinas, ele dizia assim para estimular o início em 1915, 1920, e tudo era precário, porque foi depois da guerra, então, ele dizia assim para estimular a juventude, “não desanimem”, “fiquem tranquilos”, “virá o dia em que o trem entrará em nossos pátios para carregar os livros, as caixas de livros e revistas”, e que iriam para Itália toda. De fato, foi uma profecia que se realizou, porque eu vi a linha do trem que passa dentro, perto de uma construção que depois fizeram a gráfica, e depois, hoje já não passa mais. O trem passava para pegar todas as caixas e pacotes que distribuiria para a Itália toda. Ele tinha certeza absoluta de que aquilo que ele estava fazendo era resposta às necessidades daquele tempo, porque ele sonhava e dizia que tínhamos que opor armas às armas. Se os maus usavam as armas para mentalizar e divulgar doutrinas, a *Família Cristã* e toda a produção da Paulinas, da Editora e Família Paulinas, deveria servir para evangelizar e anunciar Deus e o reino de Deus.

6) Quando chegou ao Brasil, chegou a questão de mídias?

Bordeghini: Em 1931, quando chegaram ao Brasil, a parte de imprensa ainda era muito, digamos, iniciante, né, rádio então, sei lá, o rádio foi em 1922, estava iniciando. Hoje em dia qualquer esquina, qualquer cidadezinha tem sua emissora de rádio e tudo. Naquele tempo tudo era mais lento, a gente como Paulinas e como revista também, conseguimos fazer um progresso maior justamente na parte

impressa; nos meios impressos, as nossas revistas eram impressas na nossa gráfica em São Paulo. Só depois quando aumentou muito a tiragem, então a gente passou a imprimir fora, gráfica de terceiros. Quem embalou a revista até ela nascer, crescer e se desenvolver foi na gráfica das Irmãs Paulinas, em São Paulo na Vila Mariana, rua Domingos de Moraes, e hoje temos uma grande livraria e o setor de marketing, entretanto, continua imprimindo, usando de terceiros, pois é impressa pela gráfica da Editora Abril.

7) Algumas revistas antigas eram nomeadas como Pia Sociedade Filhas de São Paulo e outras como Paulinas, houve alguma ruptura?

Bordeghini: Olha, a Pia Sociedade Filhas de São Paulo são as irmãs Paulinas, Sociedade de São Paulo são os Paulinos, e aqui você vai ter as dez famílias, tem aqui no Brasil a revista da Paulus e Paulinas, surgiram quase que juntos, eram edições Paulinas tanto que é, com a marca única, duas editoras, digamos, separadas, quanto administrativamente, mas o conteúdo era único. Eu participei, era diretora da Editora, fazíamos reuniões mensais, a equipe editorial da Paulus e a equipe editorial da Paulinas. Fazíamos reuniões, trazíamos nossos originais e apresentávamos, e se eles aceitavam e achavam bom, o.k.! Eles apresentavam a deles, nós também examinávamos e achamos o.k. Se por acaso a gente achava que não, que não era conveniente, de comum acordo a gente dizia: “bom, esse vamos aceitar, e esse não vamos aceitar”. Por muitos anos isso foi para a frente, como, digamos, duas editoras, mas com uma marca só, toda a distribuição era comum, as nossas livrarias tinham todos os títulos da Paulus, e as livrarias deles tinham todos os títulos das Paulinas. Em 1994, eu estava fora, estava na Colômbia, certo, por isso às vezes eu titubeio nas datas.

Até 1994, quando separou-se (sic), né, e nós fizemos nossa marca, foi feito uma grande pesquisa, onde até as Irmãs cozinheiras, Irmãs que trabalhavam na lavanderia, deram seu parecer, como é que a gente gostaria. Então foi dito muitas coisas, que gostariam que fosse uma marca feminina, que expressasse a universalidade da nossa missão. Enfim, tantas coisas, que eles conseguiram realmente, enfim foi bonito isso. Até 1994, então nos tornamos autônomas, independentes, tanto nós quanto eles, cada um foi recebendo seus originais, e imprimia e etc., acabaram as reuniões, etc.

A gente continua, temos aqui (na livraria) muitos títulos deles, eles têm alguns dos nossos, mas tudo bem, né, tudo que ajude para divulgação e evangelização, né, divulga e faz.

8) E a Irmã sabe se ao longo do trajeto da revista houve alguma interrupção?

Bordeghini: Não tenho ideia, são 67 anos que eu estou em contato com a revista, mas nunca, nenhum mês sequer falhou a revista.

9) Eu relato que adquiri a revista *Família Cristã* de julho de 1964 (período da ditadura), e a Irmã comenta:

Bordeghini: Em 1964, época da revolução, eu acho que a revista, não sei se tenha lançado uma reflexão e uma informação sobre a situação, como se não tivesse existido o golpe, nada (risos). O ideal seria fazer uma visita lá (Editora em São Paulo), porque você tem todo arsenal, hoje está em um prédio bonito. Todas as revistas estavam lá, há uns 2 anos atrás (sic) elas disponibilizaram a capa, o arquivo elas têm todas as revistas. A revista passou por chuvas, sois e tempestades, crises políticas, econômicas e financeiras. Reflete muito no título, mudou a diagramação, mas nunca lançou mão da palavra família, antes o *Família Cristã* era tudo grande, do mesmo tamanho, agora ficou *Cristã*, porque o enfoque é a família, a ideia era que a revista não chegasse somente nas famílias católicas, mas em todas as famílias, o que ela tratava servia para todas as famílias, então colocou *cristã* pequena, porque o enfoque era a *família*, todas as famílias, porque os conteúdos que ela tratava servia para todas as famílias, o interesse maior era a família.

10) E o discurso pedagógico feminino?

Bordeghini: O discurso encontrará em todas os números, olha que eu falei que já chegamos a ter mais de 200 mil assinantes. Aqui na livraria, frequentemente muitos encontram a revista, “olha a *Família cristã*, minha avó assinava, minha mãe assinava”, ficam felizes com o encontro. Tanto é que uma das sugestões que estou levando, vou ter um encontro de gerentes lá em SP, vou dizer para a equipe da revista, equipe de marketing, vejam se muita gente perde o contato após acabar a assinatura, ver se a revista avisa, se preocupa em avisar um ou dois meses antes de encerrar a assinatura da revista, muita gente perde o contato. De fato, precisa de um pouco mais de marketing, mas tanto que as pessoas, minha avó, assinava, meu avô.

## ANEXO B – DEPOIMENTO TRANSCRITO DE ÁUDIO

Depoimento Irmã Maria Alba Vega Garcia

A revista começou porque a missão Paulinas é realmente atuação com Ação Pastoral com a comunicação. Hoje é muito comum, quase todas as congregações têm a sua área de comunicação, mas no tempo de cem anos atrás quando a nossa foi fundada, em 1915, era muito raro até com religiosos, tanto que o fundador teve inspiração de Deus, muito do carisma, a especificidade é a comunicação. Porque muitos outros vão assumindo, porque vão vindo a necessidade, mas o nosso mesmo é fundamentalmente a comunicação. Então em 1931, vieram para o Brasil as primeiras irmãs, novinhas com 23 anos, primeiro veio uma depois as outras. Uma das áreas que ela começou logo foi a *Família Cristã*, temos aqui a primeira edição, que está encadernada, frágil, mas dá para usar.

A primeira coisa que ela pensou é chegar para as famílias, e ali já está delineado, simples na cartinha de abertura da revista, uma espécie de editorial, ela já coloca o objetivo e a gente lendo aquilo percebe que o objetivo de sempre: valores cristãos, culturais, religiosos, nessa área da cultura entra esporte, lazer. A revista não é só uma revista religiosa, nem devocional, é jornalística, aí foi passando o tempo e ela foi se atualizando e mudando bastante. Há pouco tempo recebi de uma assinante lá de Santa Maria, Rio Grande do Sul, um envelope fechado, uma senhora que já tinha conversado com ela por telefone, 90 anos, é assinante desde o comecinho, ela tinha me falado, porque tinha assinando quando a revista era e passou e eu não me dei tanta conta. Aí ela mandou duas revistas, uma de 1949 e uma de 1959, é interessante a mudança em 10 anos, então ela vai se adaptando à realidade, às necessidades, tanto no conteúdo como na forma, os projetos gráficos e editoriais estão sempre unidos. Eu tenho o último projeto que não foi eu que fiz, depois posso te passar para dar uma olhadinha, e aí ela vai se adaptando, você vai ver que pegando alguns exemplares, tem cartinhas, bilhetes dos assinantes que queriam se corresponder, queria comunicar com outros, receber notícias, dar notícias, de relacionamentos – o que hoje tem Facebook, era através da revista. Então assim essas coisas foram caindo, porque hoje não precisa disso, então temos que ficar muito atentas às necessidades que estão vindo por aí.